

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA

OS JOVENS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

JULIANA LEITÃO E MELLO

Rio de Janeiro
2005

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Juliana Leitão e Mello

**TRANSIÇÕES PARA A VIDA ADULTA
OS JOVENS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisa Social da Escola Nacional de Ciências Estatísticas como exigência parcial para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Demografia.
Orientadora: Ana Amélia Camarano
Co-orientadora: Jane Maria Pereira Souto de Oliveira

**Rio de Janeiro
2005**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Juliana Leitão e Mello

Transições para a vida adulta: os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Populacionais e Pesquisa Social da Escola Nacional de Ciências Estatísticas como exigência parcial para a obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Demografia.

Aprovada em 5 de setembro de 2005.

Banca examinadora:

Prof. Dr^a. Ana Amélia Camarano (Orientadora)
Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Prof. Dr^a. Jane Maria Pereira Souto de Oliveira (Co-orientadora)
Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE

Prof. Dr^a. Regina Célia Reyes Novaes
Secretaria Nacional de Juventude

Prof. Dr^a. Paula Miranda-Ribeiro
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais – CEDEPLAR/UFMG

Aos meus avós paternos e maternos.

Pelas primeiras e eternas lições.

Aos meus pais, Marcos e Ana.

A ele pela generosidade com que tem me ensinado a vida.

A ela pelo inabalável otimismo que não a deixa desistir.

A minha irmã Gabriela, síntese de tudo.

Agradeço, em especial,

À professora Ana Amélia Camarano, pela confiança em mim depositada no percurso do nosso “jovem” caminho; pela dedicada e preciosa orientação; pela delicadeza em enunciar minhas falhas e meus exageros; pelas inúmeras oportunidades de compartilhar de seu conhecimento e de seu afeto, o que a fez para mim, além de tudo, uma amiga.

À minha co-orientadora Jane Souto de Oliveira, pelos valiosos comentários que fez ao meu trabalho e ao meu desenvolvimento como pesquisadora.

À professora Neide Patarra, por me acolher de forma tão especial em momentos cruciais da minha vida em “terra estrangeira”.

Aos professores Kaizô Beltrão e Paulo Jannuzzi, pela presteza em solucionar minhas sempre angustiantes dúvidas.

A todos os professores do Programa de Mestrado, de quem tive oportunidade de ser aluna, Aída Lazo, Ana Amélia Camarano, César Ajara, Jane Souto, Kaizô Beltrão, Neide Patarra, Nelson Senra, Paulo Jannuzzi e Pedro Nascimento Silva; agradeço também a atenção que sempre me foi concedida pelos professores José Eustáquio Diniz Alves e Denise Britz do Nascimento.

À Escola Nacional de Ciências Estatísticas e ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo auxílio financeiro que viabilizou minha opção pelo trabalho acadêmico.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, pelo ambiente estimulante e suporte operacional.

À pesquisadora Melissa Pimenta, por compartilhar generosamente comigo suas experiências de pesquisa na área de transição para a vida adulta, com inúmeras indicações bibliográficas, que contribuíram enormemente para o resultado deste trabalho.

À pesquisadora Marcela Rocha, pelo apoio nas opções metodológicas e oportunidades em debater sobre nosso objeto comum de pesquisa.

À nossa querida Solange, pelo incondicional apoio no manuseio dos dados quantitativos, ajudando-me a temer menos a linguagem dos números; pela torcida de sempre e pela imensurável amizade, o que transformou meus momentos mais difíceis em grandes oportunidades de aprendizado.

À Débora, pela agradável surpresa de uma nova amizade, a quem devo também a revisão cuidadosa e generosa deste trabalho.

Aos meus queridos amigos paulistanos de *muitas transições*, Haroldo, Cecília, Henrique, San, Paulão, Maurício e Padovani, por estarem comigo nesta jornada muito antes de ela começar.

A todos os amigos da ENCE, com quem tive a enorme satisfação de conviver nestes anos.

Aos amigos que fiz e tenho feito no Ipea, em particular, Danielle, Bruno, Marco Antônio e Maria Tereza, pelo incentivo e torcida, e Miguel, pelas inúmeras e gratificantes polêmicas e pelo apoio incondicional no apagar das luzes.

Aos amigos de Rio de Janeiro, Leo, Thiago, Patrícia, Erika e Ló, pela aprazível convivência dos momentos de descanso.

Às minhas queridas amigas de todas as horas, Marcela, Celina, Rita e Moema, a cada uma delas devo um pedacinho diferente (e essencial) deste trabalho.

Ao meu querido Casti, pelo privilégio da amizade e pelo carinho infindável, que, por muitas vezes, julguei sequer ser merecedora.

À querida tia Mirinha, pelo irretocável e encorajador exemplo de sempre.

À minha família carioca, Gabi, Antônio e Magda, pela paciência!

Ao meu amor Frederico, por me acolher, às vezes mesmo sem se dar conta, nos momentos em que pensei fraquejar.

RESUMO

A presente dissertação investiga os processos de transição para a vida adulta entre os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro em 1970 e 2000. O foco privilegiado neste estudo são as alterações do modelo tradicional de transição para a vida adulta que pressupõe uma linearidade em suas etapas e uma única direção (deixar a escola, ingressar no mercado de trabalho, sair de casa e ter o primeiro filho). Como objetivo específico, busca-se mensurar as idades medianas em que estas etapas ocorreram nos diferenciados contextos socioeconômicos nos dois anos analisados, buscando mostrar a multiplicidade de estilos de transição para a vida adulta. A hipótese principal deste estudo é que os processos de transição para a vida adulta assumem contornos diferenciados variando de acordo com a renda e a raça/cor dos jovens. Foram utilizados dados provenientes dos Censos Demográficos de 1970 e 2000. Os resultados indicaram um adiamento expressivo na idade de saída da escola entre os jovens, em geral, independente do sexo e das condições socioeconômicas. Observou-se também, entre as mulheres, um postergamento na idade de entrada no mercado de trabalho. Entre os homens, os dados mostraram uma ligeira antecipação. No que se refere ao processo de formação de família, a direção do movimento variou de acordo com os diversos segmentos de renda. Entre as mulheres jovens com renda mais baixa, observou-se uma antecipação da idade mediana em que elas saem de casa e têm filhos, apontando para uma antecipação no seu processo de transição. Por outro lado, as mulheres com renda mais elevada passaram a ficar mais tempo na casa dos pais e adiaram o momento em que têm filhos.

ABSTRACT

This dissertation investigates the transition to adulthood among the youth population who lived in the metropolitan area of Rio de Janeiro in 1970 and 2000. The study focuses on changes in the traditional model of transition which assumes a linear and unidirectional trajectory of its phases (leaving school, getting a job, leaving parents' home and starting motherhood). As a specific objective, the median ages at entry in this phases were analyzed. This shows a multiplicity of transitions patterns to adult life. The main hypothesis is that the transition process to adulthood occurs on different ways according to household income and race. Demographic census data for the above mentioned years are used. The results indicate a substantial postponement of the schooling-leaving age for both sexes and different socio-economic groups. It was also observed that women, but not men, postponed their entry in labor market. A different pattern in terms of family constitution was observed across the household income distribution: it was observed an increase in the median age of leaving parents' home and at motherhood when one compares the lowest with the highest income groups.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. DEFININDO UMA PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO.....	16
2.1. Introdução.....	16
2.2. A emergência da juventude como problema social.....	16
2.3. O que faz do Jovem jovem?	20
2.4. O jovem na legislação brasileira.....	25
2.5. O debate sobre transição para a vida adulta no contexto internacional.....	28
2.6. Alguns estudos de transição no Brasil.....	45
3. DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA.....	52
3.1. Introdução.....	52
3.2. Definindo um recorte temporal: 1970 e 2000.....	52
3.3. Definindo um recorte geográfico: a região metropolitana do Rio de Janeiro...	54
3.4. Definindo um recorte etário.....	58
3.5. Compatibilização das regiões metropolitanas em 1970 e 2000.....	59
3.6. Indicadores utilizados no capítulo 4.....	59
3.7. Indicadores utilizados do capítulo 5.....	63
3.7.1. Cálculo das idades medianas.....	64
3.7.2. Modalidades de transição para a vida adulta.....	66
4. RETRATOS DAS JUVENTUDES EM 1970 E 2000.....	69
4.1. Introdução.....	69
4.2. Evolução da população jovem da região metropolitana do Rio de Janeiro.....	69
4.3. A relação escola e trabalho.....	74
4.4. O processo de formação de família.....	86
4.4.1. Estado conjugal.....	87
4.4.2. Composição dos domicílios.....	90
4.5. Sumário dos resultados.....	100

5. TRANSIÇÕES DIFERENCIADAS PARA A VIDA ADULTA.....	103
5.1. Introdução.....	103
5.2. Prolongamento da condição juvenil: um panorama geral.....	104
5.2.1. Análise por quartis de renda domiciliar <i>per capita</i>	107
5.2.2. Análise por cor/raça.....	114
5.3. As modalidades de transição para a vida adulta.....	117
5.4. Características dos jovens por modalidade de transição em 2000.....	128
5.4.1. Análise segundo a idade do jovem.....	128
5.4.2. Análise segundo frequência e grau de escolaridade.....	129
5.4.3. Análise segundo estado conjugal e maternidade.....	131
5.4.4. Análise segundo condição de atividade e rendimento.....	132
5.5. Sumário dos resultados.....	135
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141

1 – INTRODUÇÃO

O estudo da transição para a vida adulta é um dos enfoques para compreender as transformações ocorridas entre os jovens na sociedade contemporânea nas últimas décadas. O entendimento desse processo tem sido objeto de análise dos mais variados campos de conhecimento, perpassando, em especial, as Ciências Sociais, a Demografia e a Economia.

O pano de fundo desse debate refere-se a algumas das transformações recentes que se observam entre os jovens, como o prolongamento do tempo passado na escola, as crescentes dificuldades de inserção no mercado de trabalho e de emancipação financeira, os estilos mais flexíveis dos relacionamentos afetivos, a maior “autonomização” da sexualidade e a permanência mais longa na casa dos pais.

Buscando compreender estas transformações, o objetivo geral desta dissertação é investigar os processos de transição para a vida adulta entre os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro, articulando as dimensões da escola, do trabalho e da família em dois momentos no tempo (1970 e 2000). O foco privilegiado é a investigação da existência de uma nova condição juvenil a partir das alterações dos modelos e processos tradicionais de transição para a vida adulta. Como objetivo específico, busca-se mensurar as idades em que as etapas que compõem este processo ocorreram nos diferenciados contextos socioeconômicos em 1970 e 2000. Foram incorporados os diferenciais por renda e cor/raça¹ nas trajetórias destes jovens. Objetiva-se analisar também algumas das modalidades que caracterizam as transições para a vida adulta nos dois momentos, levando em consideração a combinação entre as variáveis de frequência à escola, inserção no mercado de trabalho e formação de família. Os dados utilizados são os provenientes dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

¹ As informações sobre cor/raça encontram-se disponíveis apenas para 2000.

Como será analisado no capítulo 2, os estudos sobre os processos de transição para a vida adulta tiveram início na Europa nos anos 1970 e circunscreviam-se à inserção profissional dos jovens, reiterando a importância da passagem da escola para o trabalho. Tal enfoque foi sendo paulatinamente ampliado ao longo dos anos 1980 e 1990. Os estudos europeus passaram a enfatizar a complexidade do processo de transição, incorporando as dimensões da formação de família, dos dispositivos institucionais e dos processos biográficos de socialização do jovem.

Muitos desses estudos incluíram uma dimensão subjetiva que diz respeito à percepção dos jovens sobre sua condição e seu *status* na transição para a vida adulta. Trabalhou-se a questão utilizando os conceitos de “prolongamento da condição juvenil” ou “pós-adolescência” (Galland, 2003; Pais, 2001; Pais, 1995; Pais, 1993a; Pais, 1993b) e, mais recentemente, pelo de “jovens adultos” (EGRIS, 2001). Este último, grosso modo, refere-se aos jovens que se encontram em situações de autonomia e emancipação relativa no tocante ao seu grupo de origem. Tem-se consolidado a idéia de que as trajetórias de transição para a vida adulta são múltiplas, o que envolve novos e variados estilos de vida. Não são lineares, podendo suas etapas ocorrerem de forma “dessincronizadas” (Galland, 2003), incorporando, inclusive, o “princípio da reversibilidade” (Pais, 2001; Pais, 1995; Pais, 1993a; Pais, 1993b).

No Brasil, enfatiza-se a escassez de pesquisas e políticas públicas destinadas à população jovem que levem em consideração o seu processo de emancipação de forma mais ampla, articulando os variados universos em que eles estão inseridos. Os diagnósticos sobre as condições de vida dos jovens brasileiros têm se pautado, principalmente, por análises que enfocam uma ou duas dimensões de suas vidas. Não raras vezes, o tema da juventude é também abordado somente em uma perspectiva de problemas sociais, enfatizando sua

vulnerabilidade, como é o caso dos estudos sobre desemprego juvenil, gravidez na adolescência, mortalidade por causas violentas, delinquência, uso de drogas, entre outros. De modo geral, nas últimas décadas, tem sido dada pouca importância aos estudos que tomam juventude à luz de um processo amplo de transição para a vida adulta no qual se articulam a formação de família, os vínculos conjugais, a escola e o trabalho, bem como os aspectos subjetivos deste processo.

Alguns estudos recentes, no entanto, baseados em pesquisas quantitativas e qualitativas, têm incorporado a dimensão da família nas análises da transição para a vida adulta. Os resultados apontam para um adiamento das idades em que os jovens saem de casa, deixam a escola, entram no mercado de trabalho e têm filhos, sugerindo que, também no Brasil, o fenômeno do prolongamento da condição juvenil pode estar ocorrendo (Camarano et al., 2004; Pimenta, 2001; Brandão, 2004; Arruda, 2004). Várias pesquisas indicam também que tal fenômeno é diferenciado por grupos socioeconômicos. No entanto, elas tratam ora de realidades geograficamente confinadas, ora de momentos específicos no tempo. Na realidade, pouco se conhece hoje sobre as mudanças ao longo do tempo no processo de transição que os vários grupos sociais e das diversas regiões do Brasil estão experimentando. A presente dissertação objetiva contribuir para o preenchimento de parte desta lacuna, levando em consideração as dimensões institucionais (escola, trabalho e família) do curso de vida dos jovens residentes na região metropolitana do Rio de Janeiro.

O trabalho está estruturado em seis capítulos, sendo o primeiro esta introdução. O segundo apresenta uma revisão da bibliografia nacional e internacional sobre transição para a vida adulta, identificando as principais correntes teóricas a que o debate se refere. Ressalta

também as imagens da juventude que reforçam seu caráter de transitoriedade, de ambigüidade e de heterogeneidade.

O terceiro capítulo delimita o objeto da análise no que diz respeito aos recortes temporal, geográfico e etário. Caracteriza os dois momentos escolhidos (1970 e 2000) e apresenta as motivações que fazem a região metropolitana do Rio de Janeiro foco privilegiado da investigação sobre a existência de novos estilos de vida jovem e transição para vida adulta. Consideram-se como jovens as pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Este intervalo é estendido até os 30 anos para algumas análises no decorrer do trabalho. O capítulo descreve também os indicadores utilizados, as metodologias de compatibilizações de conceitos, bem como as aplicadas para mensurar as idades medianas em que as etapas de transição para a vida adulta ocorreram nos dois anos considerados.

O quarto capítulo compara as condições de escolarização, inserção no mercado de trabalho e formação de família dos jovens em 1970 e 2000, apontando as diferenças e semelhanças entre os jovens nos dois momentos. De modo geral, os dados indicam que, apesar do expressivo aumento de sua escolaridade no período, os jovens em 2000 apresentavam maior instabilidade no mercado de trabalho. Tal instabilidade parece ter influência no que tange ao seu processo de família.

O quinto capítulo apresenta as idades medianas em que cada etapa da transição ocorreu para os dois anos analisados, bem como uma proposta de tipologia para caracterizar as modalidades de transição para a vida adulta na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados confirmam o fenômeno do prolongamento da condição juvenil em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro. No entanto, pode-se dizer que tal fenômeno concentra-se

entre os jovens com melhores condições de renda. Entre as mulheres jovens inseridas em contextos mais desfavoráveis de renda, por exemplo, observou-se o movimento oposto: a antecipação da idade em que elas tiveram filhos, bem como da idade em que saíram da casa de origem. No sexto capítulo, tecem-se os comentários finais e propõem-se futuras investigações sobre o tema.

2 – DEFININDO UMA PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO

2.1. Introdução

O presente capítulo tem o objetivo de contextualizar a discussão sobre as mudanças no processo de transição para a vida adulta à luz de uma revisão bibliográfica sobre o tema no Brasil e em outros países, buscando apontar algumas das principais correntes teóricas que norteiam o debate atual.

Para tal, serão exploradas inicialmente as imagens que caracterizam a juventude ora como vulnerável e desviante, ora como fonte propulsora de mudança e renovação social. As múltiplas caracterizações desta fase do ciclo de vida reforçam o caráter de ambigüidade, transitoriedade e heterogeneidade que a juventude ou as juventudes apresentam.

2.2. A emergência da juventude como problema social²

As imagens e definições recorrentes que se atribuem à juventude podem ser reconhecidas nos estudos acadêmicos, na legislação e na sociedade em geral e trazem importantes implicações para elaboração de políticas públicas para o segmento. Tais representações sobre juventude elaboradas pela sociedade são geralmente marcadas pela ambigüidade. Se por um lado, os jovens são vistos como agentes propulsores da mudança social, por outro, são comumente analisados pela ótica negativa dos problemas sociais. Em meados de 1960, a juventude foi observada como “protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações”. A

²Esta seção está fortemente baseada em análise desenvolvida em dois estudos anteriores realizados no âmbito da Coordenação de População e Cidadania do IPEA, a partir dos quais a presente dissertação foi sendo elaborada. Ver Mello et al (2004) e Camarano et al (2004).

partir dos anos 1970, ela esteve atrelada aos “problemas de emprego e de entrada na vida ativa” (Sposito, 2000, p. 9). É como se a ela fosse atribuída o caráter de mudança social, que se limitasse pelas conjunturas políticas, econômicas ou culturais do presente.

No campo dos Estudos de População, como enfatiza Camarano et al (2004), as discussões sobre a juventude no Brasil estiveram, de certo modo, vinculadas ao temor de uma explosão demográfica. Inicialmente, o tema da juventude se inseriu nas análises de reprodução e comportamento sexual dos jovens. Com o arrefecimento do crescimento populacional, o debate deslocou-se da fecundidade das mulheres maiores de 20 anos para as menores de 20 anos, as adolescentes. Esta questão tornou-se objeto privilegiado de análises entre demógrafos e profissionais de saúde e tem pautado boa parte da agenda das políticas públicas.

Na última década, no Brasil e no mundo, acentuaram-se também as preocupações com a instabilidade derivada das mudanças do mercado de trabalho e da violência das grandes cidades nos estudos dos mais variados campos de conhecimento. Estes atribuíam, em geral, um caráter de grande vulnerabilidade aos jovens, o que é reforçado pela mídia nacional, uma vez que são altas as taxas de desemprego dos jovens e elevadas suas taxas de mortes por causas violentas.

Nas Ciências Sociais, historicamente, os estudos sobre juventude foram bastante influenciados pela Escola de Chicago. Estes analisaram o comportamento de gangues juvenis de bairros pobres e o acirramento dos conflitos urbanos, particularmente da cidade de Chicago dos anos 1920, pautados na teoria da desorganização social. Apesar das críticas recebidas e de reformulações posteriores, a idéia de juventude propensa ao desvio e à

delinqüência, importada de um contexto específico da história americana, influenciou boa parte dos estudos sobre juventude no Brasil (Zaluar, 1997).

Essa concepção de juventude remonta aos fundamentos da Sociologia funcionalista. Neste arcabouço teórico, a juventude é definida como uma fase da vida “em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, através da aquisição de elementos apropriados da ‘cultura’ e da assunção de papéis adultos”. Refere-se ao momento, por excelência, para a manutenção da coesão da sociedade. Dentro desta perspectiva, a Sociologia funcionalista apropria-se das falhas desse processo de socialização e transforma a juventude em fonte de risco para a continuidade social (Abramo, 1997, p. 29).

A mídia tem desempenhado papel importante também sobre a construção que se faz dos jovens na sociedade. Não raras vezes, refere-se a eles como sujeitos inconseqüentes e propensos ao desvio e ao delito. Como observa Castro e Abramovay (2002), a mídia, de modo geral, repercute uma visão dos jovens, especialmente dos negros e pobres, como sujeitos perigosos para a sociedade. Esta imagem é bastante explorada em notícias sobre violência e drogas, sempre comumente associada a altas taxas de desemprego registradas entre os jovens.

No entanto, como ressaltam as autoras, “são poucas as referências às cidadanias negadas, como a do exercício do brincar, divertir-se, se informar e se formar culturalmente, assim como de reinventar linguagens próprias” (Castro e Abramovay, 2002, p.20). Pode-se dizer que os estudos de juventude e as imagens produzidas sobre ela prescindam ainda de enfoques que a tomem “como protagonista de um tempo de possibilidades” (Souza, 2004, p. 51).

De acordo com Pais (1993a, p. 29), são os indivíduos quem tomam consciência, no cotidiano, de determinadas características associadas à fase da vida que estão vivendo. No caso de estas características afetarem um considerável número de indivíduos de uma mesma geração, elas passam a se constituir em determinados modos de vida. A partir daí, se forem consideradas como expressão de determinados problemas sociais, tornam objeto de atenção do poder público. As medidas decorrentes desta preocupação interferem no cotidiano dos indivíduos e podem afetar o *timing* das transições entre uma fase e outra. Neste sentido, o autor acentua que, embora a puberdade seja um processo biológico, portanto universal, a adolescência e a juventude só começaram a ser encaradas como fase da vida quando os problemas e tensões associados a elas a tornaram objeto de consciência social.

Rua (1998, p.733-739) ressalta que as políticas públicas são respostas – *outputs* – do sistema político às demandas – *inputs* e *withinputs* - originárias da sociedade e do interior do próprio sistema político. Estas não estão circunscritas somente ao plano nacional, mas cada vez mais refletem os organismos e agências internacionais. Enquanto as demandas não chegam ao sistema político e se transformam em problemas políticos, o que se tem é um “estado de coisas”, que a autora define como sendo uma situação de incômodo prolongado, insatisfação, que atinge diversos grupos sem chegar a compor uma agenda governamental.

Ao focar as principais políticas dirigidas à população jovem - educação, saúde, trabalho, lazer, cultura -, observa-se, de fato, que a maioria delas não está voltada especificamente para eles. Estas políticas destinam-se a um público mais amplo, com o qual os jovens têm que competir pelos serviços oferecidos. Situações como estas indicam, segundo Rua, que as demandas por políticas públicas para juventude no Brasil permanecem como “estado de coisas”, sem, no entanto, chegar a se constituírem problemas políticos.

2.3. O que faz do Jovem jovem?

Na tentativa de definir juventude, é recorrente sua exaltação como o momento no qual as pessoas “vivem” e “curtem a vida” mais intensamente do que em outras fases, associando sua imagem a condutas ligadas, por um lado, à irresponsabilidade e à transgressão; por outro, à aventura, à vitalidade e à força. Na primeira acepção, por vezes, ela é tomada como fase delicada, “difícil” e perigosa, podendo tornar-se um problema social, como mencionado anteriormente. Na segunda, é reverenciada como um estilo de vida.

No entanto, há outras percepções recorrentes entre os próprios jovens. Com a afirmação “Conhecer o mundo real de uma hora para outra”³, um aluno do curso de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) no município do Rio de Janeiro⁴ definiu juventude. O que exatamente esta frase acrescenta às exaltações recorrentes de juventude como fase de se “curtir a vida”? O que “Conhecer o mundo real de uma hora para outra” quer dizer na definição do aluno, se é verdade que as crianças e os adultos também aproveitam a vida? O que difere, portanto, a criança do jovem ou o jovem do adulto? A idéia contida na frase do aluno parece fazer referência a um momento a partir do qual o indivíduo passa a assumir responsabilidades, opondo-se, de certa forma, a noção de irresponsabilidade que, por vezes, é associada à juventude.

Para tentar responder a estas questões e avançar em uma definição de juventude, faz-se necessário explorar mais as idéias de dependência e autonomia. Ainda que sejam conceitos

³ Pesquisa realizada em 1995 entre os alunos de graduação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE).

⁴ Os jovens do município do Rio de Janeiro representam cerca de 52% dos jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro.

relativos, uma vez que variam do sujeito do olhar, pode-se afirmar que o mundo das crianças é marcado pela dependência quase que total dos seus pais e/ou provedores. As decisões cruciais de suas vidas são geridas sempre por seus responsáveis. Em termos genéricos, o mundo dos adultos se difere do das crianças pela autonomia que potencialmente o primeiro encerra.

Em condições ideais, os adultos têm autonomia sobre seus atos, podendo dispor de suas vidas como desejarem. Ressalta-se, no entanto, que esta é uma construção que se faz de vida adulta, pois é difícil supor que alguém tenha, de fato, plena autonomia. O que se tem é a potencialidade de uma vida independente e autônoma. Neste espectro, juventude poderia ser definida como uma fase de transição entre os limites da dependência e da autonomia. Os jovens aparecem ora tendo pouca idade para algumas coisas, ora já tendo passado da idade para outras coisas. Aparecem como relativamente autônomos para determinados atos – é dado a eles o poder de decidir com quais amigos passarão a compartilhar suas vidas, ir à escola ou desfrutar do lazer etc -, no entanto, muitos são ainda dependentes economicamente de seus pais. Sintetizando, depreende-se que o jovem difere da criança por estar sendo introduzido em um mundo no qual ele pode tomar determinadas decisões. É a percepção de que ele tem a vida pela frente e de que suas escolhas e decisões podem influenciar no seu futuro.

Ainda que referenciados pelo futuro - pela promessa, ansiedade e angústia que ele traz -, a vida dos jovens é, antes de mais nada, marcada pela experiência do presente. É nele que está ancorada a temporalidade da juventude. Viver o presente e tirar dele tudo o que se pode é também uma caracterização recorrente das diversas imagens que os jovens têm e fazem da sua condição. Em resposta à indagação sobre o que seria juventude, quase um terço dos

alunos da graduação da ENCE entrevistados em 1995, definiu-a como tempo de aproveitar e viver ao máximo a vida. Atrelada a esta percepção faz-se notar fortemente uma ressalva aos limites que o “aproveitar ao máximo a vida” deve trazer para a juventude. Tal preocupação articula-se com os riscos e vulnerabilidades a que a condição juvenil pode estar submetida e, neste sentido, a categoria futuro aparece simultaneamente como representação de um tempo de medos e angústias e de esperanças e promessas.

Uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) entre novembro de 2000 e fevereiro de 2001 reforça a preocupação que os jovens cariocas têm com seu futuro. Entre a “melhor” e a “pior” coisa em ser jovem, o futuro mereceu destaque. Para 64% dos entrevistados, a melhor coisa de ser jovem é ter o futuro pela frente. Para 35,2%, é justamente a preocupação com o futuro a pior coisa de ser jovem. Em terceiro e quarto lugares, aparecem o desemprego, apontado por 19%, e o receio de não poder se sustentar, por 14,8% (Novaes e Mello, 2002).

O início e os limites da juventude são, assim como sua própria definição, função da História, cultura e sociedade em que vivem estes jovens (Bourdieu, 1983; Ariès, 1981). Ainda que seja uma construção eminentemente social, é possível, operacionalmente, entendê-la como parte de um caminho entre a saída da infância e o início da fase adulta. Nele, os jovens passam a experimentar relativa autonomia, com a qual podem ir pouco a pouco gerenciando suas vidas e definindo o papel e o lugar que ocuparão no mundo adulto.

A sensação de ter a vida nas próprias mãos, pela primeira vez, e saber que suas escolhas e seus caminhos influenciarão seu futuro refletem a magnitude da responsabilidade que passam a vivenciar os jovens. Sua percepção de que o futuro os espera pode ajudar a entender o

simbolismo que o termo juventude encerra. A idéia de que tudo ainda está por vir carrega a ilusão de que o futuro aos jovens pertence. Neste sentido, por um lado, o tempo para eles aparece como o agora. Suas ações são carregadas de imediatismo e de pressa. Por outro, o presente traz a expectativa e a incerteza sobre qual futuro terão, reforçando cada vez mais viver o agora. O futuro aparece como incerto; o presente, como vivido.

As transformações pelas quais passam os jovens neste período ocorrem em diversas esferas de sua vida e, a partir delas, é possível vislumbrar, ao menos, uma definição operacional. A transição para o mundo adulto permeia transformações biológicas, sociais e econômicas. É o momento de alterações hormonais, que marca a puberdade e o início da adolescência. É o período dos ritos de mudança de status, como entrada na universidade, início da atividade sexual, independência econômica, saída da casa dos pais, casamento, primeiro filho etc (Rodríguez, 2001).

A despeito das transformações biológicas – que, embora possam variar ao longo da história, se alteram em menor grau que as transformações culturais e socioeconômicas - a questão central é que há diferenças importantes na maneira como e nos momentos em que os jovens começam a vivenciar a transição para a vida adulta. A juventude pode ser prolongada ou não, de acordo com a especificidade dos jovens em um determinado momento histórico. Pensar um período no qual modificações importantes e de diversas ordens estão ocorrendo remete à idéia de processo (Oliveira, 1999). Uma das questões a ser respondida no percurso desta dissertação é: como, se, e em quanto tempo este processo se realiza?

De acordo com Pais (1993a, p. 23), a Sociologia da juventude tem oscilado entre duas tendências no intuito de definir juventude. Na primeira, como foi ressaltado acima, integra

indivíduos que experimentam uma fase de vida, “prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizam esta fase”. É uma perspectiva que considera a juventude como constituída por um grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma geração, sendo conhecida como corrente geracional. Na segunda, “a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado”, que tem como principal atributo ser constituída por jovens de diferentes contextos sociais, culturais e econômicos. Esta visão é denominada de classista.

O autor propõe que a juventude seja olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente unidade – já que se refere a uma fase da vida e, portanto, a uma geração - e como diversidade - dado que expõe as diferenças entre os jovens pertencentes a uma mesma geração. Este último eixo tem um pressuposto metodológico do qual esta dissertação também compartilha: a juventude não é socialmente homogênea. Esta dissertação parte do pressuposto de que as transições para a vida adulta são diferenciadas de acordo com os contextos e segmentos em que ocorrem. Tal pressuposto é recorrentemente reconhecido e reafirmado pelos pesquisadores e formuladores de políticas públicas. No entanto, na prática, muitas vezes a noção de juventude se presta à generalizações arbitrárias que não levam em consideração as diferenças.

Na definição de Casal (1996, p. 124), a transição para a vida adulta pode ser vista como um sistema de dispositivos institucionais e processos biográficos de socialização que, de forma articulada, intervêm na vida das pessoas desde à puberdade e conduzem à aquisição de papéis sociais que projetam o jovem à emancipação profissional, familiar e social.

Definir os jovens à luz de sua condição de transição entre a infância e a vida adulta tem sido útil para observar importantes transformações por que passam. No entanto, tal enfoque merece ressalvas, uma vez que atribui ao mundo adulto um exagerado *status* de estabilidade em oposição ao mundo da juventude, recorrentemente visto apenas pela ótica da instabilidade. A vida adulta surge como um lugar a ser alcançado pelos jovens, sem levar em consideração que ela também está em transformação e, em certo sentido, pode ser marcada por momentos de instabilidade (Vianna, 1997; Sposito, 2000).

A vantagem desta definição de juventude é que tal abordagem, como ressaltam Casal, Masjoan e Planas (1988, p. 98), incorpora ao discurso de juventude os conceitos de processo, transformação, temporalidade e historicidade. Com isso, ressalta-se, em primeiro lugar, que as realidades juvenis são determinadas por processos de transição desiguais; em segundo, que dentro de um mesmo país podem existir diversos processos de transição; e, em terceiro, que o elemento biográfico cumpre um papel importante, pois os momentos e as fases desta transição irão definir diversas formas de ser jovem.

3.4. Ser jovem na legislação brasileira

A relação do mundo jovem com o mundo adulto no Brasil é marcada também sob a ótica da legislação pela transitoriedade e ambigüidade (Oliveira, 1999). Principal norma dos direitos e deveres dos cidadãos, a Constituição Federal, de 1988, avança no reconhecimento e garantia dos direitos dos jovens, dividindo entre o Estado, a família e a sociedade as obrigações com o adolescente:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (grifos da autora).

A Constituição Federal regula e impõe limitações ao trabalho infanto-juvenil. Foi estabelecida uma idade mínima para a admissão ao trabalho, bem como condições específicas para seu exercício, ficando expressa no texto a proibição de qualquer discriminação por critério de idade, sexo, cor ou estado civil⁵. Estabeleceu-se a proibição do “trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos⁶”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, também fixa em 14 anos a idade mínima para o jovem aprendiz, ao qual é assegurada uma bolsa de aprendizagem. No entanto, somente aos adolescentes maiores de 16 anos é que estão garantidos os direitos trabalhistas e previdenciários fixados na Constituição Federal.

O caráter ambivalente das condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho é reiterado também na vida política. O Art. 14 da Constituição Federal determina que o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de 18 anos e facultativos para os jovens com idade entre 16 anos completos e 18 incompletos. O voto dos jovens de 16 anos foi um direito incorporado à Constituição de 1988. Apesar de uma conquista e um reconhecimento das condições dos jovens brasileiros, ao ampliar o exercício do sufrágio, reforça o hiato existente entre participação eleitoral e representação política dos jovens.

Um exemplo disso são as idades mínimas definidas pela Constituição Federal para a elegibilidade dos cidadãos para determinados cargos políticos. À medida que cresce a envergadura política do cargo aumenta o limite mínimo estabelecido pela lei para que o cidadão possa exercê-lo. A idade mínima para o exercício dos cargos de Presidente da República, Vice-Presidente e Senador é de 35 anos; para os cargos de Governador e Vice-

⁵ CF Art. 7 XXX.

⁶ CF Art. 7 XXXIII.

Governador de Estado e do Distrito Federal é de 30 anos; Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz, de 25 anos; e Vereador, 18 anos.

O novo Código Civil Brasileiro antecipou a maioridade para o casamento de 21 anos para 18 anos, uniformizando a capacidade para a vida civil. No entanto, não foram revistas algumas expressões imprecisas, como “incapazes, relativos a certos atos, ou à maneira de os exercer.”⁷ Encontram-se nesta condição intermediária os jovens maiores de 16 e menores de 18 anos, aqueles mesmos que têm assegurados o direito ao voto facultativo e a possibilidade de terem carteira assinada. São considerados como “absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de dezesseis anos⁸”, aqueles aos quais desde os 14 anos é possibilitado o trabalho como aprendiz.

O Código Civil define normas para emancipação dos jovens brasileiros. Ela pode se dar pela concessão dos pais se o menor tiver 16 anos, pelo casamento, pelo exercício do emprego público, pela conclusão de curso de ensino superior, pelo estabelecimento civil ou comercial, ou por emprego que gere economia própria⁹. Além disso, estabelece condições especiais para o casamento antes da maioridade civil. Ele pode ocorrer a partir dos 16 anos com autorização dos pais¹⁰ e, antes desta idade, “para evitar imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez”.¹¹ Apesar das várias discussões no Congresso, com repercussões na sociedade civil, sobre a antecipação da condição penal do jovem para 16 anos, a Constituição Federal, no Art. 228, mantém a inimputabilidade dos menores de 18 anos.

⁷ Código Civil Art. 4º.

⁸ Código Civil Art. 3º.

⁹ Código Civil. Art. 5º.

¹⁰ Código Civil Art. 1517

¹¹ Código Civil Art. 1.520

Pode-se concluir que a legislação brasileira define sempre uma inserção gradual dos jovens na sociedade, reforçando o caráter de transitoriedade da juventude. Ressalta-se ainda que a legislação e as políticas públicas tomam, muitas vezes, adolescência e juventude como sinônimos, tratando como homogêneos segmentos populacionais com especificidades e demandas diferenciadas. O ECA define por adolescência o período que se estende dos 12 aos 18 anos, englobando parte da faixa etária que a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu como juventude, ou seja, as pessoas entre 15 e 24 anos.

Sintetizando, a juventude escapa ao caráter biológico, que marca as transformações ocorridas no início da adolescência, e tem seu escopo ampliado por importantes eventos que definem o modo pelo qual o jovem se insere na vida adulta. Pode-se dizer que a juventude apresenta um momento, mais ou menos, delineado para começar, mas um indefinido e, por vezes, mais prolongado tempo para se encerrar.

2.5. O debate sobre transição para a vida adulta no contexto internacional¹²

O interesse em estudar juventude à luz de seu processo de transição para a vida adulta surge na Europa no contexto da crise do mercado de trabalho em meados dos anos 1970. A primeira perspectiva de análise adotada por parte dos estudiosos se restringia à passagem da escola para o trabalho e ancorava-se no contexto de crise econômica o qual a Europa começava a viver. Paulatinamente, ao longo dos anos 1980, tal perspectiva foi sendo substituída por uma mais complexa, que envolvia todo o processo de emancipação do jovem,

¹²Esta seção teve importantes contribuições da revisão bibliográfica feita por Melissa Pimenta no texto “Trajetórias Juvenis”, que compôs o exame de qualificação de seu doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo apresentado em 2004. Para um panorama geral da produção internacional, ver também Wyn e Dwyer (1999).

articulando a formação escolar e as inserções profissional e familiar. A transição para a vida adulta passou, no entanto, a ser objeto privilegiado de pesquisadores de vários países europeus à medida que se observaram transformações nos modelos tidos como tradicionais de transição que haviam se consolidado após a Segunda Guerra.

Os modelos tradicionais de transição consideram uma linearidade no desenvolvimento do curso da vida, na qual uma dada seqüência unidirecional de eventos e etapas ordena o caminho de um indivíduo da infância à velhice. No processo de transição para a vida adulta, esta trajetória é composta pela saída da escola, pelo ingresso no mercado de trabalho, pela saída da casa dos pais, pela formação de um novo lar pelo casamento e pelo nascimento do primeiro filho, em torno do qual se origina um novo núcleo familiar. A observação desta seqüência na sociedade do pós-guerra respondia a uma dinâmica propiciada pelo crescimento econômico e pelo nível de emprego que é colocada à prova com a crise do mercado de trabalho que teve início na Europa nos anos 1970.

Analisando os estudos recentes de transição para a vida adulta, Wyn e Dwyer (1999) mostram que as experiências de vida e as expectativas da atual geração são mais complexas e menos previsíveis que as de seus predecessores, sugerindo que os modelos lineares de transição estão se tornando cada vez mais inapropriados para o contexto de mudança social e econômica das últimas décadas. À luz destas mudanças, observa-se que distinções entre estudante e não-estudante, trabalhador e não-trabalhador, solteiro e casado são ultrapassadas e estão sendo substituídas por situações intermediárias e, por vezes, reversíveis. Além disso, as seqüências destas transições não obedecem mais a uma lógica linear e uniforme: deixar a casa dos pais, ou a de origem, por exemplo, nem sempre coincide com a conclusão dos estudos e/ou a saída da escola ou com o casamento; a obtenção do primeiro emprego pode se

dar quando o jovem ainda é estudante; a coabitação com um cônjuge pode ocorrer antes de o casamento e assim por diante (Pais, 2001, p. 73; Pais, 1995, p.203).

De acordo com Pais (1993a), os processos de transição para a vida adulta passaram a ser heterogêneos e marcados por descontinuidades e rupturas. Tais características podem ser observadas tanto na vertente conjugal, que envolve a saída da casa de origem, a sexualidade, a coabitação, o casamento e a fecundidade, quanto na vertente profissional, que se acentua com as dificuldades de inserção profissional, o desemprego e a relação escola-trabalho. A observação de mudanças importantes nos caminhos que os jovens percorriam entre um *status* e outro, com inúmeros estágios intermediários e de duração indefinida, levou os pesquisadores a identificar um novo fenômeno social que passou a ser conhecido como prolongamento da condição juvenil.

O fenômeno do prolongamento da juventude pode ser explicado por duas ordens de fatores, que se desenvolvem nas esferas da escola, do trabalho e da família. A primeira, de ordem pública, envolve o aumento da escolarização e as crescentes dificuldades de inserção profissional dos jovens. Eles passaram a ficar mais tempo na escola ou mesmo optaram por retornar a ambientes de formação e profissionalização para ampliarem suas chances de inserção em um mercado de trabalho mais exigente. A segunda, de ordem privada, deriva da desvinculação entre atividade sexual e união conjugal, apontando para uma flexibilização nos padrões de relacionamentos afetivos e familiares.

Uma das problematizações decorrentes das alterações no processo de transição para a vida adulta pode se dar, por exemplo, pelo descompasso entre a sexualidade exercida cada vez mais cedo e o prolongamento do tempo passado na escola e o postergamento e/ou

dificuldades de inserção no mercado de trabalho. No entanto, pode-se dizer que este prolongamento de eventos circunscritos à juventude abriu múltiplas possibilidades e estilos de ser jovem e de se tornar adulto.

De modo geral, a literatura internacional tem destacado pelo menos três características que moldam as novas transições para a vida adulta. A primeira delas é a da “dessincronização” de suas etapas. Uma das primeiras teorizações sobre o fenômeno do prolongamento juvenil na Europa foi proposta por Olivier Galland¹³. Por meio de inquéritos realizados na França entre 1979 e 1992, ele observou que não só o exercício de uma atividade laboral e a formação de uma família estavam acontecendo mais tarde, como também pareciam desconectadas. Estes resultados sugerem modos intermediários de vida, que combinavam *status* e regras dos mundos adulto e adolescente. Por exemplo, a fase de maternidade ou paternidade, que poderia ser considerada a última no processo de transição, parecia ocorrer de forma independente do prolongamento dos estudos (Galland, 2003, p. 169-170).

A segunda característica recorrente no debate sobre o processo de transição para a vida adulta da geração dos anos 1990 é o “princípio da reversibilidade”. Tal idéia motivou Pais a cunhar o termo “geração iô-iô”¹⁴, referindo-se às idas e vindas dos jovens entre os vários estatutos profissionais, estudantis e conjugais que estes podem vir a adquirir no atual contexto de mudanças sociais e econômicas. Muitos deles assumem posições no mercado de trabalho, depois voltam a estudar, alguns conciliam trabalho e estudo, outros saem da casa dos pais e a ela retornam tendo se casado, ou não, e com ou sem filhos.

¹³ Ver sobre o assunto Galland (1990, 1995 e 2003).

¹⁴ Este conceito foi apresentado pela primeira vez por José Machado Pais em 1994 no III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, “Dinâmicas Multiculturais – Novas faces, outros olhares.

Com base na observação do postergamento e “dessincronização” das etapas de transição para a vida adulta, Galland (1990) trabalhou com a hipótese de que os jovens estariam passando de um “modelo de identificação” para um de “experimentação”. O primeiro modelo ocorreria pela transmissão de valores de uma geração à outra e o segundo, pela construção de uma identidade fora do quadro de referências familiares. Esse modelo, baseado na experimentação, parece nortear as novas transições para a vida adulta. Aponta-se aqui esta como a terceira característica.

Tal característica é evidenciada nas pesquisas que Pais realizou entre jovens portugueses. Para o autor, a atual geração parece mover-se pelo aleatório e por uma ética de experimentação, ainda que diferenças possam ser encontradas entre os jovens de classe média e os operários entrevistados. De fato, seus resultados sugerem que os jovens de classes médias portuguesas são mais propensos à experimentação de novos modos de vida e de transição para a vida adulta que os oriundos de classes operárias. No entanto, foram encontrados indícios de que o modelo de experimentação tende a se difundir entre jovens portugueses de outras condições socioeconômicas (Pais, 2001, p.75; Pais, 1993a, p. 321).

Uma das perspectivas teóricas que discute as despadronizações e descontinuidades do curso da vida moderna mais recorrentes na literatura sobre transição para a vida adulta é a teoria da individualização. De acordo com Beck (1997), o termo individualização é por vezes mal interpretado e acaba por designar situações de isolamento, solidão, atomização e desconexão. Nenhum destes sentidos, no entanto, revela com exatidão seu significado. Individualização significa a desintegração das certezas da sociedade industrial e reincorporação de novas certezas e modos de vida, nos quais os indivíduos produzem, representam e acomodam suas próprias biografias.

O processo de individualização não se baseia na livre decisão dos indivíduos. Como Beck afirma, a individualização apresenta-se como uma espécie de “compulsão pela fabricação, o auto-projeto e a auto-representação, não apenas da própria biografia, mas também de seus compromissos e articulações à medida que as fases mudam”. Para o autor, as tradições do casamento e da família estão se tornando dependentes de processos decisórios e as contradições envolvidas nestes processos são experimentadas como riscos pessoais. Desta forma, “a individualização significa que a biografia padronizada torna-se uma biografia escolhida” (Beck, 1997, p. 26).

O desenvolvimento da tese da individualização está baseada no conceito de “modernidade reflexiva”, que Giddens e Beck utilizam para designar o momento atual. Beck (1997, p.13) define o termo como sendo a possibilidade de uma (auto) destruição criativa da era da sociedade industrial, na qual o sujeito desta destruição criativa não surge como revolução ou crise, mas, sim, como vitória da modernização ocidental. Para o autor, a sociedade moderna tem destruído seus papéis dos sexos, formações de classe, família nuclear, pré-requisitos e formas contínuas do progresso técnico-científico. Neste novo estágio, uma mudança da sociedade industrial implica “a radicalização da modernidade, que vai invadir as premissas e os contornos da sociedade industrial e abrir caminhos para uma outra modernidade”.

Na concepção de Giddens (1991, p.45-46), a reflexividade da vida social moderna está “na base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si”. As práticas sociais são reformadas com base na informação renovada sobre estas práticas sociais, alterando o seu caráter. Sabe-se que, em qualquer cultura, as práticas sociais são alteradas à luz de novas descobertas, mas o que difere este fato na modernidade é “a suposição da reflexividade indiscriminada”. A ampliação do

conhecimento, não trouxe certezas e seguranças, como pressupunha o Iluminismo. Ao contrário, na modernidade, não se pode estar seguro de que o que é conhecido não possa ser revisado e reformulado novamente, atribuindo-lhe um caráter mais marcadamente imprevisível. Ao afirmar que este não é um fenômeno novo, em outro trabalho, Giddens (1997, p. 220) reforça seu argumento dizendo que “o que mudou foram as origens da imprevisibilidade. Muitas incertezas com que nos defrontamos hoje foram criadas pelo próprio desenvolvimento do conhecimento humano”. Neste contexto, as possibilidades de estilos e modos de vida são múltiplas e vão, por exemplo, desde a redescoberta das tradições até a sua dissolução.

A perspectiva de que as pessoas podem escolher suas próprias trajetórias tem sido recorrente nas pesquisas sobre transição para a vida adulta e reforça a idéia de *agency* entre os jovens. Este termo pode ser entendido como sendo os aspectos do processo de decisão na transição para a vida adulta que são predominantemente individuais, criativos, pró-ativos e mais resistentes às pressões externas (Rudd e Evans, 1998, p. 51). Os estudos recentes na Europa indicam que as gerações mais novas estão se tornando mais pró-ativas em relação aos riscos e às incertezas do futuro e estão fazendo escolhas pragmáticas que permitem manter suas aspirações apesar da persistência da influência de fatores estruturais em suas vidas (Wyn e Dwyer, 1999, p.5).

Um dos primeiros estudos que introduziu esta perspectiva nas análises de transição para a vida adulta na Europa foi feito por um grupo de pesquisadores ligados à Universidade Autônoma de Barcelona, conhecido como Grup de Recerca Educació i Treball (GRET), a partir de 1987. O enfoque trazido pelo GRET trouxe avanços teóricos também ao propor a conceituação de juventude como transição da puberdade à vida adulta. Pelas formulações

propostas, o uso do conceito de transição como marco teórico superaria a idéia de juventude como geração, centrando o interesse metodológico e político em torno das diferentes trajetórias que tomam estes jovens. Ao se utilizar este conceito, pode-se captar a diversidade social do “ser jovem”, bem como compreender os problemas intrínsecos ao processo de transição (Casal, Masjoan e Planas, 1988). Desta forma, o GRET reforça a idéia de heterogeneidade da população jovem e inclui a perspectiva biográfica de suas trajetórias.

Por perspectiva biográfica entende-se a inclusão na análise dos eventos que, em paralelo aos momentos chaves da transição da vida adulta que compõem o modelo de transição tradicional, afetam determinados jovens, podendo influenciar no resultado final desta transição. Esses eventos podem ser tanto o desemprego, o consumo de drogas e a delinqüência, quanto à experiências bem sucedidas de inserção social. De acordo com o GRET, os momentos chaves da transição e este conjunto de eventos significativos atingem os jovens em tempo e forma diferenciados, produzindo resultados também diferenciados no seu processo de transição.

De acordo com Casal (1996, p. 125-126), integrante do GRET, o sistema de transição configura-se em três níveis: o contexto social, histórico e territorial, os processos biográficos e os dispositivos institucionais. O primeiro nível expressa o contexto sociohistórico em que ocorre a transição dos jovens para a vida adulta. Tal contexto configura-se primeiramente em um eixo longitudinal que identifica as grandes fases históricas, do pré-capitalista ao capitalismo informacional. Em segundo lugar, por um eixo transversal no qual a transição se processa em um sistema de desigualdade social. São eles: os sistemas formais e informais de aprendizado, o mercado de trabalho, o Estado e os processos de reprodução das estruturas familiares e o mercado matrimonial.

O segundo nível refere-se às escolhas racionais do sujeito e tem a vantagem de introduzir a transição como processo biográfico. A transição, neste sentido, é analisada como um conjunto articulado de ações em torno da formação de expectativas de futuro, estratégias, decisões e usos particulares de recursos sociais. O jovem é um agente ativo de sua transição, na qual fatores sociais e econômicos e institucionais interagem com suas decisões e escolhas.

O terceiro nível faz referência a uma rede de instituições sociais que atuam regulamentando a transição dos jovens para a vida adulta como, por exemplo, o sistema de ensino e as intervenções no mercado de trabalho e sistema produtivo. Este é o nível das políticas públicas.

Ancorado nestes pressupostos e a partir de investigações empíricas realizadas pelo GRET, Casal construiu uma tipologia identificando cinco modalidades básicas de transição. Esta tipologia foi construída a partir de dois eixos: um temporal, que indica o tempo que um jovem leva para se inserir profissionalmente e obter a emancipação familiar, definindo as transições como precoces ou tardias; e outro que mede as expectativas de posicionamento social, definindo jovens com altas ou baixas expectativas de posição social (Casal, 1996, p. 132-138). As modalidades são as seguintes:

- 1) êxito precoce: jovens com altas expectativas de carreira profissional, que percorrem itinerários sem interrupções, com trânsito para a vida ativa rápido e com êxito. O ajuste entre as expectativas iniciais e o resultado final da inserção profissional não implica atraso no processo;
- 2) trajetórias operárias: jovens orientados pela cultura do trabalho manual e pouco qualificados, definindo horizontes limitados. A escassez de qualificação atribui a esta modalidade um caráter vulnerável em relação ao mercado de trabalho. Estes jovens se

- emancipam precocemente e suas escolhas profissionais são pautadas mais pela necessidade que por escolhas;
- 3) trajetórias desestruturadas: jovens com baixas expectativas sociais e trajetórias escolares curtas. Tal trajetória é marcada pela dificuldade de inserção laboral; desemprego crônico e trabalho circunstancial, desenvolvido, na maior parte das vezes, na economia marginal ou informal. A desestruturação das dimensões da escola e do trabalho pode levar a uma desestruturação pessoal, podendo conduzi-los a uma situação de exclusão social;
 - 4) trajetórias precárias: caracterizadas por instabilidade de inserção no mercado de trabalho e atraso na emancipação familiar. A diferença em relação à situação anterior é que esta se define mais pela instabilidade de inserção no mercado de trabalho do que pelo desemprego crônico; e
 - 5) aproximação sucessiva: jovens com altas expectativas sociais e profissionais e escolhas com alta margem de erro. Esta trajetória é dominada pela tentativa, ensaio e erro, que implica atraso na inserção profissional e na emancipação familiar. Pressupõem escolarização prolongada, experiências profissionais prévias à inserção, fracassos parciais no trânsito da escola para o trabalho, precariedade etc. Pauta-se também pelo ajuste contínuo de expectativas.

Casal observou que as modalidades de “êxito precoce” e “trajetórias operárias” emergiram do contexto social e econômico do pós-guerra, cedendo lugar a partir dos anos 1980 às modalidades de “aproximação sucessiva”, “trajetórias precárias” e “desestruturadas,” que surgiram com a crise estrutural do mercado de trabalho e com o impacto do capitalismo informacional. Tem-se observado uma tendência generalizada de dificuldades de inserção profissional, dificuldades essas que se configuram, muitas vezes, em exclusão social, atraso

na emancipação familiar e no sucesso profissional, precariedade e rotatividade, definindo a modalidade de “aproximação sucessiva” como uma forma dominante e central da transição para a vida adulta na Europa dos dias atuais.

Outro estudo realizado cerca de dez anos mais tarde que o do GRET discutiu as influências do poder de ação dos jovens e os efeitos estruturais relacionados a suas transições e cunhou o que ficou conhecido como a “tese da individualização estruturada”. Rudd e Evans (1998) entrevistaram dois grupos de jovens ingleses entre 16 e 19 anos em situações contrastantes de mercado de trabalho, buscando comparar suas aspirações educacionais e profissionais. Os resultados indicaram que a maioria dos jovens, nos dois contextos analisados, considerou importante o esforço individual e eles mostraram-se bastante otimistas e confiantes quanto a sua capacidade de obter independência, no caso de trabalhem duro e conseguirem as qualificações suficientes, podendo superar os fatores estruturais negativos, como altas taxas de desemprego e formas de discriminação. Ao mesmo tempo, estes jovens apresentaram uma compreensão de que fatores individuais dependem também de elementos como sorte, preferências dos empregadores, políticas públicas e condições do mercado de trabalho.

Os autores concluem que estes jovens estão conscientes dos constrangimentos de fatores estruturais, tais como classe social, sexo, raça e local de residência. No entanto, afirmam que tais fatores estão sendo constantemente re-elaborados em suas transições para a vida adulta. Ou seja, os fatores estruturais não são suficientes para se desconsiderar os aspectos individuais e subjetivos inerentes ao processo de transição para a vida adulta. Os jovens fazem escolhas diárias, no nível micro, que influenciam suas trajetórias educacionais e profissionais. Operam com certo grau de liberdade para tomar decisões relacionadas a trabalho, estudo, estilo de vida, relacionamentos, amizades e circuitos sociais.

A tese da individualização estruturada, proposta por Rudd e Evans a partir deste estudo, situa o debate sobre transição para a vida adulta entre as perspectivas da reprodução social, baseada na ênfase de fatores econômicos estruturais, e individualização, que tende a superdimensionar as ações do sujeito em meio às mudanças da vida moderna. A tese da individualização estruturada se configurou como uma crítica às posições que as teses da reprodução social e da individualização afirmam.

Objetivando entender os processos de transição para a vida adulta entre “jovens socialmente excluídos”, para os quais o impacto da reestruturação econômica e das mudanças no mercado de trabalho trouxe mais consequências negativas que para outros grupos, Raffo e Reeves (2000, p.148) propuseram a “teoria dos sistemas individualizados de capital social”. Por sua definição, seriam grupos ou redes sociais, que têm o jovem como núcleo, fornecendo autênticas oportunidades de aprendizado. Esta teoria reconhece que os sistemas de capital social ao mesmo tempo sustentam e restringem as ações individuais.

Neste sentido, por um lado, esta teoria assume uma perspectiva pró-ativa e de controle do jovem sobre o seu desenvolvimento individual. Por outro, ressalta que este desenvolvimento individual depende fortemente dos grupos sociais, estando condicionados aos recursos materiais e simbólicos disponíveis nestas redes e grupos sociais. Em síntese, segundo os autores, ao incorporar elementos de ação, resistência e acomodação, a transição para a vida adulta é condicionada, em larga medida, por características adaptativas e evolucionárias do seu sistema individualizado de capital social, mais do que por características sociais atribuídas.

Os resultados da pesquisa conduzidas por Raffo e Reeves com 31 jovens de Manchester em situações de desvantagem social sugeriram, em primeira leitura, a existência de uma forte dimensão pró-ativa nas decisões desses jovens no tocante ao estudo e ao trabalho. No entanto, a pesquisa demonstra que as ações e escolhas dos jovens não são completamente livres. Elas são constantemente restringidas pelo entendimento do que é efetivamente possível em suas vidas, entendimento este sempre mediado por elementos estruturais como classe social, sexo e raça. Ou seja, a perspectiva dos autores enquadra-se em um “dilema dualístico clássico”: a extensão que uma escolha individual pode ter sobre as crenças e ações que são resultados de fatores estruturais.

A teoria proposta por Raffo e Reeves (2000, p. 152) baseia-se nos conceitos de “individualização estruturada” (Rudd e Evans, 1998), “capital social” (Coleman, 1988) e “habitus” (Bourdieu, 1977) ao reconhecer que as escolhas cotidianas dos jovens são consequência do conhecimento prático e do entendimento das circunstâncias criadas nos “sistemas individualizados de capital social”. No entanto, a abordagem dos autores difere das anteriores quanto à possibilidade de os indivíduos possuírem aspirações diferentes e se engajarem em práticas que transcendam suas condições e percepções das realidades objetivas. Neste sentido é que os sistemas são chamados de “individualizados”. Embora as redes de relações sociais se aproximem, em certos aspectos, quanto às expectativas e às informações, nem todos que lhe pertencem têm acesso à mesma constelação de relações sociais. Nem todos os jovens que vivem em contextos sociais e econômicos semelhantes, integrando uma mesma rede de sociabilidade, desenvolvem visões de mundo comuns. Isso depende, em grande medida, das relações que cada indivíduo desenvolve no decorrer de suas biografias individuais.

Com o intuito de explicar como jovens em situações sociais similares apresentam diferentes impedimentos e oportunidades decorrentes das relações sociais que experimentam, Raffo e Reeves encontram quatro sistemas individualizados de capital social entre os jovens pesquisados: os sistemas fraco, forte, em mudança e fluido. Estas formas de sistemas de capital social são fundamentais na criação de competências com as quais os jovens lidarão com as incertezas.

De acordo com os autores, o primeiro deles, sistema fraco, caracteriza-se por poucos recursos materiais e simbólicos para lidar com adversidades. As escolhas individuais são fortemente restringidas, indiferentemente da percepção dos agentes sobre segurança e identidade para com o grupo. A fraqueza deste sistema reside no fato de ele fornecer poucos recursos para processar as informações e planejar suas ações. O segundo, sistema forte, pode ser caracterizado por uma forte rede de laços sociais, que proporciona oportunidades de desenvolver conhecimento prático e habilidades para lidar com as dificuldades do mercado de trabalho para jovens. O terceiro sistema, como o próprio nome sugere, é representado por jovens que tiveram seus sistemas anteriores rompidos e estão reconstruindo novas redes de relacionamento. Por fim, o quarto sistema, refere-se àqueles que apresentam um significativo grau de dinamismo, flexibilidade e adaptatividade em resposta às mudanças de circunstâncias e de biografia do jovem. Ele é resultado da diversidade de indivíduos e reflete a variedade de redes de relacionamento desenvolvidas em diferentes contextos, abrindo possibilidades de novas oportunidades.

Raffo e Reeves (2000, p.165) concluem que as oportunidades para os indivíduos melhorarem o seu capital social e ampliarem suas oportunidades de aprendizagem, diante de fatores estruturais, dependem do nível de risco com que os indivíduos têm que lidar, bem como da

quantidade e da qualidade do acesso apropriado a recursos materiais e simbólicos. Deste modo, pertencer a uma rede de capital social “fluida” e “forte” pode gerar mais oportunidades para um conhecimento autêntico e informal que resulte em maior competência para lidar com as incertezas de uma sociedade pós-industrial.

Com o objetivo de aprofundar as análises sobre as mudanças nos processos de transição, possibilitar sua comparação internacional e auxiliar na elaboração de políticas públicas para a juventude, pesquisadores da Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Portugal, Espanha e Reino Unido formaram um grupo conhecido por European Group for Integrated Social Research (EGRIS). A rede de pesquisadores europeus partiu da observação das mudanças ocorridas no curso de vida nas sociedades europeias nas últimas décadas, que culminam, como foi dito anteriormente, em imprevisibilidade, despadronização e não-linearidade das etapas de transição entre uma fase da vida e outra.

O EGRIS incorporou em suas pesquisas as perspectivas trazidas dos estudos sobre transição que consideram os fatores estruturais e subjetivos/biográficos. Avançou ao propor o conceito de “jovens adultos” para a apreensão das transformações ocorridas neste processo. Tal conceito é usado para expressar os jovens, homens e mulheres, que não podem mais ser considerados jovens, mas, ao mesmo tempo, ainda não atingiram o *status* social de adultos no sentido tradicional. Operacionalmente, entende-se como “jovens adultos” aqueles com idade entre 15 a 35 anos. Noção semelhante foi denominada por Pais (1993a, p. 323) como “folga intergeracional”. Esta se refere ao período entre a adolescência/juventude e a vida adulta no qual os jovens se envolvem em novas modalidades de transição, caracterizada por relativa autonomia da família e instabilidade profissional e conjugal.

Como ressalta Pimenta (2004), o termo “jovens adultos” foi concebido como uma crítica à perspectiva de prolongamento da juventude e da pós-adolescência. Estas, além de desconsiderarem que os jovens desenvolvem autopercepções de suas condições distintas das classificações legais e institucionais, não levam em conta que o próprio estatuto convencional de adulto - baseado em estabilidade profissional e formação de uma família - vem sendo questionado. A problemática se coloca justamente porque tanto a definição de juventude como a de vida adulta vêm se alterando nas últimas décadas.

O conceito de jovens adultos traz vantagens, porque, de alguma forma, aproxima os jovens com relativa autonomia – aqueles, por exemplo, que se casaram, mas vivem com os pais ou que se sustentam financeiramente e não deixaram a casa dos pais etc – a uma condição de adultos (Pimenta, 2004), diferentemente do que traz implícito a idéia de pós-adolescência. Isso abre a possibilidade de se repensar a condição juvenil e a de vida adulta em um contexto de transformações no mundo do trabalho e da família.

Partindo do pressuposto da heterogeneidade do fenômeno de jovens adultos em relação a origem, nível de escolaridade e situação no mercado de trabalho, os pesquisadores que compõem a rede EGRIS fazem distinção entre os jovens guiados por “biografias de escolha”, “biografias normais”, como cunhou Du Bois-Reymond (1998), e aqueles que são marginalizados nos processos de escolarização e inserção no mercado de trabalho e não possuem projetos de vida adulta autônoma (EGRIS, 2001, p.105).

O processo de “biografização” tem relação com o ajuste de expectativas que os jovens fazem no decorrer da transição para a vida adulta, no qual eles têm que gerir as novas oportunidades e os riscos do processo, podendo variar de acordo com o contexto em que se encontram. As

“biografias normais”, pautadas por regras entre homens e mulheres e classes sociais distintas e guiadas por um padrão tradicional de transição, são contrapostas às “biografias de escolha”, nas quais, além de tomarem suas decisões com liberdade, estas devem ser legitimadas por seus atores, o que requer auto-avaliação constante de suas opções (Du Bois-Reymond, 1998; Du Bois-Reymond e López Blasco, 2004) .

O processo de transição dos jovens para a vida adulta está associado também à presença do Estado nas sociedades. Em países em que se desenvolveram políticas de bem-estar social mais sólidas, como os escandinavos, a família de origem dos jovens exerce pouca influência em suas trajetórias. Estes, além de contarem com políticas universais, como as de educação e saúde, contam, também, com outras específicas, voltadas para o processo de transição. Já em países como a Itália, Espanha ou Portugal, por exemplo, a família desempenha um papel preponderante na transição para a vida adulta, pois é nela que se apóiam os jovens em dificuldades (EGRIS, 2001; Du Bois-Reymond e López Blasco, 2004). Além disso, a análise do papel das famílias na transição para a vida adulta deve incorporar também uma dimensão bidirecional no processo de dependência. Esta pode ser tanto de filhos jovens para pais como de pais para filhos jovens (Pimenta, 2004; Camarano et al, 2004). Tal fato também varia de acordo com o direcionamento das políticas públicas.

As políticas públicas dirigidas aos jovens muitas vezes não consideram as mudanças que se passam nas sociedades modernas e, em particular, nos processos de transição para a vida adulta. Ao desconsiderar que tal processo se “despadronizou”, as políticas públicas para o segmento oferecem uma lógica de linearidade que não se ajusta às atuais trajetórias não-lineares do processo de transição (Pais, 2003). Esta discrepância entre as transições não-lineares e “despadronizadas” e as biografias “normalizadas” imaginadas pelas instituições

gera o que tem sido observado na Europa como “trajetórias falidas de transição” (Du Bois-Reymond e López Blasco, 2004). Com o intuito de promover a integração destes jovens, por meio de políticas de educação, formação e emprego pouco condizentes com essas mudanças, acaba-se produzindo ou reforçando seus riscos de exclusão.

2.6. Alguns estudos de transição no Brasil

O interesse em estudar juventude sob a ótica de sua transição para a vida adulta é relativamente recente no Brasil. Como já se mencionou, muito tem sido produzido sobre as condições de vida dos jovens, enfocando temas que levem em conta uma ou duas dimensões de suas vidas – como escola e trabalho, sexualidade e reprodução, saúde, violência, etc. - sem necessariamente articulá-las ao seu processo amplo de emancipação e integração social.

A temática da transição para a vida adulta passou a ser privilegiada no Brasil com maior ênfase no fim do século passado a partir da observação de mudanças estruturais no mercado de trabalho e das alterações no âmbito das relações familiares, afetivas e sexuais. No entanto, os estudos de transição têm privilegiado mais a passagem da escola para o mercado de trabalho, dando menos importância aos processos de formação de família.

O objetivo desta seção é apresentar brevemente alguns dos estudos recentes realizados no Brasil que articulam as várias dimensões da transição para a vida adulta. Entre eles, destaca-se o estudo realizado por Pimenta (2001) entre jovens universitários com idade entre 19 e 26 anos residentes no município de São Paulo entre abril e junho de 2000. A autora entrevistou 1.173 jovens cursando três cursos diferentes em três universidades com perfis distintos.

Os resultados gerais de seu estudo sugerem que o caminho para a vida adulta pode ser mais longo ou mais breve, direto ou errático, variando de acordo com o sexo e as condições socioeconômicas do estudante. Observou-se que as possibilidades de escolha em relação à carreira universitária, à decisão de não trabalhar e de alterações no percurso inicialmente previsto são mais limitadas entre os jovens de renda mais baixa. Por outro lado, entre os jovens que contavam com o suporte familiar, destacou-se maior dificuldade na tomada de decisões, bem como maiores incertezas e inseguranças quanto ao seu futuro. O amplo leque de alternativas que estes jovens têm gera maior expectativa quanto ao seu futuro (Pimenta, 2001, p. 186-187).

O trabalho de Pimenta traz importantes indícios sobre as mudanças no padrão de transição para a vida adulta entre jovens universitários de São Paulo. No entanto, em razão dos dados utilizados, seus resultados não podem ser generalizados como uma tendência do jovem paulistano. Além disso, como a própria autora ressalta, o estudo tende a se concentrar em jovens com melhores condições socioeconômicas, uma vez que se trata de uma amostra de universitários. Ainda que se considerem universidades com perfis diferenciados no que diz respeito às condições socioeconômicas sabe-se que o ensino superior constitui em si uma barreira aos jovens de renda mais baixa.

Já o estudo realizado por Oliveira e Rios-Neto (2004, p.16), a partir da Pesquisa de Padrão de Vida (PPV), mede as idades de entrada no mercado de trabalho, saída da escola e nascimento do primeiro filho, procurando evidenciar como estes eventos se relacionam no processo de transição entre os jovens das regiões Nordeste e Sudeste. Os autores mostram que, entre as mulheres jovens brasileiras, a entrada no mercado de trabalho ocorre antes da saída da escola. Esta última precede ao nascimento do primeiro filho. Entre os homens jovens, “a idade de

entrada no mercado de trabalho precede a idade de saída da escola e sugere uma possível simultaneidade entre escola e o trabalho”.

Outros dois estudos realizados por Camarano et al (2004)¹⁵ e Arruda (2004) apontam para o adiamento das idades em que as etapas de transição para a vida adulta ocorrem, sugerindo um prolongamento da juventude. Camarano et al assumem que a saída da casa dos pais constitui uma etapa importante para a emancipação do jovem e assunção do *status* de adulto. Comparando 1982 e 2002, as autoras encontraram um prolongamento nas idades limites superiores dos quartis, crescendo com a idade, para ambos os sexos. Em 1982, aos 21,4 anos 25% dos homens tinham saído de casa, 50% até 24,1 anos, 75% até 27,5 anos, totalizando 100% aos 37,9%. Foi observado em 2002 que a saída de casa entre os homens ocorreu mais tarde, em especial, no terceiro e quarto quartis, aos 29 e 39,5 anos, respectivamente. Os que saíram primeiro retardaram o processo em 0,4 ano e os medianos, em um ano. Entre as mulheres, o processo ocorre, em média, três anos mais cedo que entre os homens. Também as condições em que elas saem de casa se alteraram. As autoras acentuam que, em 1982, cerca de 91% dos chefes jovens eram homens e 9% eram mulheres. Já em 2002, 81% eram homens e 19% mulheres.

As autoras levantam também a hipótese de que a transição para a vida adulta pode estar se tornando dissociada da saída da casa dos pais, pois muitos dos jovens que já deixaram a escola e entraram no mercado de trabalho em 2002, contribuía com proporções expressivas no orçamento familiar (36% deste). Estes resultados sugerem que a “independência econômica pode não se apresentar como condição única e suficiente para a transição para a vida adulta”. Além disso, reforçam a idéia de que a coabitação com os pais pode revelar uma

¹⁵ Este estudo foi realizado pelo Ipea e deu origem às primeiras formulações desta dissertação.

relação de dependência em duas direções. Ou seja, dos filhos com os pais e destes com os filhos. Neste último caso, “a dependência pode ser tanto financeira, já que estas pessoas passam a contribuir com quantias expressivas no orçamento domiciliar, quanto de suporte emocional e afetivo” (Camarano et al, 2004, p. 27).

Arruda (2004) mensurou um adiamento na idade mediana de saída da escola e da entrada no mercado de trabalho entre jovens brasileiros para ambos os sexos entre 1981 e 2001. No entanto, seus resultados não mostraram variações expressivas nas idades medianas de saída de casa. A alteração mais importante foi verificada na idade em que as mulheres têm o primeiro filho. Em 1981, a metade das mulheres havia tido filhos até os 18,2 anos. Em 2001, a idade mediana passou para 20,6 anos, evidenciando um adiamento de 2,4 anos.

A autora mostrou também que o momento em que estas etapas ocorrem varia de acordo com as condições socioeconômicas. Em 2001, os eventos de saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída de casa e nascimento do primeiro filho ocorreram mais cedo entre os jovens do primeiro quintil de renda domiciliar *per capita* do que entre os quinto quintil. A diferença mais importante ocorreu na idade em que estas mulheres tiveram algum filho. Entre as do primeiro quintil, 50% tiveram filhos até os 19,1 anos e, entre as do último quintil, até os 23,4, apontando uma diferença de 4,4 anos.

Outro estudo, de Carneiro, Knudsen e Osório (2002), comparou as mulheres que não saíram de casa, grupo chamado pela literatura demográfica de “Late-Stayers”, no Brasil e na Dinamarca no período de 1981 a 1993. Considerou-se “Late-Stayers” no Brasil o grupo de mulheres com mais de 26 anos que viviam com filhas e outros parentes no domicílio e, na Dinamarca, as maiores de 22 anos. Este limite foi definido com base na probabilidade de

0,25 de estas mulheres estarem vivendo na casa dos pais. Observou-se que o processo de deixar a casa dos pais acontecia em um intervalo de idade mais reduzido na Dinamarca que no Brasil. Em 1993, entre 19 e 23 anos os jovens dinamarqueses apresentaram uma probabilidade de 0,70 de viverem na casa dos pais que decrescia para uma ao redor de 0,10. No Brasil, as referidas probabilidades eram observadas para um intervalo etário de 18 a 34 anos. Estes resultados sugerem, provavelmente, a influência de contextos socioeconômicos e de aspectos estruturais diferenciados do Estado dinamarquês e do brasileiro, em que o primeiro tem como característica a forte influência estatal no que diz respeito à oferta de políticas de educação, emprego e habitação.

Apesar do contexto diferenciado em que as transições para a vida adulta ocorrem, observou-se também um prolongamento do tempo passado na casa dos pais nestes dois países. Este fenômeno foi mais acentuado na Dinamarca. Em 1981, a idade média das mulheres que viviam na condição de filhos e outros parentes era de 23,9 anos, passando a ser de 26,1 em 1993. Como no Brasil a dispersão é maior, as idades apresentaram-se mais elevadas e oscilaram menos. Em 1981, a idade média das mulheres que viviam na condição de filhos e outros parentes foi de 32,3 e, em 1993, de 32,6 anos.

Ressalta-se também entre os estudos de transição a experiência do “Projeto Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico interdisciplinar sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil” (GRAVAD)¹⁶. Iniciado em 1998, o projeto inscreve a gravidez na adolescência no contexto de uma transição para a vida adulta, buscando retirá-la da ótica de problema social, como tem sido recorrentemente abordada no Brasil. Como mencionam Heilborn et al (2002),

¹⁶ Este projeto foi originalmente elaborado por Maria Luiza Heilborn (IMS, Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Michel Bozon (INED, Paris), Estela Aquino (MUSA/ISC, Universidade Federal da Bahia), Daniela Knauth (NUPACS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e Ondina Fachel Leal (NUPACS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

a ênfase do projeto tem sido a análise articulada das trajetórias educacionais, profissionais e afetivo-sexuais com a ocorrência da gravidez na adolescência e a formulação de um projeto de vida. Analisa-se o impacto deste evento na trajetória dos envolvidos e as condições que o estimulam. Utilizou-se a combinação de procedimentos qualitativos e quantitativos nas cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador¹⁷.

Em sua etapa qualitativa, o projeto observou a prevalência do fenômeno do prolongamento da juventude entre as camadas médias da população. Nelas, constatou-se também que a experiência do trabalho vincula-se às ambições profissionais e são recorrentemente tomadas como experiências para uma inserção mais qualificada. Deste modo, constata-se uma dependência material em relação aos pais. No entanto, esta dependência coexiste em um ambiente de diálogo aberto com os pais, que abre espaço para uma autonomia e liberdade em suas vidas privadas. Compreende-se este novo paradigma das relações intergeracionais como um elemento central para o entendimento do prolongamento da juventude, uma vez que ele não cria estímulos para que o jovem saia da casa dos pais (Heilborn et al, 2002).

Com base nestes estudos, pode-se dizer que, também no Brasil, observam-se alterações importantes nos processos de transição para a vida adulta, especialmente no que diz respeito ao momento em que suas etapas estão ocorrendo - mais precoces ou tardias - e aos estilos e modalidades em que estas transições parecem acontecer.

Em síntese, este capítulo mostrou que os estudos de transição para a vida adulta, sobretudo os internacionais, indicam a necessidade da incorporação das perspectivas biográfica e subjetiva nas análises dos processos de emancipação do jovem. Se por um lado, esses estudos têm

¹⁷ Ver também Heilborn (1998).

sugerido que os processos de transição para a vida adulta podem sofrer influência ou variar de acordo com os contextos socioeconômicos em que estes jovens estão inseridos, por outro, eles indicam também que os jovens apresentam maneiras diferenciadas de negociar e lidar com as dificuldades e/ou oportunidades a que são submetidos, mesmo aqueles pertencentes a estratos sociais com características semelhantes. A análise das dimensões institucionais desse processo— a saída da escola, a entrada no trabalho e a formação de família -, em cada contexto socioeconômico, deve estar associada às dimensões não-institucionais – por exemplo, os espaços do lazer -, bem como às biografias destes jovens e percepções sobre o seu processo de transição. Apesar do reconhecimento da importância destes enfoques, em função da disponibilidade das informações dos questionários dos Censos Demográficos de 1970 e 2000, o presente trabalho centrou-se na análise das dimensões institucionais desse processo. Ou seja, utilizam-se as variáveis que se referem ao universo da escola, do trabalho e da família, desagregando, quando pertinente e possível, por renda e cor/raça, como será detalhado no capítulo a seguir.

3 – DELIMITANDO O OBJETO DE PESQUISA

3.1. Introdução

O capítulo anterior apresentou uma revisão bibliográfica sobre transição para a vida adulta no contexto internacional e nacional, apontando para a emergência de novos estilos e modos de vida jovem e de passagem para a vida adulta. Ressaltou-se, de modo geral, a despadronização das etapas de transição e seu potencial de reversibilidade, norteados por uma ótica de experimentação entre os jovens. Objetiva-se aqui definir e justificar os recortes temporal, geográfico e etário a partir dos quais esta dissertação aborda o tema da transição para a vida adulta, bem como apresentar as variáveis utilizadas nos próximos capítulos e as compatibilizações dos conceitos entre os Censos Demográficos.

A análise da transição para a vida adulta entre os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro foi feita para os anos de 1970 e 2000. Como fonte de dados, utilizaram-se os microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000. Informações de população de outros anos censitários foram obtidas em publicações do IBGE, em tabulações por meio do Banco Multidimensional de Estatísticas (BME) e no site da Fundação CIDE. Os dados de mortalidade, apresentados no presente capítulo, são provenientes das estatísticas do Ministério da Saúde (Datasus).

3.2. Definindo um recorte temporal: 1970 e 2000

Os 30 anos que separam 1970 e 2000 marcam um período de importantes transformações econômicas, sociais e culturais na história do país e impõem aos jovens de cada um destes

momentos experiências diferenciadas de juventude e de transição para a vida adulta. A opção em comparar a situação dos jovens brasileiros e o seu processo de transição em 1970 e 2000 deve-se, em síntese, por tal razão.

Os jovens de 1970 viveram sob um regime ditatorial, diante do qual alguns deles compartilharam um projeto coletivo de liberdade e democracia, passaram por um momento de expansão da economia brasileira e enfrentaram uma sociedade que ensaiava se abrir para novos valores. Estes jovens refletem as profundas transformações sócio-culturais, econômicas e políticas que o país assistiu a partir dos 1960. Pode-se definir também este momento histórico como um marco inicial na atenção e preocupação com relação aos jovens no Brasil.

Como ponto de comparação, no fim do século XX e início do atual, os jovens enfrentam outros e novos desafios em um período democrático marcado pela abertura econômica, em tempos de recessão e reestruturação produtiva. Se, por um lado, observa-se a universalização crescente do ensino e o aumento da escolaridade; por outro, o mercado de trabalho configura-se mais restritivo. Estas condições parecem afetar os estilos de vida e a formação de família, o que, por sua vez, abre múltiplas possibilidades de transição para a vida adulta.

Tal processo ocorre em meio à consolidação da democracia no país, o que trouxe novas formas de participação política entre os jovens. Esta ocorre majoritariamente via eleição, estendendo-se de forma diversificada e fragmentada por ações locais, muitas vezes, com apoio ou por meio de organizações não-governamentais. Os jovens da virada do século possuem “novos espaços de agregação”, que diferem do modelo de representação dos anos 1960 e 1970 (Novaes, 1998).

Singularidades importantes do processo de transição dos jovens para a vida adulta decorrem também, em especial, do contexto de violência urbana das grandes cidades, principalmente o da região metropolitana do Rio de Janeiro. Além dos altos índices de mortes por causas violentas que incidem sobre os jovens, observa-se parte deles, sobretudo os com piores condições socioeconômicas, ser aliciada pelo crime organizado e pelo tráfico de drogas. Essa é uma importante variável que diferencia as experiências destes jovens nos dois momentos analisados.

3.3. Definindo um recorte geográfico: a região metropolitana do Rio de Janeiro

Definir a região metropolitana do Rio de Janeiro como o foco da investigação sobre os novos processos de transição para a vida adulta remete o debate às especificidades que a caracterizam do ponto de vista político, econômico, demográfico, social e cultural.

O estado do Rio de Janeiro tem singularidades que remontam a sua instituição e se confundem com a formação do Estado brasileiro. Uma breve análise da trajetória de sua definição territorial e administrativa serve de exemplo. Em 1763, o município do Rio de Janeiro se tornou a capital do Brasil colônia. Em 1808, com a vinda da família real para o Brasil, ela foi elevada à condição de capital do Império Português e, em 1834, passou a município autônomo. Em 1835, Niterói tornou-se a capital do Estado do Rio de Janeiro. Com a República, o município do Rio de Janeiro chegou a Distrito Federal. Em 1960, o município perdeu o posto de capital federal para Brasília e se tornou Estado da Guanabara. A fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro aconteceu apenas em 1975, estabelecendo o município do Rio de Janeiro como a capital do estado (Lessa, 2000).

A região metropolitana do Rio de Janeiro também traz especificidades desde a sua criação. Por ser constituída de municípios que pertenciam aos dois estados – Guanabara e Rio de Janeiro - ela não foi incluída na Lei Complementar n. 14, de 08/06/1973, que criou as demais regiões. Sua implementação aconteceu em 1974, com a Lei Complementar n. 20, de 01/07/1974, que definiu sua composição com os seguintes municípios: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, São Gonçalo, São João do Meriti e Petrópolis.

Em 1990, a Lei Complementar n. 64 excluiu Petrópolis da composição da região metropolitana do Rio de Janeiro. Na década de 1990, a criação de novos municípios, em 1993 e 1997, a partir de desmembramentos dos que já compunham a região metropolitana até aquele momento, ampliou o número de municípios para 19.

Passaram a compor a região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir de 1997, os municípios de Rio de Janeiro, Belford Roxo (ex-distrito de Nova Iguaçu), Duque de Caxias, Guapimirim (ex-distrito de Magé), Itaboraí, Itaguaí, Japerí (ex-distrito de Nova Iguaçu), Queimados (ex-distrito de Nova Iguaçu), Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, São Gonçalo, São João do Meriti, Seropédica (ex-distrito de Itaguaí) e Tanguá (ex-distrito de Itaboraí) (Carneiro, Alcides J. de Carvalho, 2001).

Pode-se dizer que o fato de o Rio de Janeiro ter sido capital federal conferiu à região uma posição de destaque entre as demais. A região metropolitana do Rio de Janeiro, por exemplo, concentra elevado número de universidades públicas, empresas públicas e autarquias, trazendo especificidades também às condições educacionais e econômicas da região. Ressalta-se a grande concentração relativa de empregos públicos, bem como de empregos

gerados na área de serviços, comparativamente a outras regiões do país. Do ponto de vista educacional, observa-se que a região metropolitana do Rio de Janeiro apresenta uma das menores taxas de analfabetismo do país. Em 2002, o percentual da população de 15 anos ou mais analfabeta no Brasil foi de 11,8%, enquanto o comparável para a região metropolitana do Rio de Janeiro foi de 4,2%, ficando ligeiramente abaixo das regiões metropolitanas de São Paulo (4,9%), Curitiba (4,3%) e Porto Alegre (4,3%). A região metropolitana do Rio de Janeiro figurava também entre as melhores no que diz respeito a outros indicadores de escolaridade, tais como anos médios de estudo da população com 25 anos ou mais. Em 2002, no Brasil, a população com 25 anos ou mais apresentava uma média de 6,1 anos de estudo. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, esta média foi de 7,7 anos de estudo, perdendo apenas para o Distrito Federal, com 8,5 anos médios de estudo (IBGE, 2003).

Aspectos demográficos também podem ser destacados como fatores que dão especificidade ao estado do Rio de Janeiro e/ou à região metropolitana. Entre eles, ressaltam-se:

- As taxas de fecundidade do estado do Rio de Janeiro são historicamente as mais baixas do país e foram as primeiras a declinar no século XX. No período 1930/1935, ela foi de 4,4 filhos por mulher, enquanto a de São Paulo atingiu 5,7 filhos. Até 1991, a taxa de fecundidade do estado do Rio de Janeiro era a mais baixa do país, tendo sido ultrapassada pela do Distrito Federal em 2000. Ela passou, então, a ser a segunda mais baixa do país, sendo de aproximadamente 2 filhos por mulher. Na capital do estado, a taxa ficou, inclusive, abaixo do nível de reposição, 1,9 filho por mulher. O incremento nas taxas de fecundidade do estado do Rio de Janeiro entre 1991 e 2000 deu-se principalmente entre as mulheres mais jovens, as com idade entre 15 e 19 anos (Cavenagui e Alves, 2005; Camarano et al, 2004; Camarano, 1996).

- A região metropolitana do Rio de Janeiro apresentou em 2000 uma taxa de mortalidade juvenil por causas violentas quase duas vezes maior que a média nacional, sendo mais expressiva entre os homens. A taxa de mortalidade por causas externas entre homens jovens no Brasil foi de 167,5 óbitos por 100 mil habitantes, enquanto a da região metropolitana foi de 306,8. Entre as mulheres, as taxas se assemelham: 20,6 óbitos por 100 mil no Brasil e 22,1 na região metropolitana.
- A razão de sexo da região metropolitana do Rio de Janeiro é uma das baixas do país, indicando uma elevada proporção de mulheres em relação aos homens. Em 2000, para o Brasil, a razão de sexo foi de 96,9 homens por 100 mulheres, para a região metropolitana, de 90, e, para o município do Rio de Janeiro, de 88,3. Tal fato pode estar relacionado ao alto índice de mortalidade por causas violentas entre homens jovens e à migração de mulheres no passado.
- O estado do Rio de Janeiro e a região metropolitana têm os maiores índices de envelhecimento do país. Este índice mede a razão de pessoas com mais de 60 anos em relação às menores de 15 anos. Em 2000, no estado, o índice foi de 42 idosos por 100 crianças menores de 15 anos. Na região metropolitana, foi de 44. No Brasil, o índice envelhecimento foi de 28,9. Destaca-se tal característica, pois ela pode ser indicativa da maior convivência entre as gerações .

Além disso, do ponto de vista cultural, pode-se dizer que o Rio de Janeiro, em especial a capital, sempre esteve à frente dos acontecimentos nacionais, funcionando como uma espécie de vitrine para o resto do país. Concentrou importantes jornais, movimentou a opinião pública e destacou-se por sediar grandes eventos artísticos e compor o roteiro cultural do

Brasil. Este ambiente de inovação influenciou comportamentos e mentalidades, repercutindo por outros estados, afetando, em especial, o estilo de vida da população jovem.

Todas as razões acima levam a se supor que a região metropolitana do Rio de Janeiro seja um espaço importante para se estudar as modalidades emergentes de transição para a vida adulta e as novas condições juvenis. Acredita-se que ela antecipa tendências demográficas, sociais e culturais. Em particular, nela pode-se observar o adiamento ou a antecipação dos eventos que fazem parte desta transição e avaliar em que medida este processo se diferencia nos diversos segmentos de renda e cor/raça.

3.4. Definindo um recorte etário

A Assembléia Geral da ONU definiu juventude, pela primeira vez, em 1985 na ocasião do Ano Internacional da Juventude. Apesar das considerações sobre o caráter social e histórico de juventude – e neste sentido mutante no tempo – a ONU convencionou chamar de jovens as pessoas no intervalo etário de 15 a 24 anos.

Esta é uma definição operacional que, embora arbitrária, é útil para comparações internacionais, servindo para caracterizar as condições de vida dos jovens, bem como para estimar a demanda por políticas públicas para o segmento. Para os fins desta dissertação, adota-se tal recorte etário. Esta faixa etária é estendida, em algumas análises no seu decorrer, conforme o enfoque privilegiado, como é o caso do capítulo 5, onde se amplia o limite superior para 30 anos.

3.5. Compatibilização das regiões metropolitanas em 1970 e 2000

A primeira compatibilização necessária refere-se à divisão político-administrativa em 1970 e 2000, dado que a composição da região metropolitana era diferente nos dois anos. Foi preciso compor uma região metropolitana em 1970 compatível com a de 2000. A compatibilização consistiu em constituir a região para 1970, nos moldes de sua composição na data do Censo Demográfico de 2000.

Isso foi feito em três etapas. Na primeira, compôs-se o município do Rio de Janeiro, unificando as 23 regiões administrativas que formavam o Estado da Guanabara. Na segunda, constituiu-se a região metropolitana do Rio de Janeiro a partir da união de duas microregiões (221 e 224) do Estado do Rio de Janeiro com o município do Rio de Janeiro. Como os municípios instalados na década de 1990 foram resultados de desmembramentos dos já existentes, a terceira etapa, que deu forma à região metropolitana de 1970, consistiu em excluir o município de Petrópolis (IBGE, 1979). Para a montagem das bases de dados para 1970 e 2000, foram excluídos também os domicílios coletivos e os moradores ausentes com a finalidade de evitar a dupla contagem de pessoas.

3.6. Indicadores utilizados no capítulo 4

O capítulo 4 tem como objetivo caracterizar os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro em 1970 e em 2000. Calculou-se a variação absoluta e relativa da população no período, bem como sua distribuição por idade e sexo. A distribuição da população jovem por cor foi efetuada apenas para o Censo Demográfico de 2000 pela ausência deste quesito no

Censo de 1970. Centrou-se na análise dos indicadores de escolaridade, mercado de trabalho e formação de família.

Como indicadores de escolaridade, foram utilizadas as medidas de anos médios de estudo e frequência à escola; para os de mercado de trabalho, consideraram-se as taxas de desemprego e de atividade; e para os de formação de família, as variáveis de estado conjugal e condição no domicílio. As informações foram desagregadas por idade e sexo.

Ressalvas merecem ser feitas aos indicadores de mercado de trabalho e condição dos membros da família no domicílio. No tocante ao primeiro grupo de indicadores, apesar de a coleta de informações considerar o mesmo intervalo etário em 1970 e 2000 (a população de 10 ou mais), alterou-se bastante a maneira de investigar suas condições de ocupação e atividade econômica. Isso resultou em uma mudança do conceito de População Economicamente Ativa (PEA). Em 1970, a pergunta que definia a PEA era “Se não trabalha, nem procura trabalho, qual a ocupação ou situação que tem e considera principal”. Esta trazia as seguintes possibilidades de respostas: afazeres domésticos, estudante, aposentado, vive de renda, doente ou inválido, detento e trabalha ou procura trabalho. Eram considerados participantes da PEA aqueles que respondessem “trabalha” ou “procura trabalho” . Ao perguntar de forma indireta, oferecendo como resposta inicialmente as alternativas de inatividade, o Censo Demográfico de 1970 subestima a participação das mulheres e dos jovens no mercado de trabalho, já que, se estes respondessem afirmativamente à primeira ou à segunda resposta como atividade principal, estariam excluídas automaticamente da PEA (Paiva, 1984). Isso pode dificultar a comparação com 2000. No último Censo, a PEA passou a ser definida por um número maior de variáveis do mercado de trabalho, tornando-a mais

abrangente que em 1970. Desmembrou-se a captação da situação de atividade e ocupação, deixando de serem utilizadas as tradicionais categorias de 1970¹⁸.

A segunda dimensão sobre a qual se fazem considerações é a que versa sobre as condições dos membros da família no domicílio. O termo família abarca uma série de definições e varia de acordo com o arcabouço teórico que se privilegia. Os estudos antropológicos referem-se à “família como grupo de pessoas ligadas por relações afetivas construídas sobre uma base de consangüinidade e aliança”, sem se limitar, no entanto, à convivência delimitada pela mesma moradia (Bruschini, 1989, p.9). Acompanhando o pensamento sociológico e econômico, a Demografia tem abordado a família como um grupo conjugal que se desenvolve em torno de uma unidade residencial (Medeiros e Osório, 2002).

Neste sentido, a família aparece associada a unidades de consumo, nas quais os bens duráveis e não-duráveis são compartilhados em um mesmo domicílio, pautando a relação entre seus membros. Os domicílios são moradias estruturalmente independentes, constituídas por um ou mais cômodos com acesso privativo. Os domicílios particulares, foco da análise, são caracterizados por servirem de moradia a, no máximo, três famílias, ainda que a moradia esteja localizada num estabelecimento industrial ou comercial.

Tais abordagens são adotadas pelos Censos Demográficos e não têm se alterado significativamente ao longo das últimas décadas. Neles, a família é definida como sendo “um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou de dependência doméstica que morem no mesmo domicílio; pessoa que more sozinha num domicílio particular e o conjunto de, no máximo, cinco pessoas que morem num domicílio particular embora não estejam ligados por

¹⁸ Ver também sobre o assunto Jannuzzi (2004) e Dedecca e Rosandisk (2003).

laços de parentesco ou de dependência doméstica”, para os quais se ressaltam, na definição do Censo Demográfico de 2000, “as regras de convivência” (IBGE, 1974, p. 9; IBGE, 2002, p.81).

A despeito das vantagens de se pensar em famílias a partir da perspectiva de sua convivência em um mesmo domicílio e o estabelecimento das regras internas a eles, dos direitos e obrigações entre seus membros, ressalta-se, como o faz Bruschini (1989), o papel fundamental que têm as redes ampliadas de parentesco para as estratégias familiares de sobrevivência. Sabe-se que pode haver uma forte cooperação e solidariedade entre os membros das famílias que não residem no mesmo domicílio, em particular, entre os arranjos familiares de jovens. Tal enfoque pode resultar em uma desvalorização das experiências cotidianas de arranjos que, embora não impliquem em convivência, funcionem como famílias ampliadas. Além disso, esta perspectiva leva a se considerar os arranjos de indivíduos que moram sozinhos ou de pessoas que coabitam um mesmo domicílio, partilhando de um orçamento comum, como famílias, “quando na verdade nada mais são do que domicílios unipessoais ou grupos domiciliares que, da perspectiva do antropólogo, estariam longe de significar família” (Bruschini, 1989, p.10).

Para os fins da presente investigação, no entanto, foram considerados os domicílios como a unidade de análise e os tipos de arranjos que neles se configuraram em 1970 e 2000. Para tal, foi construída em 1970 uma variável de relação com o chefe do domicílio que permitiu a comparação com 2000, já que a investigação em 1970 considerou unicamente a relação com o chefe da família.

Duas dimensões sobre o processo de formação de família serão abordadas: o estado conjugal dos jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro e os domicílios *de*, *com* e *sem* jovens. Definiu-se como domicílios *de* jovens aqueles onde o jovem estava na condição de chefe ou cônjuge; o domicílio *com* jovens, aquele no qual ele ocupava qualquer outra condição no domicílio; e domicílios *sem* jovens, quando evidentemente não havia jovens no domicílio.

3.7. Indicadores utilizados no capítulo 5

O capítulo 5 tem como objetivo analisar as inter-relações entre as dimensões da escola, do trabalho e da família. O ponto de partida para esta análise é o modelo de transição que se assume como o tradicional, mencionado no capítulo 2. Tal modelo engloba a passagem pelas seguintes etapas de forma unidirecional: a saída da escola, a entrada no mercado de trabalho, a saída de casa e, no caso das mulheres, o nascimento do primeiro filho. Cada um destes eventos foi definido da seguinte forma¹⁹:

1. Saída da escola: jovem não estar freqüentando a escola.
2. Entrada no mercado de trabalho: jovem participar da PEA, o que incorpora os ocupados e os desempregados.
3. Saída de casa dos pais: optou-se por medir a saída de casa dos pais pela condição do jovem na posição de chefe ou cônjuge de um domicílio. Poderia ocorrer também pela assunção do status de pensionista, agregado e empregado doméstico no domicílio. No entanto, estas condições não foram consideradas em virtude do seu percentual ser pouco expressivo em 2000.

¹⁹ Ressalta-se que estas definições são meramente operacionais. Captam apenas a situação em que o jovem se encontra em um dado momento. No entanto, sabe-se que, em particular, o jovem experimenta várias situações intermediárias e reversíveis destas condições. Por exemplo, saem de casa e voltam; param de estudar, podendo voltar; e entram e saem do mercado de trabalho com mais freqüência, oscilando entre a atividade e a inatividade. Não é possível captar estes movimentos por meio dos dados censitários utilizados.

4. Ter filhos: ter tido filhos nascidos vivos até o momento da pesquisa. Este evento só pode ser analisado para as mulheres.

Como tem sido recorrentemente abordado pelos estudos de juventude, o modelo de transição para a vida adulta, denominado de tradicional, obedece a uma seqüência lógica e linear na ocorrência dos eventos que a compõe, entre os quais, a saída da casa dos pais assume um papel preponderante. Objetiva-se indagar se o modelo de transição referenciado na saída da casa dos pais permanece o mais recorrente. A partir daí, busca-se investigar as novas modalidades de transição que levam em consideração também as transições que se passam dentro da casa de origem.

O capítulo 5 foi dividido em duas partes. Na primeira, calcularam-se as idades medianas em que ocorrem os eventos que marcam a transição para a vida adulta: 1) saída da escola; 2) entrada no mercado de trabalho; 3) saída da casa dos pais e 4) ter o primeiro filho. O objetivo específico aqui é analisar o momento em que cada etapa de transição ocorre nos diferenciados contextos socioeconômicos. A segunda parte analisa as inter-relações entre as etapas de transição, exploradas separadamente na primeira parte. Elaborou-se uma tipologia de modalidades de transição para a vida adulta levando em consideração conjuntamente os jovens que saíram de casa, tornando-se chefes e cônjuges de um domicílio, e os jovens que estão, no momento dos censos, na condição de filhos e outros parentes.

3.7.1. Cálculo das idades medianas

Baseada em metodologia utilizada por Arruda (2004) para os cálculos das probabilidades de cada evento da transição, considerou-se um limite inferior e superior de idade. Os limites

delimitados pela autora (10 a 30 anos) foram adaptados para a realidade da região metropolitana do Rio de Janeiro compreendendo um intervalo menor, já que várias informações para a faixa etária de 10 a 14 anos se mostraram estaticamente insignificantes. O limite inferior foi fixado em 15 anos e o superior em 30 anos.

Para se obter as idades medianas, calculou-se, inicialmente, a prevalência do evento ocorrer nas idades individuais delimitadas:

$$F(x) = \frac{\text{evento na idade (i)}}{\text{População na idade (i)}}$$

A partir do cálculo destas probabilidades, calcularam-se as probabilidades incondicionais para cada evento, que são a probabilidade do evento ocorrer na idade (i) com a diferença das prevalências das idades (i) e (i-1), como ilustra a fórmula abaixo.

$$f(x) = \text{Prevalência na idade (i)} - \text{prevalência na idade (i-1)}$$

Para se eliminarem os possíveis valores negativos das probabilidades para cada idade, principalmente entre as mulheres, utilizou-se uma suavização a partir do método de Médias Móveis. Adotou-se uma média móvel de três anos. Tal método consiste em uma série de médias aritméticas obtidas ao longo do tempo por meio da média de seqüências consecutivas contendo três valores observados.

A partir dessas médias móveis por idade individual, calcularam-se a média, a mediana, a moda e o desvio padrão das idades levando em consideração as probabilidades encontradas

para cada evento por sexo, quartil de renda domiciliar *per capita* e cor/raça. Optou-se por utilizar as idades medianas por estas não serem afetadas pelos valores extremos - como é o caso das médias - e serem menos viesadas pela censura dos dados. Os dados utilizados para estas análises são de período (anos censitários), aplicando para tal a metodologia de coorte sintética no cálculo dos valores medianos.

Não foi possível fazer a análise por cor em 1970, como mencionado anteriormente, pela ausência deste quesito no levantamento daquele ano. Em 2000, foram analisados somente os brancos, pretos e pardos. Os amarelos e indígenas não foram incluídos na análise por totalizarem menos de 1% da população jovem da região metropolitana do Rio de Janeiro.

3.7.2. Modalidades de transição para a vida adulta

A investigação sobre as modalidades de transição para a vida adulta na região metropolitana do Rio de Janeiro tomou como base dois estudos recentes (Arruda, 2004; Camarano et al, 2004) que objetivaram traçar algumas das novas modalidades em curso no Brasil.

Estimaram-se as combinações de condição no domicílio, frequência à escola e atividade laboral em 1970 e 2000. O ponto de partida foi o modelo tradicional ou convencional de transição para a vida adulta, que tem nas etapas da saída da escola, inserção no mercado de trabalho e saída casa dos pais etapas importantes para a mudança do status do jovem. Foram definidos cinco grupos de modalidades de transição para a vida adulta, a partir de adaptações destes estudos: a) tradicional ou convencional; b) escolarização prolongada tipo 1; c) escolarização prolongada tipo 2; d) transição na casa dos pais; e) não transição na casa dos

pais. O Quadro 1 resume as combinações utilizadas para a elaboração das modalidades que situam o jovem nos dois momentos em que foram analisados.

QUADRO 1: DEFINIÇÃO DAS MODALIDADES DE TRANSIÇÃO POR CONDIÇÃO NOS EVENTOS

Modalidades	Condição no domicílio	Escola	Trabalho
Tradicional ou Convencional	Chefe ou cônjuge	Não estuda	PEA ou não PEA
Escolarização Prolongada Tipo 1	Chefe ou cônjuge	Estuda	PEA
Escolarização Prolongada Tipo 2	Chefe ou cônjuge	Estuda	Não PEA
Transição na casa dos pais ou parentes	Filho ou outros parentes	Estuda ou não estuda	PEA
Não transição	Filho ou outros parentes	Estuda ou não estuda	Não PEA

Fonte: Elaboração do autor.

Foram investigadas também combinações no interior da modalidade de transição na casa dos pais e entre os que não fizeram a transição. Na primeira, estimou-se a proporção de jovens que estavam na condição de filhos ou outros parentes, não estudavam e estavam desempregados. Na segunda, foram analisados os jovens na condição de filhos e outros parentes que estudavam e não participavam da PEA.

Os jovens situados entre os cinco grupos elencados no Quadro 1 foram caracterizados levando em consideração as seguintes variáveis: idade, frequência à escola, grau de escolaridade, estado conjugal, maternidade, situação de ocupação, rendimento médio e rendimento domiciliar *per capita*.

Ressalta-se que a análise empreendida por esta dissertação considera somente as dimensões institucionais - trabalho, escola e família - em que a transição para a vida adulta ocorre, em virtude da disponibilidade dos dados censitários. Daí decorre a escolha dos indicadores utilizados. Os resultados da análise adotada são apresentados nos capítulos 4 e 5. No entanto,

reitera-se, mais uma vez, a necessidade de se estudar juventude e transição em uma perspectiva mais ampla que inclua as dimensões do lazer e da cultura, nas quais o jovem ocupa espaço privilegiado em nossa sociedade, bem como os processos biográficos envolvidos neste processo.

4 – RETRATOS DAS JUVENTUDES EM 1970 E 2000

4.1. Introdução

O presente capítulo pretende caracterizar os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro a partir de sua composição etária e por sexo, formação escolar, inserção no mercado de trabalho e condição na família, comparando estas características em 1970 e 2000. Busca-se com esta análise delinear algumas semelhanças e diferenças destes jovens nos dois momentos privilegiados nesta dissertação.

4.2. Evolução da população jovem da região metropolitana do Rio de Janeiro

É extenso o debate acerca do tamanho e do crescimento populacional e seus impactos nas condições de vida²⁰. Vários autores têm se debruçado sobre esta questão e, em especial, sobre o impacto que suas variações têm para a população jovem. No Brasil, Bercovich e Madeira²¹ estudam o assunto desde meados dos anos 1980, buscando antecipar os efeitos que os alargamentos na base da pirâmide etária e o conseqüente aumento da população jovem podem desempenhar no mercado de trabalho e na demanda por políticas públicas.

²⁰ Indagações sobre o comportamento populacional sempre estiveram presentes nos debates político, econômico e social da história das civilizações. Forjada cada uma em seu tempo e sob o arcabouço teórico de cada campo de conhecimento, a preocupação com o crescimento, a distribuição e a composição etária das populações é alvo de preocupação entre os estudiosos. Não é mero acaso. Nossa história começa muito antes de a Demografia se firmar como campo autônomo de conhecimento. O crescimento populacional foi apropriado de diversas formas ao longo do tempo. Ora positivamente, quando o aumento da mão-de-obra era necessário para elevar a produtividade, ora negativamente, quando o crescimento populacional não era acompanhado pelo dinamismo da economia. Esta tem sido a vertente mais comum nos estudos de população. Formalmente, foi na Economia Política, com Thomas Malthus, no século XVIII, que o temor pelo crescimento populacional se fundou como um dos pilares da Demografia. Muitas de suas idéias, postuladas naquele tempo, ainda vigoram, de maneiras diversas, nas discussões contemporâneas. Vide Furedi (1997), capítulo 1.

O efeito de sucessivos alargamentos e estreitamentos na base das pirâmides etárias ao longo das décadas resulta em descontinuidades demográficas que se reproduzem como ecos em sucessivas gerações. O momento do alargamento de uma dada faixa etária foi chamado de “onda” por Bercovich e Madeira e, no fim da última década e início desta, de “onda jovem” por se referir a um alargamento da população de 15 a 24 anos. Argumenta-se que a forte “queda da mortalidade no Brasil após a Segunda Guerra Mundial seria a maior responsável pelo alargamento da base da pirâmide de 1960”, refletindo-se em 1980 e 2000 no “aumento da proporção de mulheres em idades férteis e um alargamento da base da pirâmide resultante do incremento no número absoluto destas mulheres”. Em 1970, a base apresenta um estreitamento, conseqüência provável da queda da fecundidade no período de 1965 a 1970 (Bercovich e Madeira, 1990, p. 608). As autoras utilizaram os dados do Estado de São Paulo onde os efeitos destes alargamentos se fizeram notar com mais intensidade, mas é possível observar aspectos semelhantes também na região metropolitana do Rio de Janeiro em 2000.

A Tabela 1 mostra o incremento da população jovem do Brasil e da região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1960 e 2000. Nela é possível verificar o arrefecimento do crescimento populacional nas últimas décadas, na qual a população jovem brasileira passou de uma taxa de crescimento médio anual de 3,3%, no período 1960/70, para 1,8%, entre 1991/2000. No entanto, na região metropolitana, o comportamento das taxas de crescimento foi bastante oscilante. Analisando as décadas de 1970 e 1990, isoladamente, observou-se taxas de crescimento em torno de 1,2% ao ano. Esta taxa foi considerada maior nos anos 1970 (3,2%), evidenciando um incremento substancial da população jovem na década de 1970.²² Já nos anos 1980, esta taxa foi de -0,4%.²³

²¹ Ver também sobre o assunto Bercovich e Madeira (1990), Bercovich e Madeira (1992), Madeira (1998) e Oliveira et al (1998).

²² A redução da fecundidade no Rio de Janeiro deu-se de forma mais lenta que a em outros estados brasileiros, uma vez que a Taxa de Fecundidade Total já era mais baixa em 1930, 4,4 filhos por mulher, enquanto em São Paulo era de 5,7 filhos por mulher. Apesar da tendência geral de queda, Camarano (1996) verificou um aumento da Taxa de Fecundidade Total para o Estado do Rio de Janeiro nos anos 1950 e início dos anos 60, razão pela

TABELA 1
POPULAÇÃO JOVEM DE 15 A 24 ANOS, CRESCIMENTO ABSOLUTO E RELATIVO E TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL
BRASIL E RM DO RIO DE JANEIRO, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Ano	População Jovem		Crescimento absoluto		Crescimento relativo (%)		Taxa de crescimento médio anual (%)	
	BRASIL	RMRJ	BRASIL	RMRJ	BRASIL	RMRJ	BRASIL	RMRJ
1960	13.412.731	1.190.064						
1970	18.539.088	1.334.362	5.126.357	144.298	38,2	12,1	3,3%	1,2%
1980	25.089.191	1.820.754	6.550.103	486.392	35,3	36,5	3,1%	3,2%
1991	28.582.350	1.746.792	3.493.159	(73.962)	13,9	(4,1)	1,2%	-0,4%
2000	33.584.251	1.957.572	5.001.901	210.780	17,5	12,1	1,8%	1,3%

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000

Em termos absolutos, verificou-se um aumento da população jovem do Brasil em 20 milhões entre 1960 e 2000, enquanto na região metropolitana do Rio de Janeiro o volume da população jovem permanece aproximadamente estável desde 1980. No último Censo, contabilizou-se uma população de quase dois milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos, que se distribuiu proporcionalmente entre as faixas de 15 a 19 e 20 a 24 anos. Cada uma contava com aproximadamente 900 mil pessoas. Nota-se que o crescimento da população jovem nos anos 1970 reflete-se em 2000, caracterizando um movimento ondular da população da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A Tabela 2 mostra a participação relativa da população jovem da região metropolitana do Rio de Janeiro no total de sua população. Em 1970, a população jovem representava 19,7% do total, aumentou para 20,6% em 1980, caiu para 17,8% em 1991 e subiu ligeiramente para 18,1% em 2000. Tal fato tem relação com o envelhecimento da população, em especial, no Rio de Janeiro, onde a proporção de idosos é relativamente elevada em relação a do resto do país²⁴.

qual a população jovem sofre um incremento na década de 1970. Ver também sobre o assunto Wood e Carvalho (1994).

²³ Este efeito pode estar relacionado com deslocamentos da população jovem para outros estados brasileiros no período em busca de melhores oportunidades de trabalho e escolarização.

²⁴ A população idosa (60 anos e mais) da região metropolitana do Rio de Janeiro foi de aproximadamente 1,2 milhão de pessoas, representando 10,9% da população total em 2000.

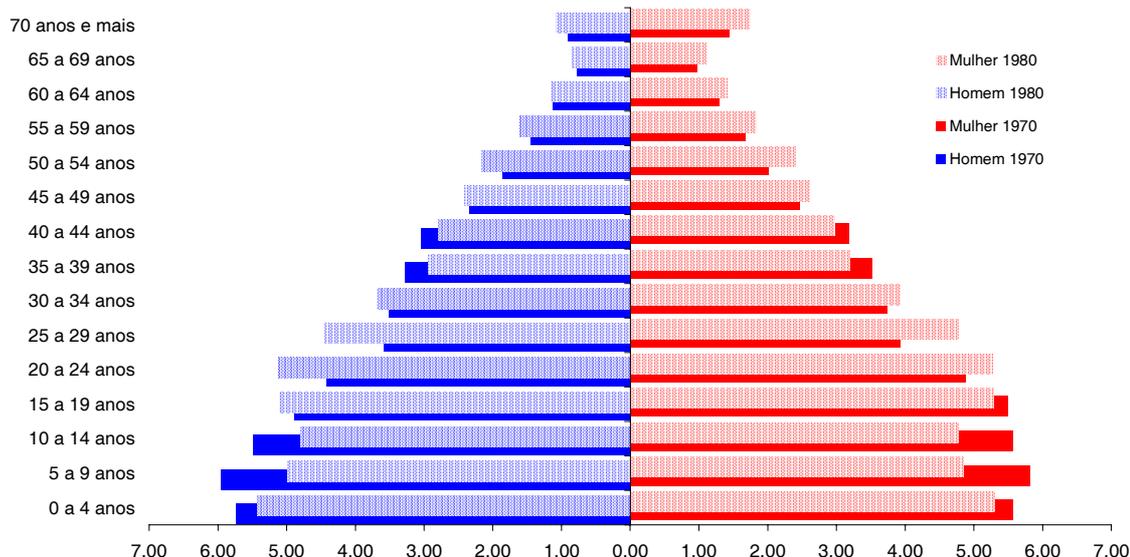
TABELA 2
POPULAÇÃO JOVEM ABSOLUTA E RELATIVA
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1970, 1980, 1991 e 2000

Grupos etários	1970		1980		1991		2000	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
15 a 19 anos	703.948	10,36	910.629	10,34	875.983	8,93	977.332	9,01
20 a 24 anos	630.414	9,28	910.125	10,33	870.809	8,87	980.240	9,03
15 a 24 anos	1.334.362	19,64	1.820.754	20,67	1.746.792	17,80	1.957.572	18,04
População total	6.793.800		8.807.917		9.814.556		10.850.503	

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000

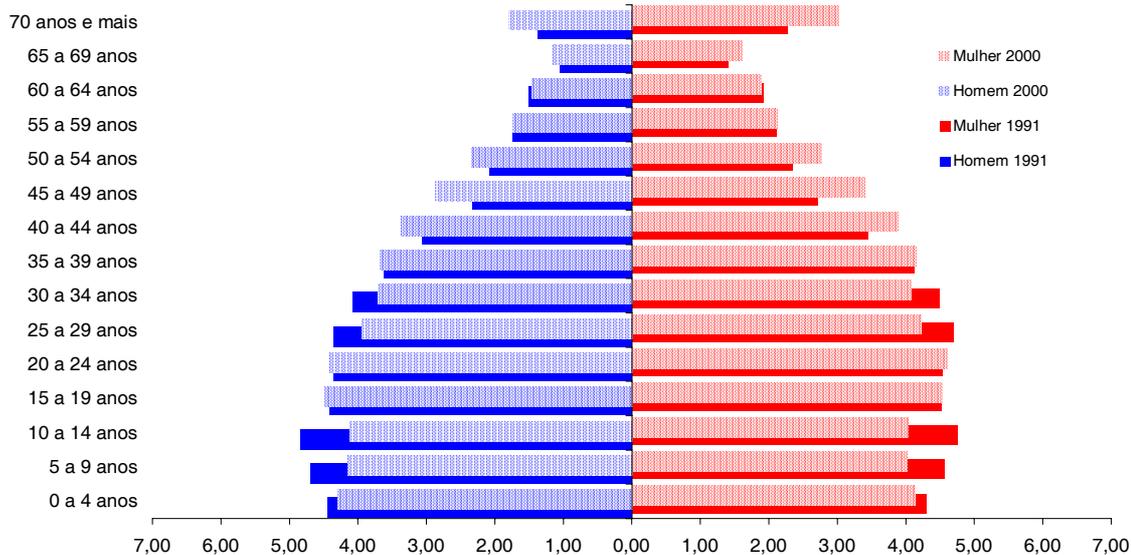
Ainda que a participação relativa da população jovem venha diminuindo na região ao longo das décadas, ressalta-se o incremento absoluto expressivo nas faixas etárias de jovens em 1980 e 2000, caracterizando “ondas jovens”, como evidenciam os Gráficos 1 e 2. Em 2000, este contingente atingiu quase dois milhões de pessoas, o maior já verificado na população da região.

GRÁFICO 1
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO - 1970 e 1980



Fonte: IBGE/ Microdados do Censo Demográfico de 1970 e 1980.

GRÁFICO 2
DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO - 1991 e 2000

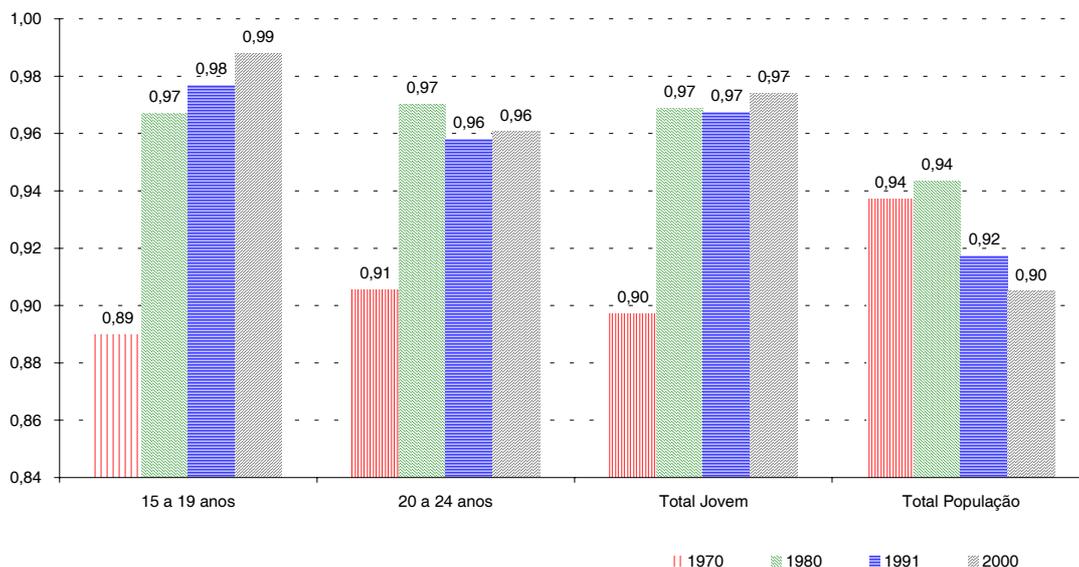


Fonte: IBGE/ Microdados do Censo Demográfico de 1991 e 2000.

A razão de sexos²⁵ da população jovem era menor que a do total da população em 1970 (0,90 e 0,94, respectivamente) e apresentou-se menor do que 1 para todos os anos analisados. Este é um comportamento esperado, já que as mulheres têm uma esperança de vida mais elevada que os homens e, em particular, na população jovem. Os homens jovens estão mais sujeitos a mortes violentas do que as mulheres (Oliveira et al., 1998; Dellasopa, Bercovich e Arriaga, 1999). Isto significa um maior número de mulheres jovens relativamente ao de homens nas duas faixas etárias consideradas. Esta tendência foi mais expressiva entre os jovens de 15 a 19 anos em 1970 e 1980 e os de 20 a 24 anos em 1991 e 2000. A razão de sexo da população total da região metropolitana do Rio de Janeiro foi de 0,94 em 1970 e 1980, caindo para 0,92 em 1991 e 0,90 em 2000. Ver Gráfico 3.

²⁵ Esta medida é calculada pela divisão do total de homens em relação ao de mulheres de uma mesma faixa etária.

GRÁFICO 3
RAZÃO DE SEXOS DA POPULAÇÃO JOVEM E TOTAL
RM DO RIO DE JANEIRO - 1970, 1980, 1991 E 2000



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000.

No tocante à distribuição da população por cor/raça, as informações do Censo Demográfico de 2000 indicaram uma distribuição bastante uniforme da população. Dos jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro, 50,8% declararam-se brancos e 48,4% negros, sendo 37,5% deles considerados pardos e 10,9% pretos. Cerca de menos de 1% encontravam-se entre amarelos e indígenas.

4.3. A relação escola e trabalho

Tomando juventude na perspectiva de sua transição para a vida adulta, o mundo da escola alcança *status* privilegiado de análise, já que nele boa parte do tempo dos jovens é vivido. Além disso, a escola traz implicações para a própria definição de juventude. Historicamente, segundo Ariès (1981, p. 123), foi na passagem das atribuições de educação e formação das crianças do âmbito da família para o da escola moderna que a juventude se elevou a uma categoria social distinta da infância e da vida adulta. Durante a Idade Média, a transição do

mundo da criança para o dos adultos ocorria diretamente. Uma etapa intermediária, a dos colégios nos moldes modernos - baseado na disciplina e diferenciação das idades e classes - prolongou esta transição instituindo a juventude.

Com papéis reformulados ao longo do tempo, em conjunção com o Estado e a família, cabe à escola desempenhar as funções de preparação para a vida profissional e promoção de cidadania, propiciando a inserção dos jovens no mundo adulto. Confirmando estudos sobre o tema para o Brasil, observou-se, também para a região metropolitana do Rio de Janeiro, um ganho expressivo na escolaridade dos jovens nos 30 anos analisados, em particular, entre as mulheres (Camarano et al, 2001; Camarano et al, 2003; Camarano et al, 2004).

A Tabela 3 evidencia a magnitude deste avanço: em 1970, os homens de 15 a 24 anos da região metropolitana do Rio de Janeiro apresentavam, em média, 5,3 anos de estudo, passando a 7,7 anos, em 2000. Isso significa um acréscimo de 45,5% no período. Este crescimento ocorreu para todos os recortes etários privilegiados, mas foi maior entre os homens de 20 a 24 anos. A grande alteração, no entanto, deu-se entre as mulheres que se encontravam em patamar de escolaridade inferior ao dos homens em 1970. Esta situação se inverte quando elas passaram dos 5,0 anos de estudo para 8,3 anos, em 2000, um crescimento de 66%. O maior incremento ocorreu entre as mulheres de 18 e 19 anos.

TABELA 3
ANOS MÉDIOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO JOVEM
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000

	1970		2000	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15-17	4,7	4,7	6,6	7,2
18-19	5,4	5,1	7,9	8,8
20-24	5,6	5,1	8,2	8,3
15-24	5,3	5,0	7,7	8,3

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Ressalta-se que estes valores são influenciados pelo efeito coorte. Referem-se às mulheres e homens jovens que já vinham, em particular no Rio de Janeiro, sofrendo os impactos positivos dos avanços institucionais na educação. Estes valores são maiores, portanto, do que seriam caso fossem analisados em conjunto com as coortes mais velhas de homens e mulheres em 1970 e 2000. Beltrão e Alves (2004) mostram, a partir dos dados agregados da população feminina brasileira, que a reversão do hiato de gênero na educação ocorreu na década de 1980. No entanto, as mulheres mais jovens começaram a apresentar taxas de escolaridade média mais elevadas do que os homens algumas décadas antes. Esta pode ser uma das explicações para o pequeno diferencial em favor dos homens em 1970 no Rio de Janeiro. Além disso, estes dados reforçam as análises que identificam o Rio de Janeiro como uma das unidades da federação com melhores indicadores em termos educacionais.

A despeito dos ganhos expressivos na escolaridade dos jovens brasileiros, confirmados também para a região metropolitana do Rio de Janeiro, como mostrado na Tabela 3, muito ainda se discute sobre as razões da evasão precoce e do fracasso escolar destes jovens. Algumas teorias postuladas por educadores, sociólogos e economistas buscaram levantar essas razões nas últimas décadas, que podem ser resumidas, de acordo com Madeira (1998), em duas vertentes.

Durante muito tempo atribuiu-se o desempenho insatisfatório das crianças e dos jovens brasileiros à família e às condições socioeconômicas. A família era responsabilizada pelo fracasso escolar e posterior abandono da escola, assumindo, assim, que as famílias pobres não valorizavam a escola. Em outra vertente, condições socioeconômicas desfavoráveis e aspectos estruturais da sociedade foram os principais argumentos para explicar o abandono e o baixo desempenho escolar dos jovens. Nela o fracasso escolar aparece intrinsecamente

relacionado à pobreza e, especificamente, ao trabalho infanto-juvenil. Estas duas explicações ressaltavam os mecanismos externos ao ambiente da escola e perduraram até meados da década de 1980, quando os estudos sobre o assunto passaram, então, a valorizar os mecanismos internos que o ambiente da escola podia produzir, resultando em baixo desempenho destes jovens e abandono da escola. Tal enfoque tem sido o privilegiado nas discussões recentes sobre o tema; em especial, por educadores.

Comparando as estatísticas oficiais com as encontradas por meio de uma metodologia alternativa, modelo Profluxo, Ribeiro (1994) mostrou que o maior obstáculo à universalização do ensino no Brasil não era a tão propagada evasão precoce das escolas, mas as altas taxas de repetência das primeiras séries do então primeiro grau, hoje primeiro ciclo do ensino fundamental. Isso foi comprovado mesmo entre as regiões mais desenvolvidas e para as populações mais ricas do Brasil. A evasão aparece, portanto, como o resultado final de um longo processo de desestímulo à frequência à escola, provocado pela prática da repetência em nosso sistema escolar.

Reiterando os argumentos de Ribeiro, Madeira (1998) enfatiza que os alunos passam anos na escola sem que consigam aumentar sua escolaridade. Desta forma, desloca-se o eixo da discussão da questão da evasão escolar para os mecanismos internos ao sistema, que afastam o jovem que não consegue progredir. Um aluno que não progride na escola é sempre levado a deixá-la, ainda que lá tenha ficado boa parte da sua infância e adolescência. A defasagem dá-se no interior do sistema escolar, causada pela repetência, e acaba por gerar o abandono da escola.

Os mecanismos que levam à repetência iniciam-se pela homogeneização dos alunos. Os professores tomam os alunos pelo imaginário de alunos ideais, com trajetórias lineares e semelhantes de vida, desconsiderando, em particular, aqueles que são também trabalhadores. A todos são demandados comportamentos uniformes de um aluno ideal, o que gera altos índices de repetência, que por sua vez geram mais repetência, acabando por configurar salas de aula ainda mais heterogêneas que permanecem sendo homogeneizadas, num círculo vicioso que cria defasagem, afeta a auto-estima dos alunos e culmina em abandono da escola.

Não se trata, portanto, de um processo de baixa valorização da escola pelas famílias carentes, já que elas fazem um esforço considerável para mantê-los no sistema. Sabe-se hoje, por evidências de pesquisas qualitativas e estudos acadêmicos²⁶, que a escola é valorizada pelos segmentos mais favorecidos e os mais populares da sociedade. Além de ser reconhecida como o espaço onde se pode adquirir qualificação requisitada na disputa por postos no mercado de trabalho, ela é comumente vista como “local de desenvolvimento de relações afetivas, de amizade, de socialização, de construção de identidade”. É o que apontam Corrochano e Nakano (2000, p. 168) em análise sobre a produção acadêmica na educação de jovens estudantes que trabalham. O que se pode estranhar, portanto, como reforça Madeira (1998), deve ser antes o nível de retenção das crianças e adolescentes em uma escola tão desestimulante do que o de evasão.

A autora contribui para o debate com uma perspectiva ousada que nem sempre é considerada pelos educadores e formuladores de políticas públicas: a de que é necessário se ater aos alunos carentes que trabalham ou procuram trabalho, criando condições para que eles

²⁶ A pesquisa sobre Violência nas Escolas, coordenada por Míriam Abramovay e Maria das Graças Rua (2002) confirma a valorização da escola entre pais e alunos. O estudo “Juventude e Escolarização: estado do conhecimento”, coordenado por Marília Sposito (2000), faz um levantamento exaustivo das dissertações e

também permaneçam na escola. Não se pode mais falar em estatutos fixos que definam quem é o jovem trabalhador e quem é o jovem apenas estudante. Para os jovens carentes, o trabalho, por exemplo, funciona como a mesada para os jovens de classe média e alta, propiciando o consumo e o acesso a objetos que são marcas da sua geração.

A Tabela 4 mostra a combinação entre condição de atividade e frequência à escola nos dois anos analisados. Optou-se por trabalhar com o conceito de PEA, incluindo assim os que trabalham ou procuram trabalho, a fim de captar o tipo de inserção do jovem no mercado de trabalho. Observou-se que em 1970, 13,4% dos jovens do sexo masculino estudavam e pertenciam a PEA, percentual este que subiu em 2000 para 22,5%. Entre as mulheres, este percentual passou de 6,5% para 18,6% do total de mulheres jovens.

TABELA 4
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DOS JOVENS BRASILEIROS POR OCUPAÇÃO
E FREQUÊNCIA À ESCOLA SEGUNDO GRUPOS DE IDADE (%)
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000.

Grupo etário	Estuda e é PEA		É só PEA		Só estuda		Nem estuda nem é PEA	
	1970	2000	1970	2000	1970	2000	1970	2000
Homens								
15-17	9,7	20,9	19,2	8,8	57,9	63,2	13,2	7,1
18-19	13,2	27,4	42,3	35,1	31,9	26,6	12,6	10,8
20-24	16,0	21,2	66,5	65,7	11,6	6,5	5,9	6,5
15-24	13,4	22,5	46,3	42,7	30,6	27,2	9,6	7,6
Mulheres								
15-17	4,4	15,8	17,6	6,7	48,6	65,9	29,4	11,6
18-19	7,0	24,0	26,4	27,6	28,4	28,6	38,2	19,8
20-24	7,8	17,8	31,5	47,4	9,5	9,5	51,3	25,3
15-24	6,5	18,6	25,9	31,6	26,1	29,6	41,5	20,2

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

A frequência à escola cresceu no período para ambos os sexos e faixas etárias, corroborando o avanço na escolaridade mostrado acima. Já a inserção na PEA varia de acordo com o sexo e a idade e reflete as especificidades da inserção das mulheres no mercado de trabalho a partir dos anos 1970. A maioria dos jovens do sexo masculino encontrava-se na condição de

teses na área de educação e também aponta a valorização da escola pelos alunos, inclusive entre aqueles que são também trabalhadores.

ocupados ou procurando trabalho, condição mais freqüente nas idades mais avançadas. Isso vale tanto para 1970 quanto para 2000, embora em proporções decrescentes, em especial entre os mais jovens. Entre as mulheres, prevalecia em 1970 a categoria das que se diziam fora do mercado de trabalho e não freqüentando a escola. O percentual de 41,5% de mulheres jovens nesta categoria é bastante alto se comparado ao de 2000, de 20,2%²⁷. Entre os homens esta proporção passou de 9,6% em 1970 para 7,6% em 2000, sendo de 10,8% entre os jovens de 18 e 19 anos. Apesar de não ser a condição mais freqüente entre os jovens do sexo masculino, estas proporções chamam a atenção porque não se conhece o que fazem estes jovens, uma vez que estão fora de duas importantes dimensões institucionais da transição para a vida adulta (escola e trabalho).

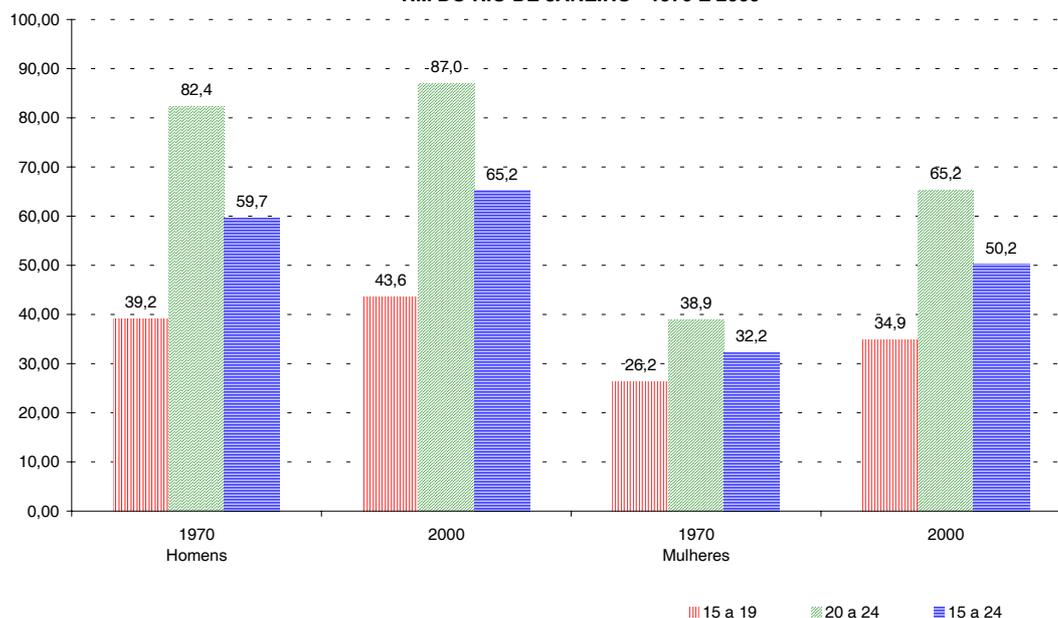
Ao analisar as Taxas Específicas de Atividade (TEA)²⁸ em 1970 e 2000 na região metropolitana do Rio de Janeiro, a tendência é de elevação para ambos os sexos. A TEA masculina passou de 59,7% entre os jovens de 15 a 24 anos para 65,2% e a feminina passou de 32,2% para 50,2% da população de 15 a 24 anos. Ver Gráfico 4. No entanto, tomando o Brasil como *locus* da análise, vários estudos²⁹ revelam que, a partir de 1980, a TEA jovem diminuiu entre os homens e aumentou expressivamente entre as mulheres, que passaram a entrar massivamente no mercado de trabalho a partir dos anos 1970.

²⁷ Ver considerações metodológicas sobre captação da PEA feminina em 1970 no capítulo 3.

²⁸ Razão entre a PEA e a população de um mesmo grupo etário.

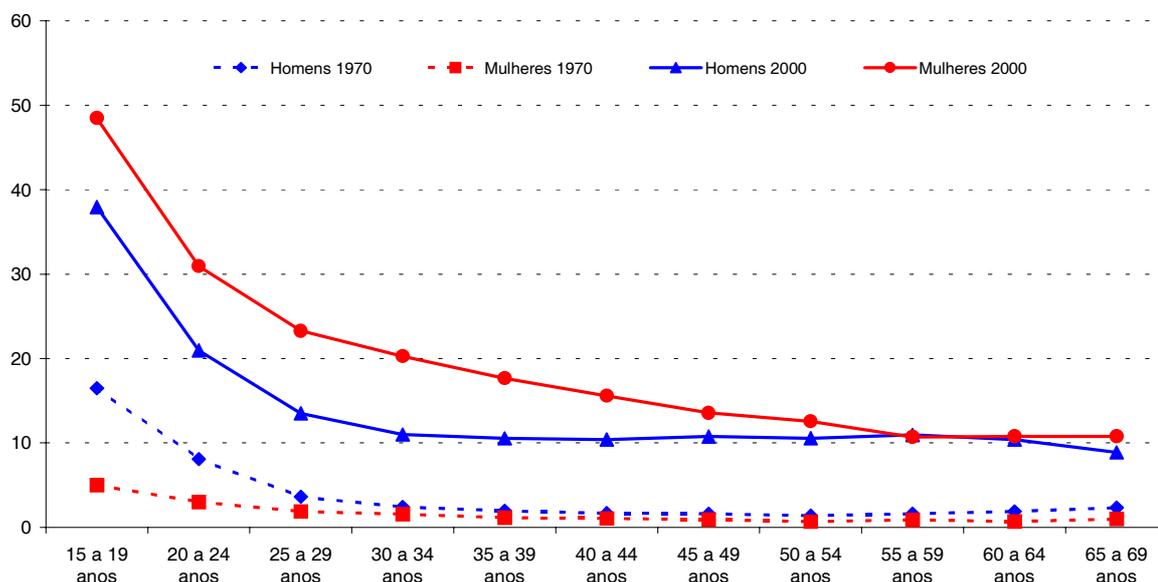
²⁹ Ver Camarano et al (2001); Camarano et al (2004); Rios-Neto e Golgher (2003).

GRÁFICO 4
TAXA ESPECÍFICA DE ATIVIDADE ENTRE OS JOVENS POR SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO - 1970 E 2000



As taxas de desemprego entre os jovens de ambos os sexos da região metropolitana do Rio de Janeiro apresentaram elevação percentual expressiva no período analisado - corroborando as tendências observadas para o total da população total - e mostraram-se bastante mais elevadas que as do total da população. Ou seja, as taxas de desemprego caem conforme aumenta a idade. Isso ocorreu para ambos os sexos, como mostra o Gráfico 5. Em 1970, a taxa de desemprego entre os jovens do sexo masculino era de 11%, sendo que, entre os jovens de 15 a 19 anos, foi de 16,5% e, entre os jovens de 20 a 24 anos, de 8,1%. Entre as mulheres jovens, a taxa ficou em 3,9% da PEA, mais baixa que a dos homens, fazendo supor que as mulheres que se declaravam economicamente ativas em 1970 o faziam porque já tinham uma ocupação. As referidas proporções para a PEA de 15 a 59 anos foram 4,4% e 2,3% respectivamente. Em 2000, as taxas foram bastante mais elevadas, em especial entre as mulheres. As mulheres jovens experimentaram uma taxa de desemprego de 37%. Entre os homens jovens, a referida proporção foi de 26,7%. A taxa de desemprego da PEA masculina de 15 a 59 anos ficou em 14,8% e a observada entre as mulheres, em 22,1%.

GRÁFICO 5
TAXA DE DESEMPREGO POR GRUPOS ETÁRIOS E SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO - 1970 e 2000



Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 1970 e 2000.

Ressalta-se, no entanto, que a taxa de desemprego juvenil masculina, em 1970, era 4,9 vezes maior que a taxa observada entre a população masculina de 25 a 59 anos (2,2%). Entre as mulheres jovens, ela apresentou-se 2,9 vezes maior em relação à taxa da população feminina de 25 a 59 anos (1,3%). Em 2000, o patamar das taxas de desemprego elevou-se expressivamente para toda a população, mas a razão entre jovens e não-jovens diminuiu para os homens (2,4%) e para as mulheres (2,1%).

É possível que as informações sobre desemprego do Censo Demográfico de 2000 para a região metropolitana do Rio de Janeiro estejam superestimadas. De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 2002, a taxa de desemprego juvenil foi de 18,9%. Entre os homens, ela foi de 15,3% e, entre as mulheres, de 24,1%. Para a PEA de 15 a 59 anos, a taxa de desemprego foi de 10,1%. Os indicadores, no entanto, não deixam de ser significativos, pois mostram, sob qualquer enfoque que se privilegie, que o

desemprego entre os jovens é mais elevado que o observado para o resto da população, trazendo implicações para a sua transição para a vida adulta.

Fazem-se necessárias, portanto, algumas ressalvas sobre as condições de inatividade e desemprego entre os jovens. Sob alguns aspectos, o aumento da inatividade pode ser considerado um fator positivo. Os jovens que não estão trabalhando, nem a procura de um trabalho podem estar inseridos no sistema escolar, aumentando sua escolaridade e, com isso, seu potencial de inserção. Entre os jovens que estão na PEA, situam-se os ocupados e os desempregados. Ainda que a incorporação dos jovens no mercado de trabalho tenha sido limitada ao longo dos anos, apresentando estes sempre maiores taxas de desemprego que o resto da população, é possível especular sobre as especificidades que a forma de captação do desemprego assume entre os jovens.

Estudos têm mostrado que os jovens com escolaridade mediana e elevada tendem a ser mais seletivos na busca por empregos³⁰. Muitos se dizem a procura de emprego, mas podem e desejam esperar por uma melhor colocação no mercado de trabalho. Neste sentido, serão sempre contabilizados como desempregados, assumindo posições de vulnerabilidade que nem sempre levam em conta suas potencialidades. Situações de vulnerabilidade podem ser identificadas, no entanto, quando o jovem não frequenta a escola, não está ocupado e sequer procura trabalho, como mencionado anteriormente.

Diversas indagações têm sido feitas sobre estas condições. A análise das temáticas das pesquisas sociais conduziu Offe (1996, p. 7-13) a questionar a esfera do trabalho como espaço privilegiado para a “determinação da consciência e das ações sociais”. São cada vez

³⁰ Ver Silva e Kassouf (2002) e Madeira (1998).

mais relevantes as tentativas de “rever e complementar modelos de realidade social centrados no trabalho”. Offe argumenta que a diminuição do tempo dedicado ao trabalho e o aumento do tempo livre tornam as experiências, orientações e necessidades paralelas mais proeminentes na vida social que aquelas baseadas exclusivamente no trabalho.³¹

Especula-se, deste modo, como as transformações na esfera do trabalho, produzindo altos índices de desemprego e precariedade nas relações de trabalho aliada às transformações de ordem social articulados aos processos individuais e familiares têm afetado os jovens. De acordo com Pais (1991), os jovens encontram-se no centro dessas duas ordens de transformações, na medida que elas são definidoras das formas de transição para a vida adulta. Em meio a estas transformações têm-se observado um tempo cada vez mais longo entre a saída da escola e ingresso no mercado de trabalho. De acordo com Pais, este período de “interregno entre escola e trabalho” tem sido explicado por duas teses: a de “inadequação da escola ao mercado de trabalho” e a da “alergia dos jovens ao trabalho”. O autor recusa tais teses com o argumento de que ambas abusam das generalizações, pois partem do pressuposto de que os jovens são um grupo homogêneo. Argumento este, já bastante discutido, que não se aplica aos jovens.

Segundo Pais, a primeira tese desconsidera as atitudes diferenciadas que os jovens podem ter perante o trabalho e o emprego, bem como suas estratégias de inserção profissional. A segunda tese afirma que este interregno está ligado à dificuldade que os jovens encontram de se adaptarem a uma conduta rígida, disciplinada e distinta do modo de vida de estudantes. Tal tese parte da noção de que os jovens desvalorizariam a ética tradicional do trabalho, se

³¹ Ver também Martins (1997).

afastando da realização profissional por meio dele, manifestando resignação e insatisfação no que diz respeito às escolhas profissionais.

Em oposição às duas interpretações, Pais sugere a “tese das reações diferenciadas dos jovens em relação ao trabalho e ao desemprego”. Ela reforça que, entre alguns jovens, pode-se observar uma ideologia de realização individualista por meio do trabalho, baseado no esforço e no empenho. Entre outros, o emprego aparece como satisfação instrumental, sendo a ética do trabalho um princípio menos preponderante (Pais, 1991, p. 960-962).

A abordagem desenvolvida por Pais reitera a necessidade de analisar a transição para a vida adulta como transições diferenciadas, sem, no entanto, desconsiderar os pontos comuns entre as várias juventudes, como a valorização de sua condição e o desejo de desfrutá-la (Madeira, 1998). Ou seja, o que se pode chamar de experiência geracional comum das várias juventudes, o que inclui as alterações de ordem biológica e de ordem cultural a que estes jovens estão experimentando (Novaes, 1998). Como sintetiza Camarano et al (2004), a princípio, as duas visões parecem contraditórias: uma enfatiza a diferença entre os membros do grupo, outra alerta justamente para o risco da exacerbação destas diferenças. De perto, tais considerações são complementares e não excludentes.

É necessário que se reafirme a heterogeneidade da juventude para uma melhor formulação de políticas públicas, sem incorrer no equívoco, como salienta Pais, de ao padronizá-las, criar uma lógica de linearidade para lidar com trajetórias não lineares do curso de vida destes jovens (Pais, 2003, p. 116). De modo geral, é o que ressalta a literatura sobre o tema. A segunda ordem de questões reforça a idéia de que, para além das diferenças socioeconômicas existentes, que os expõe mais ou menos a uma série de vulnerabilidades, estes jovens

“cultivam uma identidade ou uma marca de juventude”, às quais, em particular, a escola, se quiser mantê-los no sistema, deve estar atenta (Madeira, 1998, p. 453).

4.4. O processo de formação de família

A formação de uma família constitui importante etapa na transição dos jovens para a vida adulta. Estudos na área da Demografia da Família supõem que uma nova família é formada pela união conjugal ou nascimento do primeiro filho. Tradicionalmente, esta passagem ocorre quando os jovens assumem as posições de chefia ou cônjuge de um domicílio ao saírem da casa dos pais. Assume-se, neste trabalho, que as transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas ampliaram o leque de possibilidades para a formação de uma nova família, alterando o tamanho, a forma e a composição dos arranjos familiares³².

Em especial entre os jovens, as estratégias de formação de família são múltiplas e contrapõem-se entre os modelos tradicionais - que tem na saída de casa e no casamento civil e religioso importantes características - e os modelos alternativos - como a formação de uma nova família dentro do domicílio dos pais, sem a quebra do vínculo de convivência; a opção pela moradia em um novo domicílio, na qual o casamento e a decisão por ter filhos não se tornam condicionantes da independência; as famílias monoparentais, sobretudo de mulheres; os arranjos unipessoais etc.

³² Apesar de falar em arranjos familiares, como definido no capítulo 3, a unidade de análise do estudo é o domicílio.

4.4.1. Estado conjugal

O estado conjugal é bastante afetado pela idade, em particular, entre os jovens. Nesta fase da vida, eles estão definindo suas estratégias de inserção no mundo adulto e o casamento ou as uniões consensuais podem funcionar como demarcadores importantes deste processo.

As mulheres casam-se, em média, três anos mais cedo que os homens³³. Ver Tabela 5. Este padrão tem se mantido relativamente estável nos últimos 30 anos na região metropolitana do Rio de Janeiro³⁴. A idade média à primeira união diminuiu para ambos os sexos, mas de forma mais intensa entre os homens. Em 1970, eles casavam-se aos 27,4 anos e, em 2000, aos 26,5 anos, resultando numa diferença de 0,9 ano. Em 1970, as mulheres casavam-se aos 24,4 anos e, em 2000, aos 23,8 anos. A diminuição foi de 0,6 ano. Tal fato deve-se à constatação de que elas já se casavam em 1970 mais jovens do que os homens. O patamar de onde as mulheres iniciam a vida conjugal parece afetar, portanto, o impacto desta redução. Ressalta-se ainda que estes são valores médios, o que pode ocultar variações de direção opostas, afetadas por condições socioeconômicas e culturais diversas.

TABELA 5
IDADE MÉDIA DA PRIMEIRA UNIÃO POR SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000.

	Homens	Mulheres
1970	27,46	24,45
2000	26,50	23,82

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

A Tabela 6 mostra a distribuição da população jovem por estado conjugal. Observa-se que a grande maioria dos jovens em 1970 e 2000 era solteira, proporção que decresce com a idade,

³³ O cálculo das idades médias da primeira união foram feitos a partir do método de Hajnal -SMAM. Para detalhes ver Newell (1988).

³⁴ Ver sobre o assunto Berquó (1998) e Berquó e Oliveira (1992).

se diferenciando em termos relativos de acordo com o sexo. A idade acarreta em um aumento nas proporções de casados e separados/divorciados/viúvos para ambos os sexos. Em 1970, 8,8% dos homens jovens estavam casados. Já em 2000, este percentual é de 14%. Entre as mulheres jovens, 22,6% estavam casadas em 1970, percentual este que sobe para 26,1% em 2000. O percentual de mulheres jovens casadas é sempre maior do que o de homens e está estreitamente ligado ao fato de elas, em geral, se casarem com homens mais velhos, muitas vezes, com não-jovens.

TABELA 6
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM POR SEXO E ESTADO CONJUGAL
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000

Grupo etário	Casado	Solteiro	Separado/divorciado/viúva	Total
1970				
Homens				
15 a 19 anos	0,9	99,0	0,1	100,0
20 a 24 anos	17,6	81,6	0,8	100,0
15 a 24 anos	8,8	90,8	0,4	100,0
Mulheres				
15 a 19 anos	8,2	91,3	0,5	100,0
20 a 24 anos	38,8	58,9	2,3	100,0
15 a 24 anos	22,6	76,0	1,3	100,0
2000				
Homens				
15 a 19 anos	2,9	96,0	1,0	100,0
20 a 24 anos	25,2	69,4	5,4	100,0
15 a 24 anos	14,0	82,8	3,2	100,0
Mulheres				
15 a 19 anos	12,7	84,1	3,2	100,0
20 a 24 anos	39,2	51,9	8,9	100,0
15 a 24 anos	26,1	67,8	6,1	100,0

Fonte: IBGE/Microdados do Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Pode-se dizer que o padrão de nupcialidade foi alterado nos últimos 30 anos por mudanças culturais que afetam a legislação vigente. A regulamentação do divórcio, por meio da Lei nº

6.515/77, resultou em maior flexibilidade nas relações conjugais³⁵. Se antes os casais não podiam contrair novas uniões legalmente, impedindo ou, ao menos, dificultando que eles experimentassem novas situações conjugais e familiares, nas últimas décadas, novas possibilidades estão postas cotidianamente, alterando a dinâmica das relações afetivas. Assume-se também uma mudança cultural com a difusão e melhor aceitação das uniões não convencionais, em especial, entre os jovens. Ao se constatar o aumento no peso relativo dos casados entre 1970 e 2000, deve-se levar em consideração tais mudanças culturais, já que muitos dos jovens que viviam em uniões consensuais em 1970 podem ter se declarado na condição de solteiros, subestimando conseqüentemente o percentual de casados.

Verifica-se uma mudança importante na composição dos tipos de união entre os jovens em 1970 e 2000. O incremento das uniões consensuais foi bastante expressivo. Em 1970, prevaleciam os casamentos de tipo civil e religioso: 43,4% dos homens casados e 52,9% das mulheres casadas. Em 2000, as uniões consensuais aparecem como a forma de união predominante entre os jovens. Esta mudança atingiu mais os jovens com idade entre 15 e 19 anos, sugerindo uma nova opção de casamento. É possível que, entre os jovens, a união consensual configure-se quase como um teste para uma relação mais estável, uma vez que muitos deles vêm a se casar mais tarde nos moldes tradicionais, seja pelo casamento civil, seja pelo religioso. As uniões consensuais decrescem com a idade, aumentando o peso das outras modalidades de casamento. Isto é observado para os dois anos analisados. Ver Tabela 7.

³⁵ Ver também Lazo (2002) e Berquó (1989).

TABELA 7
DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL DA POPULAÇÃO JOVEM UNIDA
POR SEXO E TIPOS DE UNIÃO CONJUGAL
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000

Grupo etário	Casamento civil e religioso		Só casamento civil		Só casamento religioso		Consensual ou outro	
	1970	2000	1970	2000	1970	2000	1970	2000
Homens								
15 a 19 anos	26,2	3,9	35,9	3,4	2,0	0,5	35,9	92,2
20 a 24 anos	44,4	13,9	32,4	12,0	1,6	0,8	21,7	73,3
25 a 29 anos	58,8	25,9	24,9	17,6	1,4	0,9	14,9	55,7
Mulheres								
15 a 19 anos	39,6	8,8	37,0	9,2	1,5	0,6	21,9	81,4
20 a 24 anos	56,1	20,1	26,5	16,0	1,6	0,9	15,8	63,0
25 a 29 anos	61,1	29,7	23,5	19,0	1,6	0,8	13,8	50,4

Fonte: IBGE/Microdados do Censos Demográficos de 1970 e 2000.

4.4.2. Composição dos domicílios

Conhecer a inserção do jovem na família pode indicar o nível de responsabilidades que estes passam a assumir e, conseqüentemente, o seu *status* no processo de transição para a vida adulta. Neste sentido, traz à tona também alguns dos obstáculos que eles podem estar enfrentando para uma transição nos moldes tradicionais. Entende-se, como já mencionado, que, no modelo tradicional, a saída da casa dos pais e a constituição de uma nova família são eventos que denotam certa autonomia e independência dos jovens, características estas que se assumem como condições para a vida adulta.

A distribuição dos jovens por condição no domicílio mostra um aumento no período considerado nas proporções de chefe e cônjuges, concomitante ao aumento nas proporções de filhos e outros parentes³⁶. A magnitude destes incrementos, no entanto, varia. A proporção de chefes e cônjuges no total de jovens passou de 14,9% para 17,9% no período. Em termos absolutos, representa um acréscimo de mais de 150 mil jovens nestas condições, sendo cerca de 82 mil na condição de chefes. Em paralelo, a proporção de filhos e outros parentes aumentou de 70,1% para 80,5% do total de jovens e foi maior entre os homens. Isso pode ser

³⁶ Incluem-se aqui os sobrinhos, netos e bisnetos do chefe do domicílio.

explicado pelo fato de as mulheres se unirem mais cedo que os homens, deixando, na maioria das vezes, a casa dos pais, como observado na seção anterior. O aumento das proporções de jovens nas condições de filhos e outros parentes pode indicar que novas formas de transição para a vida adulta estão em curso dentro da casa dos seus pais. A condição do jovem no domicílio é bastante influenciada pela idade. Os mais velhos tendem a assumir as condições de chefes e cônjuges em maior grau que os mais novos³⁷. No entanto, fala-se ainda de um universo pequeno de jovens que estão nas condições de maior responsabilidade nos domicílios, sejam elas de chefes ou de cônjuges. Ver Tabela 8.

TABELA 8
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO E SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 E 2000

	1970			2000		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Chefe	9,7	0,6	4,9	11,5	3,7	7,6
Cônjuge	0,0	18,8	9,9	1,1	19,4	10,4
Filho, enteado	72,1	54,7	63,0	73,3	63,1	68,1
Pais e sogros	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0
Outro parente	10,4	7,4	8,8	12,7	12,0	12,4
Neto, bisneto	–	–	–	5,1	4,0	4,5
Irmão, irmã	–	–	–	2,1	1,7	1,9
Agregado	1,2	2,0	1,6	1,0	0,9	1,0
Pensionista	2,2	0,8	1,5	0,3	0,1	0,2
Empregada doméstica	4,3	15,5	10,2	0,1	0,7	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Observa-se um importante diferencial por sexo nas condições do jovem no domicílio. Ainda que se registrem novas formas de transição entre as mulheres jovens, a proporção de chefes mulheres era pequena se comparada a de homens chefes, mas bastante mais elevada que em 1970. Do total de chefes, em 2000, 24,8% eram mulheres e 75,13% eram homens. Em 1970, 93,1% dos chefes eram homens e apenas 6,8% eram mulheres, uma vez que a saída da casa

³⁷ Dados não-mostrados.

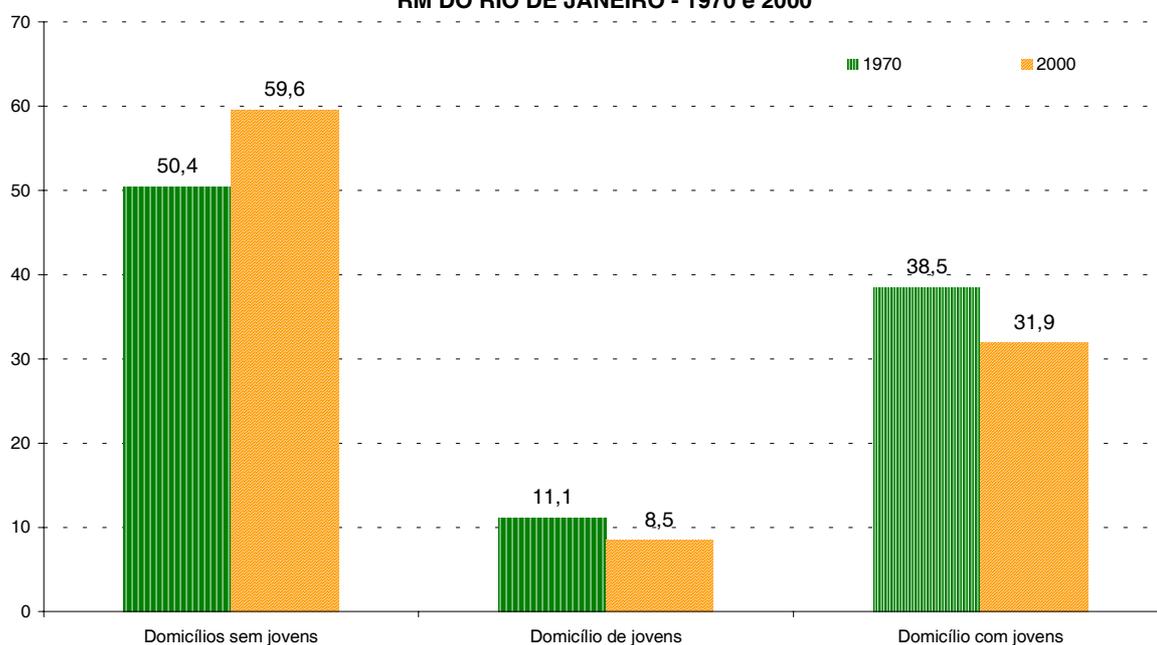
dos pais estava muito relacionada ao casamento, ou seja, a estar assumindo o papel de cônjuge. Por outro lado, ressalta-se que, enquanto no Censo Demográfico de 1970, não se registravam homens na condição de cônjuges, em 2000, do total de cônjuges 5,2% eram homens e 94,8% eram mulheres.

A Tabela 8 mostra também uma forte redução na proporção de jovens na condição de empregado doméstico, sugerindo uma importante mudança nos padrões culturais e familiares da população da região metropolitana, bem como um ajustamento às condições econômicas. Em 1970, a proporção de jovens nesta condição era de 10,2%, reduzindo-se a menos de 1% em 2000. O diferencial por sexo é também bastante expressivo. Do total de empregados domésticos, 80,2% e 90% eram mulheres, em 1970 e 2000, respectivamente.

As alterações na composição dos domicílios da região metropolitana do Rio de Janeiro refletem, em grande medida, as mudanças demográficas que esta população experimentou nos últimos 30 anos, especificamente a queda da fecundidade e o acelerado envelhecimento populacional. Como mencionado no capítulo 3, os domicílios com a presença de jovens foram divididos em dois grupos: os domicílios *de* jovens, nas quais o jovem é chefe ou cônjuge e os domicílios *com* jovens, onde estes vivem na condição de parentes do chefe. Ressalta-se, em particular neste estudo, a importância de investigar as configurações dos domicílios *de* jovens, dado que estes deixaram a casa dos pais, o que pressupõe certa independência econômica e autonomia, e os domicílios *com* jovens, onde permanecem na condição de parentes do chefe, a fim de observar as transformações ocorridas nos últimos 30 anos

O Gráfico 6 mostra que, no período analisado, houve um incremento dos domicílios *sem* jovens, de 50,4% para 59,6%, e um declínio na proporção dos domicílios com a presença de jovens, de 49,6% para 40,4%. O percentual de domicílios *com* jovens decresceu expressivamente, passando de 38,5% em 1970 para 31,9% do total de domicílios em 2000. O mesmo ocorreu entre os domicílios *de* jovens. Em 1970, 11,1% dos domicílios eram chefiados por jovens. Em 2000, a proporção passou para 8,5%.

GRÁFICO 6
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO A PRESENÇA
DE JOVENS
RM DO RIO DE JANEIRO - 1970 e 2000



Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 1970 e 2000

Os domicílios *com* jovens são maiores e foram os mais afetados pela queda da fecundidade, apresentando uma redução de 26,4% no seu tamanho médio nos últimos 30 anos, seguidos dos domicílios *sem* jovens, cujo tamanho médio declinou em 24,5%. Já os formados por jovens como chefes ou cônjuges experimentaram uma redução no seu tamanho médio de 14,9%. Esta é uma tendência observada para todos os domicílios da região metropolitana do Rio de Janeiro, em que o tamanho médio passou de 4,5 para 3,3 pessoas, acompanhando também a tendência brasileira. Ver Tabela 9.

TABELA 9

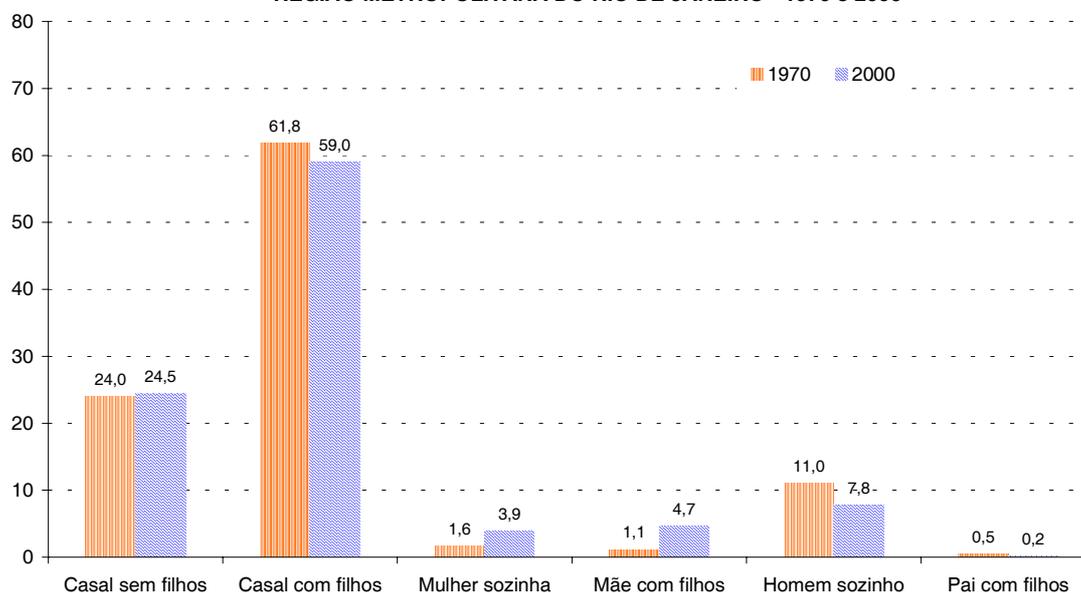
**TAMANHO MÉDIO DOS DOMICÍLIOS SEGUNDO A PRESENÇA DE JOVENS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000**

	Domicílios sem jovens	Domicílio de jovens	Domicílio com jovens	Total
1970	3,7	3,6	6,0	4,6
2000	2,8	3,1	4,4	3,3

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Os domicílios *de* jovens são menores e compõem-se, majoritariamente, por casal com filhos³⁸. Em 1970, 61,8% dos domicílios *de* jovens eram compostos por casal com filhos e, em 2000, esta proporção caiu para 59%. Neste mesmo ano, aproximadamente 24,5% eram formados por casal sem filhos, percentual este que se encontra acima da média nacional, de acordo com dados da PNAD de 2001³⁹. Em 1970, constituíam-se 24% dos domicílios *de* jovens. Ver Gráfico 7.

**GRÁFICO 7
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS DE JOVENS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1970 e 2000**



Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 1970 e 2000.

³⁸ Para esta tipologia, consideram-se aqui os casais que vivem unicamente com os filhos e aqueles que vivem com os filhos e quaisquer outros parentes e agregados.

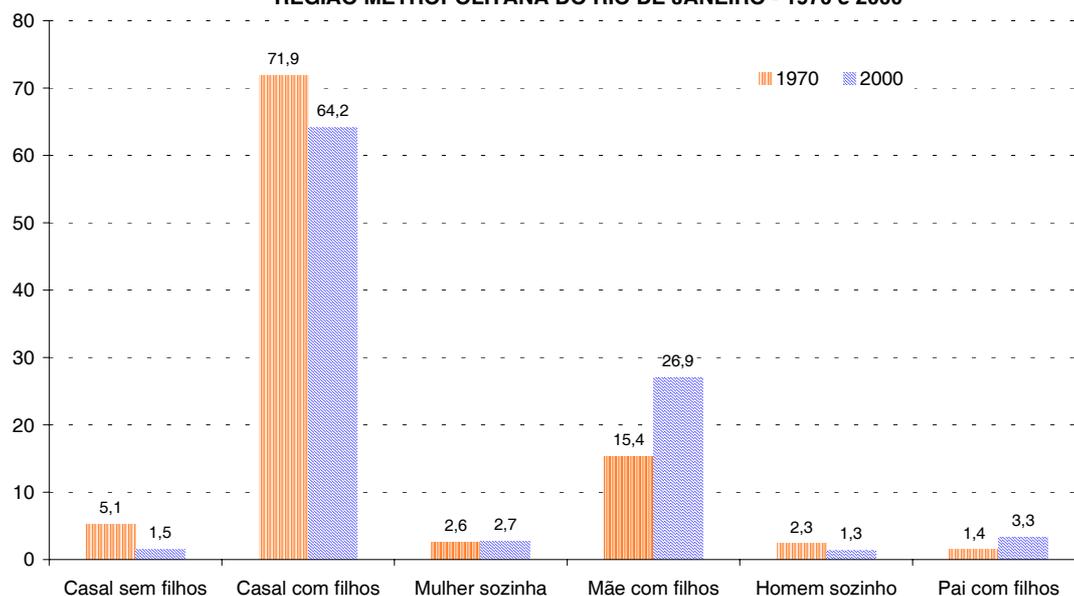
Os arranjos familiares de jovens refletem também as alterações culturais e legislativas ocorridas nos 30 anos analisados. Tal processo pode ser observado pelo aumento dos domicílios *de* jovens chefiados por mulheres. Estes domicílios podem englobar as mulheres que se divorciaram, a quem tradicionalmente é assegurada a guarda dos filhos, e as mulheres que optaram por ter filhos sozinhas. O percentual de mulheres chefes que vivem com os filhos passou de 1,1%, em 1970, para 4,7%, em 2000. Cresceu também a proporção de mulheres jovens que vivem sozinhas. Em 1970, eram responsáveis por 1,6% dos domicílios de jovens e, em 2000, por 3,9%. O percentual é pouco expressivo quantitativamente, mas sugere uma transformação nos arranjos familiares, devendo se elevar caso esta tendência se mantenha nos próximos anos.

Também entre os domicílios *com* jovens, o modelo predominante de família é o de casal com filhos.⁴⁰ Como esperado, eles representavam cerca de 72% dos domicílios *com* jovens, em 1970, e 64,2%, em 2000. Ressalta-se o aumento da proporção de arranjos chefiados por mulheres com filhos. Esta passou de 15,4% para 26,9% no período. Da mesma forma, elevou-se o percentual de arranjos constituídos por pais com filhos, de 1,4% para 3,3% dos domicílios *com* jovens. Ver Gráfico 8.

³⁹ Em 2001, aproximadamente 15% dos domicílios de jovens são compostos por casais sem filhos, segundo Camarano et al (2003).

⁴⁰ Somam-se aqui os casais com filhos e casais com filhos e outros parentes e agregados.

GRÁFICO 8
COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS COM JOVENS
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1970 e 2000



Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 1970 e 2000.

O que se pretende discutir é que muitos destes jovens que permanecem na casa de seus pais e parentes, ou a ela retornam, podem estar se tornando adultos em condições diferentes das de tempos passados (Camarano et al, 2004). Adotar a saída de casa como pressuposto da independência dos jovens é, portanto, mais operacional do que conceitual, na medida que se observa a formação de famílias no interior dos domicílios, onde os pais permanecem sendo os chefes. Exemplo deste fenômeno é a constatação de que em 14,3% dos domicílios *com* jovens encontravam-se netos em 2000.⁴¹ Assumindo que estes netos sejam filhos daqueles jovens que moram no mesmo domicílio, sugere-se que estes que residem na casa dos seus pais podem estar completando uma etapa importante do seu processo de transição para a vida adulta através da paternidade ou maternidade. Em um modelo tradicional, espera-se que esta seja a última etapa do processo de formação de uma família. Entre as filhas jovens que viviam nestes domicílios, em 2000, 15,5% já tinham tido filhos. Em 1970, a proporção foi de 4,7%.

⁴¹ Contabilizam-se aqui os jovens homens e mulheres.

Compararam-se os jovens que realizaram a transição pela saída de casa, assumindo as condições de chefes e cônjuges no domicílio, e os jovens que nela permaneceram em outras condições. A Tabela 10 mostra as características destes jovens por sexo do chefe dos domicílios. Os perfis destes jovens são bastante diferenciados no que diz respeito à escolaridade e a inserção no mercado de trabalho.

Como esperado, os jovens que saíram de casa eram mais velhos, freqüentavam menos a escola, tinham menor escolaridade e contribuía mais para a renda do domicílio que os jovens que não saíram de casa. Isso foi observado nos dois anos analisados e nos domicílios *de* jovens sejam chefiados por homens ou por mulheres. Nestes últimos, os jovens apresentavam maior escolaridade e mais elevada freqüência à escola. Os domicílios *de* jovens estavam em piores condições de vida que os domicílios *com* jovens, se o indicador utilizado for o de renda média domiciliar *per capita*; com exceção dos domicílios *de* jovens chefiados por mulheres em 1970. Isso se deve ao efeito seletividade. A renda média do chefe também se apresentou menor para os chefes de domicílios *de* jovens.

TABELA 10
ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DOS JOVENS SEGUNDO TIPO DE DOMICÍLIO E SEXO DO CHEFE

	REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000					
	Domicílios de jovens			Domicílios com jovens		
	Homens chefes	Mulheres chefes	Total	Homens chefes	Mulheres chefes	Total
	1970					
Idade média do chefe	27,4	22,9	27,3	47,9	49,7	48,2
Idade média do jovem	21,4	20,9	21,4	18,8	19,2	18,8
% jovens que frequentam a escola	8,6	19,7	8,9	46,3	37,2	44,7
Anos médios de estudo do jovem	4,2	4,8	4,2	5,4	5,0	5,3
% dos jovem que trabalham	95,9	94,3	95,8	91,1	89,8	90,9
Renda média domiciliar per capita (R\$) 1	246,3	251,4	246,5	295,7	232,6	284,3
Renda média do chefe (R\$) 1	620,0	354,4	612,5	1.049,1	410,5	934,2
Contribuição da renda do jovem	34,3	72,6	32,9	15,1	28,9	16,3
Contribuição da renda do chefe	82,9	56,0	82,3	67,2	40,8	63,9
	2000					
Idade média do chefe	26,4	23,1	25,9	49,5	49,6	49,5
Idade média do jovem	21,5	21,3	21,4	18,9	19,2	19,0
% jovens que frequentam a escola	14,3	22,1	15,5	59,3	53,4	57,2
Anos médios de estudo do jovem	7,1	7,3	7,2	8,4	7,9	8,2
% dos jovem que trabalham	77,0	74,4	76,5	66,9	65,7	66,5
Renda média domiciliar per capita (R\$) 1	302,7	320,3	305,4	507,3	415,0	473,8
Renda média do chefe (R\$) 1	615,2	397,6	582,2	1.380,3	762,3	1.156,4
Contribuição da renda do jovem	44,9	65,2	47,9	11,0	17,9	13,0
Contribuição da renda do chefe	76,5	51,6	72,9	64,9	52,2	61,3

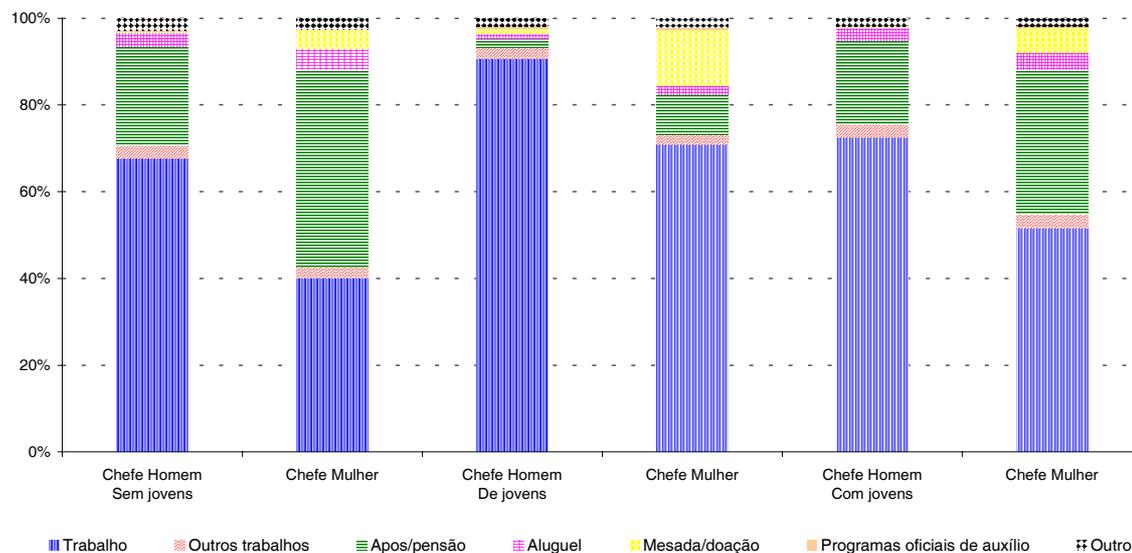
Nota 1: Para o cálculo das rendas em real de janeiro de 2002 foram utilizados os deflatores de Corseuil e Foguel (2002).

Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Os domicílios *de* jovens chefiados por mulheres apresentaram renda domiciliar *per capita* ligeiramente maior que os chefiados por homens em 1970 e em 2000. Analisando a composição da renda do chefe destes domicílios em 2000, encontrou-se o mais alto percentual (12,7%) advindo de mesadas e doações, o que inclui as pensões alimentícias. Ver Gráfico 9. É possível que muitas destas mulheres estivessem na condição de chefes em decorrência de separações conjugais e fossem beneficiárias da pensão alimentícia pela guarda dos filhos.⁴²

⁴² A análise deste item para 1970 ficou prejudicada pela ausência de quesitos no questionário do Censo deste ano que possibilitem observar a composição da renda do domicílio e/ou do chefe. O questionário de 1970 tem apenas uma pergunta referente ao rendimento médio mensal da população.

GRÁFICO 9
CONTRIBUIÇÃO DA RENDA DO CHEFE SEGUNDO A FONTE DE
RENDIMENTO, O TIPO DE DOMICÍLIO E O SEXO DO CHEFE
RM DO RIO DE JANEIRO - 2000



Fonte: IBGE/ Censo Demográfico de 2000.

Ao se comparar os jovens de 1970 e os de 2000 que viviam nestes tipos de domicílio, confirmaram-se os impactos de dois fenômenos já ressaltados em seção anterior: o aumento da escolaridade e a queda no percentual de jovens ocupados. Com isso, diminuiu também a participação do jovem na renda dos domicílios *com* jovens. Entre os domicílios *de* jovens, aumentou a contribuição do jovem quando o chefe é homem e diminuiu quando os domicílios são chefiados por mulheres jovens.

Note-se que, nos domicílios *de* jovens chefiados por homens, a idade média do chefe era superior à definida como jovem. Em 1970, os chefes tinham 27,4 anos, média esta que decresceu aproximadamente em um ano no período, passando a ser de 26,4 anos. A idade média do jovem, no entanto, aumentou no período, especialmente para aqueles residentes nos domicílios onde os chefes eram mulheres. Nos domicílios *com* jovem cujos chefes eram homens, os jovens tinham menor idade que os que viviam em domicílios chefiados por mulheres, sendo que em 2000 eles eram ligeiramente mais velhos que em 1970.

Estes indicadores mostram ainda que, nos domicílios *com* jovens chefiados por mulheres, os jovens freqüentavam menos a escola, apresentavam escolaridade e taxa de ocupação ligeiramente mais baixa e contribuía mais no orçamento domiciliar. Dos domicílios *com* jovens, estes eram também os que apresentavam renda domiciliar *per capita* e renda média do chefe mais baixas.

4.5. Sumário dos resultados

Neste capítulo, buscou-se caracterizar os jovens de 1970 e os de 2000 na região metropolitana do Rio de Janeiro. Pode-se dizer, em linhas gerais, que a população de jovens residentes na região em números absolutos permaneceu aproximadamente estável desde a década de 1980, apresentando um crescimento médio anual inferior ao da população jovem brasileira em 2000. Em termos relativos, observou-se que sua participação no total da população da região decresceu no período. O que pode ser explicado pelos níveis mais baixos e declinantes de fecundidade observados na região.

Do ponto de vista educacional, os avanços foram inegáveis no período. Observou-se um expressivo aumento dos níveis de escolaridade entre os jovens, em especial entre as mulheres, que inverteram o hiato de gênero na educação existente em 1970. Não obstante ao aumento da freqüência à escola e dos níveis de escolaridade em 2000, os jovens têm enfrentado maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Nos dois anos analisados, as taxas de desemprego juvenil de ambos os sexos eram maiores se comparadas às da população total. Em 2000, no entanto, houve uma elevação nos patamares em que estas taxas se encontravam, permanecendo as taxas juvenis entre as mais elevadas.

A instabilidade experimentada por estes jovens no mercado de trabalho parece influenciar o seu processo de formação de família. A distribuição de jovens por condição no domicílio indicou um incremento nas proporções de chefes e cônjuges, concomitantemente ao aumento das proporções de filhos e outros parentes. O que parece, à primeira vista, contraditório. O aumento deste percentual parece indicar que novas formas de transição estão em curso entre os jovens, uma vez que sinaliza o prolongamento do tempo passado na casa dos pais. Ao mesmo tempo, o aumento na proporção de chefes e cônjuges parece ser resultado do envelhecimento do grupo. A maioria dos jovens era solteira nos dois anos analisados. Observou-se, no entanto, a diminuição desta proporção no período e o aumento da proporção de jovens casados, divorciados e viúvos. A idade acarreta o aumento destas proporções. O padrão de nupcialidade alterou-se no período com o incremento expressivo das uniões consensuais, se tornando a forma predominante de tipo de união entre os jovens em 2000. Elas decrescem com a idade, quando se observa o aumento de outras modalidades de casamento.

Tomando os domicílios da região como foco da análise, observaram-se um incremento expressivo dos domicílios *sem* jovens e um declínio na proporção de domicílios *de* jovens e *com* jovens. Tais alterações refletem as mudanças demográficas que esta população experimentou nas últimas décadas, como a queda da fecundidade e o envelhecimento populacional. Os domicílios *com* jovens eram maiores e foram os mais afetados pela queda da fecundidade. A diminuição no tamanho dos domicílios é uma tendência observada também para o total da população da região metropolitana. Os domicílios *de* jovens eram os menores e compunham-se majoritariamente por casal com filhos. Isso foi observado nos dois anos considerados. Observou-se, no entanto, o incremento dos domicílios chefiados por mulheres jovens com filhos e de mulheres vivendo sozinhas. Nos domicílios em que o jovem

não é chefe nem cônjuge, predominavam os arranjos familiares de casal com filhos. Ressalta-se também o expressivo crescimento da proporção de domicílios chefiados por mulheres não-jovens com filhos no período.

5 – TRANSIÇÕES DIFERENCIADAS PARA A VIDA ADULTA

5.1. Introdução

O capítulo anterior caracterizou os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro no tocante a sua inserção na escola, no trabalho e na família em 1970 e 2000. O presente capítulo propõe-se a analisar as inter-relações entre estas dimensões, buscando responder a três questões centrais:

1. A transição para a vida adulta tem se prolongado ou antecipado nas últimas décadas na região metropolitana do Rio de Janeiro?⁴³
2. Em que medida este processo se diferencia nos diversos segmentos de renda e de cor?
3. Como são as modalidades que caracterizaram as transições para a vida adulta?

Objetivando responder as duas primeiras questões, calcularam-se as probabilidades de ocorrência dos eventos que marcam o que se convencionou chamar de transição tradicional para a vida adulta. A partir destas probabilidades, calcularam-se as idades medianas⁴⁴ de: 1) saída da escola; 2) entrada no mercado de trabalho; 3) saída da casa dos pais; e 4) ter o primeiro filho. Homens e mulheres foram analisados separadamente.

A análise da transição para a vida adulta neste capítulo utilizou-se de um corte transversal, considerando dois pontos no tempo (1970 e 2000) e dois tipos de comparação. A primeira tem como enfoque a variação temporal e comparou as idades medianas em que os eventos que marcam a transição ocorreram em 1970 e em 2000. Assumindo que as formas e o *timing*

⁴³ Entendendo o processo de transição para a vida adulta como a passagem pelas etapas de saída da escola, entrada no mercado de trabalho, saída de casa e nascimento do primeiro filho.

⁴⁴ Para o cálculo das idades medianas, ver capítulo 3.

de transição são afetados pelas condições socioeconômicas, refletindo as desigualdades a que uma população pode estar submetida, compararam-se os indicadores de transição por quartis de renda domiciliar *per capita* em cada ano estudado e a sua variação entre os dois anos. Em síntese, a primeira comparação tem por objetivo analisar o momento em que as etapas de transição ocorreram ao longo do tempo nos diferentes quartis de renda domiciliar *per capita*. A partir disso, pode-se observar o prolongamento ou a antecipação de cada uma destas etapas. A segunda considera os diferenciais entre os jovens do primeiro e do último quartil em cada ano do seu processo de transição para a vida adulta. Para 2000, foram calculadas também as mesmas idades medianas desagregadas por cor/raça, assumindo tal característica como importante gerador de desigualdades no Brasil.

Por fim, para responder a terceira questão, elaborou-se uma tipologia de transição para a vida adulta, levando em consideração a condição do jovem no domicílio, a sua inserção no mercado de trabalho e a frequência à escola. Em seguida, os jovens classificados em cada uma das modalidades foram analisados considerando as seguintes variáveis: idade, frequência à escola, grau de escolaridade, estado conjugal, filhos tidos, situação de ocupação, rendimento médio e rendimento domiciliar *per capita*.

5.2. Prolongamento da condição juvenil: um panorama geral

A Tabela 11 mostra as idades medianas em que os eventos que marcam a transição para a vida adulta ocorreram em 1970 e 2000 na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados apontam para um prolongamento no tempo passado na escola de aproximadamente 2,5 anos no período considerado para as mulheres. Em 1970, a idade mediana de saída da escola foi de 15,8 anos e em 2000 passou a ser 18,3 anos. Entre os homens, o fenômeno também ocorreu,

sendo, no entanto, menos expressivo. O prolongamento foi de cerca de um ano. Os resultados confirmam a tendência de aumento da frequência à escola entre os jovens, em geral, e entre os do sexo feminino, em particular.

TABELA 11
IDADES MEDIANAS DE ALGUNS EVENTOS DA TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA
RMRJ, 1970 E 2000

	1970		2000		(2000) - (1970)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Sair da escola	17,3	15,8	18,5	18,3	1,2	2,5
Entrar no mercado de trabalho	17,7	15,6	17,3	16,9	(0,3)	1,4
Sair de casa	23,8	21,6	23,4	21,7	(0,4)	0,2
Ter filhos		22,2		20,8		(1,4)

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

As mulheres passaram também a entrar no mercado de trabalho e a deixar a casa dos pais mais tarde que em 1970. A variação foi mais acentuada na idade de entrada no mercado de trabalho. Por outro lado, os valores medianos observados para a idade de entrada no mercado de trabalho e saída de casa entre os homens mostram uma ligeira antecipação destes processos no período. Em 1970, a idade mediana para a entrada no mercado de trabalho foi de 17,7 anos. Em 2000, 50% dos jovens do sexo masculino o fizeram antes dos 17,3 anos. Em 1970, a metade dos homens tornava-se chefe de um domicílio até os 23,8 anos e, em 2000, este valor passou a ser de 23,4 anos.

A despeito do adiamento observado nas idades medianas de ocorrência dos eventos “saída da escola”, “entrada no mercado de trabalho” e “saída de casa” entre as mulheres, percebeu-se uma antecipação em mais de um ano na idade em que elas tiveram filhos. Se em 1970, as mulheres saíam de casa para depois terem o primeiro filho, em 2000, esta situação se inverteu. A idade mediana de se ter filhos passou a ser menor que a de saída de casa. Tal observação pode sugerir que as etapas de transição para a vida adulta também na região

metropolitana do Rio de Janeiro não apresentam sincronia (Galland, 2003) e não obedecem necessariamente a uma ordem seqüencial, como o esperado por uma transição nos moldes tradicionais (Pais, 1993a ; Pais, 1993b). Além disso, indicam que algumas dessas etapas podem ocorrer concomitantemente: a entrada no mercado de trabalho não supõe necessariamente a saída da escola ou a conclusão de sua formação escolar.

Ressalta-se também que os eventos que marcam a transição para a vida adulta na região metropolitana do Rio de Janeiro ocorreram em idades bastante semelhantes às observadas para o conjunto dos jovens brasileiros, de acordo com estudo de Arruda (2004). Utilizando idades medianas calculadas a partir das informações da PNAD de 2001, a autora mostra que os jovens brasileiros saíam da escola quase que com a mesma idade que os da região metropolitana do Rio de Janeiro (18,5 anos para homens e 18,4 anos para mulheres). A saída de casa também se deu entre os homens jovens brasileiros com a mesma idade que entre os da região metropolitana do Rio. Entre as mulheres da região metropolitana, este evento ocorreu ligeiramente mais tarde (21,7 anos) que para o conjunto das mulheres jovens brasileiras (21,4 anos), assim como a idade em que elas tiveram filhos (20,6 anos no Brasil e 20,8 na região). Estas diferenças são, no entanto, bastante pequenas e podem se referir ao uso de diferentes bases de dados.

Uma especificidade que a análise dos dados para a região metropolitana do Rio de Janeiro aponta refere-se à idade mediana de entrada no mercado de trabalho. Além de ser bastante mais elevada que a dos jovens brasileiros, especialmente para os homens, ela apresenta uma tendência inversa a do caso brasileiro. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, em 2000, as mulheres entraram no mercado de trabalho ligeiramente mais cedo que os homens (0,4

ano), o que não aconteceu para o conjunto dos jovens brasileiros. No Brasil, foram eles que entraram 0,4 ano antes. No entanto, estas diferenças também são bastante pequenas.

5.2.1. Análise por quartis de renda domiciliar *per capita*

Desagregando a população jovem por quartis de renda domiciliar *per capita*, percebe-se que o fenômeno do prolongamento da condição juvenil apresenta contornos diferenciados de acordo com as condições econômicas. De modo geral, os indicadores sugerem que os jovens em melhores condições econômicas ficam mais tempo na escola, entram mais tarde no mercado de trabalho e permanecem mais tempo na condição de filhos na casa dos pais. Entre as mulheres, a ocorrência do primeiro filho também acontece mais tarde entre as que apresentam melhores condições econômicas. Ver Tabela 12.

TABELA 12
IDADES MEDIANAS DE ALGUNS EVENTOS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA POR QUARTIL DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* E SEXO
RMRJ 1970 e 2000

	1970							
	Sair da escola		Entrar na PEA		Sair de casa		Ter filhos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Mulheres	
1º Quartil (a)	16,1	15,2	17,7	14,9	23,4	21,4	21,3	
2º Quartil	16,8	15,7	17,1	15,0	23,3	20,8	21,2	
3º Quartil	17,6	16,7	17,1	15,9	23,8	21,6	22,4	
4º Quartil (b)	20,5	17,2	19,1	15,6	24,3	22,2	23,8	
(b) - (a)	4,4	2,0	1,3	0,7	0,9	0,8	2,5	
Idade mediana Total	17,3	15,8	17,7	15,6	23,8	21,6	22,2	
	2000							
	Sair da escola		Entrar na PEA		Sair de casa		Ter filhos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Mulheres	
1º Quartil (a)	17,8	17,5	17,0	16,0	22,3	20,8	19,2	
2º Quartil	18,1	18,1	16,9	16,4	23,3	21,3	20,4	
3º Quartil	18,5	18,4	17,2	16,9	23,4	21,9	21,7	
4º Quartil (b)	20,4	20,7	18,3	18,1	25,0	23,4	24,6	
(b) - (a)	2,5	3,2	1,3	2,0	2,6	2,6	5,4	
Idade mediana Total	18,5	18,3	17,3	16,9	23,4	21,7	20,8	
	(2000) - (1970)							
	Sair da escola		Entrar na PEA		Sair de casa		Ter filhos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Mulheres	
1º Quartil	1,7	2,3	(0,8)	1,1	(1,1)	(0,6)	(2,1)	
2º Quartil	1,4	2,5	(0,2)	1,4	0,1	0,5	(0,8)	
3º Quartil	0,9	1,8	0,1	1,0	(0,5)	0,3	(0,7)	
4º Quartil	(0,2)	3,5	(0,8)	2,4	0,7	1,2	0,8	
Idade mediana Total	1,2	2,5	(0,3)	1,4	(0,4)	0,2	(1,4)	

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Ao se comparar as idades medianas da saída da escola em 1970 e 2000, observa-se que o maior adiamento aconteceu entre as mulheres inseridas em contextos mais favoráveis de renda: elas passaram a ficar 3,5 anos a mais na escola em 2000. Entre as mulheres com menor renda, este adiamento foi de cerca de 2,3 anos. Observa-se também uma alteração na tendência: se em 1970 elas saíam da escola mais cedo que os homens; em 2000, as idades medianas de homens e mulheres se assemelham, evidenciando um aumento do tempo passado nas escolas pelas últimas. As mulheres em melhores condições de renda, por exemplo, passaram a deixar a escola mais tarde que os homens do mesmo quartil de renda, apontando, neste caso, uma inversão de tendência.

Estes resultados reforçam, como mostrado no capítulo 4, a reversão do hiato de gênero na educação que historicamente se deu em favor dos homens no Brasil. Como mostra Guedes (2004), as mulheres foram favorecidas no bojo das políticas universalistas de educação que tiveram lugar nas últimas quatro décadas no Brasil. Voltando ainda mais no tempo, da exclusão total do sistema de ensino e educação formal dos tempos da colônia, das primeiras legislações incentivando e estendendo o ensino primário às mulheres no Império, Beltrão e Alves (2004) mostram como a demanda por mão-de-obra qualificada voltada para o setor urbano-industrial, após a Revolução de 1930, impulsionou o surgimento das primeiras políticas públicas de massa de educação que acabaram por beneficiar as mulheres.

Entre outros fatores sociais e culturais ocorridos no país no período, a equivalência dos cursos de grau médio, pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira em 1961, propiciou o ingresso das mulheres às universidades, uma vez que a maioria delas cursava o magistério, seguindo posteriormente a profissão de professoras primárias. Esta prática acabava por mantê-las, até aquele momento, em atividades voltadas aos cuidados e

aprendizado das crianças, fortalecendo os papéis de mães e esposas. Foram as mulheres as que melhor aproveitaram as oportunidades criadas pelas transformações que o país experimentou a partir desse período (Beltrão e Alves, 2004).

O avanço em termos de escolaridade, desagregado por quartil de renda domiciliar *per capita*, mostrado na Tabela 13, confirma o melhor aproveitamento da universalização do ensino por parte das mulheres ao longo dos últimos 30 anos. Em todos os quartis de renda, o aumento da escolaridade foi maior para as mulheres jovens do que para os homens. No terceiro e quarto quartis de renda, ou seja, entre as mulheres jovens das camadas médias e altas de renda da população, este aumento foi de 3,4 e 3,9 anos, respectivamente.⁴⁵

TABELA 13
NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO JOVEM
POR QUARTIL DE RENDA DOMICILIAR PER CAPITA E SEXO
RMRJ, 1970 E 2000

	1970		2000		2000 - 1970		1970	2000
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	m - h	m - h
1º quartil	3,5	3,4	5,9	6,5	2,4	3,1	(0,1)	0,6
2º quartil	4,2	4,2	6,9	7,6	2,7	3,4	(0,1)	0,7
3º quartil	5,3	5,4	7,9	8,8	2,6	3,4	0,1	0,8
4º quartil	7,9	6,5	9,9	10,3	2,0	3,9	(1,4)	0,5
Total	5,3	5,0	7,7	8,3	2,4	3,3	(0,3)	0,6

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 1970 e 2000.

Entre os homens, nota-se um adiamento da idade mediana de saída da escola mais expressivo entre os jovens com menor renda. De qualquer forma, observaram-se idades medianas de saída da escola mais baixas entre os jovens mais pobres que entre os em melhores condições de renda. Analisando os dois anos, verificou-se que a distância na idade mediana de saída da

⁴⁵ O assunto não é objeto desta dissertação, mas parece oportuno mencionar, no entanto, como mostrou Guedes (2004), que a reversão do hiato de gênero na educação ainda não se converteu, na mesma medida, em diminuição da desigualdade salarial no mercado de trabalho no que diz respeito às mulheres com nível universitário. Os estudos de gênero apontam para a necessidade de se estudar cada vez mais estas tendências sob a perspectiva das gerações, uma vez que as mulheres de coortes mais jovens vêm incorporando práticas e ideais de realização profissional e autonomia feminina em todos os aspectos de suas vidas. Pode-se esperar que tal comportamento venha a ter outros efeitos positivos também no mercado de trabalho nas próximas décadas.

escola entre o primeiro quartil de renda e o último diminuiu entre os homens e aumentou entre as mulheres, sugerindo um acirramento das desigualdades entre as mulheres que experimentam contextos diferenciados de condições de vida.

As idades medianas de entrada no mercado de trabalho para homens e mulheres também crescem com o aumento da renda. Apresentaram, no entanto, comportamento diferenciado por sexo nos dois anos considerados. Tanto em 1970 quanto em 2000, as mulheres que entraram no mercado de trabalho o fizeram mais cedo que os homens⁴⁶. Em 2000, observou-se um adiamento da idade mediana das mulheres em todos os quartis de renda, aproximando este indicador aos valores observados para os homens. Confirma-se aqui a tendência de prolongamento da condição juvenil mais acentuado para as mulheres, especialmente para as com renda mais elevada. Em 1970, a metade destas mulheres entrava no mercado de trabalho até os 15,6 anos e, em 2000, 2,4 anos mais tarde, até os 18,1 anos. São também estas mulheres, de melhores condições de renda, as que mais permaneceram na escola em 2000. A distância entre as idades medianas do primeiro e quarto quartil de renda também aumentou mais entre as mulheres do que entre os homens.

As mulheres saíram de casa mais cedo que os homens em todos os quartis de renda. Esta é uma tendência verificada nos dois anos considerados, mas se apresentou menos expressiva em 2000. Provavelmente, tal fenômeno tem relação com o fato de as mulheres saírem de

⁴⁶ Este resultado merece ressalvas uma vez que pode estar sendo afetado pela subestimação da PEA feminina em 1970, como já ressaltado nos capítulos 3 e 4. Além disso, cabe afirmar que tradicionalmente os conceitos usados para medir o trabalho levam em consideração somente as atividades econômicas voltadas para o mercado, que comumente são desenvolvidas pelos homens, o que se convencionou chamar pela literatura de trabalho produtivo. Deste modo, permanece oculto o trabalho realizado no âmbito doméstico, tido como reprodutivo e majoritariamente realizado pelas mulheres. Ver sobre o assunto Guedes (2004) e Bruschini (1992).

casa, em sua maioria, na condição de cônjuges, casando-se com homens, em média, três anos mais velhos (Berquó, 1998).

Sair de casa parece ser um evento também afetado pelas condições socioeconômicas desses jovens, conforme mostra a Tabela 12. A idade mediana de saída de casa aumenta à medida que cresce a renda. Isso é válido entre homens e mulheres nos dois anos considerados. Observou-se, no entanto, um aumento do diferencial entre as idades de saída de casa entre os que estavam no primeiro e quarto quartil de renda. O maior impacto ocorreu entre os homens do primeiro quartil. Estes apresentaram uma antecipação em mais de um ano na idade mediana de saída de casa em 2000. Por outro lado, os de renda mais elevada adiaram em 0,7 ano a saída da casa de origem.

Entre as mulheres, a alteração mais expressiva observada nos 30 anos refere-se à antecipação da idade em que têm filhos. Em 1970, somente as mulheres do primeiro quartil de renda apresentavam idade mediana ao ter o primeiro filho inferior a de constituição de um novo domicílio. Em 2000, observou-se a antecipação da idade ao ter o primeiro filho entre as mulheres dos três primeiros quartis de renda e o adiamento entre as de maior nível de renda. A diferença da idade ao primeiro filho entre as mulheres do primeiro quartil de renda e as do quarto quartil é de cerca de 5,5 anos.

GRÁFICO 10
IDADE MEDIANA EM QUE AS MULHERES TIVERAM FILHOS
RMRJ, 1970 E 2000



Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos 1970 e 2000.

Estes indicadores estão associados ao início da atividade sexual dos jovens. Como apontam Abramovay, Castro e Silva (2004), a idade média da primeira relação sexual de jovens do município do Rio de Janeiro é uma das mais baixas se comparadas à outras capitais brasileiras⁴⁷. Entre os homens, a vida sexual inicia-se, em média, aos 14,4 anos e, entre as mulheres, aos 15,2. No entanto, mais da metade dos jovens do sexo masculino iniciam a vida sexual antes dos 14 anos (57%). Entre as mulheres, apenas 27% têm a sua primeira relação sexual antes dos 14 anos, enquanto para cerca de 70% das mulheres jovens a iniciação sexual ocorre entre 15 e 19 anos.

O diferencial na idade da iniciação sexual entre homens e mulheres tem relação com os distintos significados que são atribuídos à perda da virgindade entre os jovens e às construções em torno das identidades femininas e masculinas na sociedade brasileira.

⁴⁷ Este estudo foi feito entre jovens estudantes do ensino fundamental e médio. Neste sentido, ressalta-se que esses valores devem ser afetados pelo nível de escolaridade destes jovens, podendo apresentar diferenças em relação a outros grupos.

Pesquisas qualitativas têm mostrado que a virgindade “permanece uma referência que norteia comportamentos e delimita atitudes”, persistindo ainda “a autocobrança de uma atividade sexual mais precoce e intensa por parte do sexo masculino, a fim de se diferenciar do feminino e ser considerado adulto” (Abramovay, Castro e Silva, 2004, p. 73).

O pano de fundo desta discussão parece ser a premissa de que a iniciação sexual feminina vem quase sempre subordinada a um vínculo afetivo, o que não ocorreria com a maioria dos homens. Ainda que estas constatações permaneçam sendo registradas entre os jovens e as jovens brasileiras, como nas pesquisas conduzidas por Castro, Abramovay e Silva, Brandão (2004, p. 67), analisando jovens das camadas médias do Rio de Janeiro, chama a atenção para possíveis sinais de mudanças das representações na socialização das novas gerações. Parecem ganhar espaço novas representações entre os jovens que estariam “ancoradas em premissas de maior igualdade de gênero”. Tais representações seriam também marcadas por “maior tolerância parental e social ao exercício da sexualidade dissociada do casamento” e, neste sentido, segundo a autora, “o tradicional recurso a outras mulheres, que não as namoradas, para consumir a iniciação sexual, pode não ser um expediente único”. Estes jovens do sexo masculino, inseridos em camadas médias da cidade do Rio de Janeiro, a partir de mudanças de atitudes pessoais e familiares, estariam, portanto, caminhando em direção a uma tendência de aproximação das idades em que a iniciação sexual ocorre entre as mulheres.

A autora ressalta também que o início da vida sexual dos jovens é um evento marcante na sua busca por autonomia. Se, por um lado, a dependência financeira pode impor algumas limitações a autonomia juvenil em relação ao núcleo familiar; por outro, o arbítrio sobre o próprio corpo coloca-se como o espaço de legitimação de sua autonomia. A sexualidade

impõe-se, neste sentido, como o espaço mais autônomo do cotidiano dos jovens, escapando aos limites da escola e da família. Tal possibilidade abre mais espaço para alterações nas idades em que estes eventos se iniciam na vida dos jovens ao longo do tempo.

Percebe-se, no entanto, “um descompasso entre a instalação de relações afetivo-sexuais, geradoras de autonomia pessoal” e “as condições sociais que possibilitam sua independência”. O início da vida sexual destes jovens - em geral cada vez mais cedo - e a conclusão do seu processo de escolarização, entrada no mercado de trabalho e independência familiar, especialmente no que se refere às camadas médias de renda da população – cada vez mais tardios – ocorrem com defasagem, podendo acirrar, nestes segmentos, os conflitos entre os filhos e seus pais, que passarão a ser gerenciados diferentemente de como foram em outros momentos (Brandão, 2004, p.70).

5.2.2. Análise por cor/raça

Os indicadores utilizados para mensurar a transição para a vida adulta mostraram-se sensíveis também às diferenciações por cor/raça⁴⁸, conforme mostra a Tabela 14. Os jovens negros⁴⁹ deixaram a escola, entraram no mercado de trabalho e saíram de casa mais cedo que os brancos, sugerindo uma transição mais precoce para a vida adulta. Entre os negros, pode-se dizer que, de modo geral, as idades medianas em que ocorreram os eventos que marcam a transição entre os homens e as mulheres de cor preta foram as mais baixas. A exceção

⁴⁸Foram considerados aqui somente os brancos, pretos e pardos, dado que os amarelos e indígenas representavam menos de 1% da população jovem da região metropolitana do Rio de Janeiro .

⁴⁹Aqui entendendo negros como o conjunto da população de cor preta e parda.

ocorreu para as idades de entrada no mercado de trabalho e saída de casa, que se apresentaram ligeiramente mais baixas entre as mulheres pardas em 2000.

TABELA 14
IDADES MEDIANAS DE ALGUNS EVENTOS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA POR COR E SEXO
RMRJ, 2000

	Sair da escola		Entrar na PEA		Sair de casa		Ter filhos
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Mulheres
Branca	18,9	18,8	17,7	17,3	23,9	22,2	21,6
Preta	18,1	17,8	16,9	16,7	22,9	21,4	19,6
Parda	18,1	18,0	17,0	16,6	23,1	21,3	20,3
Idade mediana Total	18,5	18,3	17,3	16,9	23,4	21,7	20,8

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Observou-se que os jovens brancos permaneceram na escola cerca de um ano a mais que os pretos e pardos e as mulheres pretas foram as que menos tempo passaram na escola. Em 2000, a metade delas deixava a escola antes dos 18 anos, enquanto as brancas permaneceram estudando até os 18,8 anos. Estas observações são condizentes com a escolaridade destes jovens. A Tabela 15 mostra que os jovens de cor branca apresentaram escolaridade mais elevada que os negros. As jovens brancas possuíam, em média, 9 anos de estudo enquanto as jovens pretas tinham 7,2 anos e as pardas 7,6 anos. Entre os homens, também foram os de cor preta os jovens com menor escolaridade. Possuíam, em média, 6,6 anos de estudo e os brancos 8,5.

TABELA 15
NÚMERO MÉDIO DE ANOS DE ESTUDO DA POPULAÇÃO JOVEM POR COR E SEXO
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, 2000

	Homens	Mulheres
Branca	8,5	9,0
Preta	6,6	7,2
Parda	7,0	7,6
Total	7,7	8,3

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 2000

As mulheres pretas e pardas foram também as primeiras a entrar no mercado de trabalho em 2000 comparadas aos demais grupos de jovens. Enquanto 50% dos homens brancos entravam no mercado de trabalho até os 17,7 anos, as mulheres pardas e pretas o fizeram até os 16,7 anos. Entre os homens, a atividade laboral também se iniciou mais cedo para os jovens pretos. A idade mediana de entrada no mercado de trabalho foi de 16,9 anos. Entre os jovens brancos, ela foi 0,8 ano superior a dos jovens pretos.

O processo de formação de um novo núcleo domiciliar ocorreu após a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho, variando também de acordo com a cor/raça dos jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro. As mulheres pardas tornaram-se chefes ou cônjuges de domicílio mais cedo que os homens e as mulheres pretas e brancas. Em relação aos homens brancos, o diferencial foi bastante elevado, cerca de 2,6 anos, e, entre as mulheres brancas, de 0,9 ano. Entre os homens brancos e pretos, a saída de casa também apresentou diferenças. Estes últimos saíam de casa cerca de um ano mais cedo que os primeiros.

Observou-se também que as mulheres pretas têm filhos cerca de dois anos antes e as pardas 1,3 ano que as mulheres brancas. Nota-se que o nascimento dos filhos ocorreu mais cedo que a constituição de um novo domicílio em todos os segmentos considerados, sendo o maior diferencial observado entre as mulheres pretas. Em 2000, 50% delas tiveram filhos até os 19,6 anos e constituíram um novo domicílio até 21,4 anos. O menor diferencial foi observado entre as mulheres brancas. Elas tiveram filhos com idade mediana de 21,56 anos e constituíram novo domicílio aos 22,18 anos.

5.3. As modalidades de transição para a vida adulta

A saída da casa dos pais e a formação de um novo domicílio são eventos considerados pela literatura sobre juventude como elementos importantes no processo de emancipação do jovem e assunção de um *status* de adulto. O prolongamento do tempo passado na escola, os novos obstáculos para a inserção no mercado de trabalho, a flexibilização das relações afetivas, associados a um processo de maior “autonomização” da sexualidade das últimas décadas, trouxeram novos elementos para se pensar o processo de transição dos jovens para a vida adulta. Apesar das diferenças socioeconômicas e culturais que as várias juventudes apresentam, estes elementos, em maior ou menor grau, têm afetado as trajetórias rumo à emancipação, apontando para a multiplicidade de etapas e estilos de se tornar adulto na contemporaneidade.

Refletindo, de modo geral, o papel das recentes transformações ocorridas nas dimensões da escola, do trabalho e da família, uma perspectiva mais ampla sobre o processo de emancipação do jovem deve incorporar as novas modalidades de transição para a vida adulta, ampliando o foco da análise. Isso significa considerar, também, os jovens que estão cursando essa trajetória no interior do domicílio de origem, ou seja, permanecendo na condição de filhos e outros parentes.

O propósito aqui é discutir se a saída de casa - ou rompimento do vínculo espacial de origem - apresenta-se como elemento definidor e único da passagem do jovem para a vida adulta. Estudos para o Brasil têm mostrado que a saída de casa permanece sendo uma etapa importante da transição para a vida adulta (Camarano et al, 2003; Camarano et al, 2004). No entanto, a emancipação do jovem não deve passar necessariamente pelo cumprimento desta

etapa, sendo cada vez mais recorrente jovens estenderem sua estada nos seus domicílios de origem, sem que estejam efetivamente deixando de se tornarem adultos (Camarano et al, 2004).

A partir da análise das inter-relações dos eventos que caracterizam a passagem para vida adulta no modelo tradicional, mencionado anteriormente⁵⁰, elaborou-se uma tipologia de modalidades de transição para a vida adulta que identifica a situação em que o jovem se encontra neste processo. Esta considerou conjuntamente os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro que saíram de casa, tornando-se chefes e cônjuges de um domicílio, e os jovens que permanecem na condição de filhos e outros parentes.

Por se considerar a idade uma variável com impactos importantes nesse processo de transição, foram considerados os intervalos etários de 15 a 19, 20 a 24 e 25 a 29 anos em 1970 e 2000. Estimaram-se as combinações de condição no domicílio, frequência à escola e condição de atividade (PEA ou inativo). Homens e mulheres foram analisados separadamente. Foram definidos cinco grupos de situação de transição para a vida adulta⁵¹: a) tradicional ou convencional; b) escolarização prolongada do tipo 1; c) escolarização prolongada do tipo 2; d) transição na casa dos pais e e) não transição na casa dos pais.

O primeiro grupo, chamado aqui de modalidade tradicional ou convencional, é definido pelo fato de o jovem ser chefe ou cônjuge no domicílio, não estudar, podendo participar da PEA (ocupado ou desempregado) ou estar na condição de inativo. Parte-se deste modelo de transição para se inferir sobre as novas modalidades de passagem para a vida adulta, buscando focar o caráter heterogêneo em que elas ocorrem. O segundo e o terceiro grupos

⁵⁰ Ver capítulo 2.

⁵¹ As combinações que deram origem a estas modalidades estão definidas no capítulo 3.

referem-se às modalidades de escolarização prolongada tipo 1 e 2. Estas diferem da modalidade tradicional ou convencional pela continuação dos estudos na condição de chefe ou cônjuge de um domicílio. Na de tipo 1, o jovem estuda e participa da PEA. Na de tipo 2, o jovem estuda, mas não participa da PEA. Os dois últimos grupos são definidos pela permanência na casa dos pais na condição de filhos⁵². O que as difere é a condição de atividade. Na modalidade de transição na casa dos pais, o jovem participa da PEA, podendo variar quanto a sua condição de frequência à escola. Entre os que não fizeram a transição, estão aqui considerados os jovens que não participam da PEA, independente também de estar freqüentando a escola naquele momento.

A Tabela 16 mostra a distribuição percentual de jovens por situação de transição por sexo e faixa etária nos dois anos considerados. Analisando o total de jovens de ambos os sexos entre 15 e 24 anos, observa-se que, em 2000, a maior parcela (80%) encontrava-se na casa dos pais, ou seja, foram classificados na condição de filhos e outros parentes. Estes jovens estão distribuídos por duas situações aqui consideradas: os que estão fazendo a transição pela inserção no mercado de trabalho (ocupados ou desempregados) e os que não fizeram a transição (inativos). Como se verá posteriormente, além das diferenciações entre os dois grupos, estes jovens também apresentam singularidades no interior de cada grupo.

Comparando 1970 e 2000, verificaram-se um incremento na proporção de jovens que estão fazendo a transição na casa dos pais e uma diminuição no percentual de jovens que não fizeram a transição. Do total de jovens de 15 a 24 anos, 32,6% eram filhos e outros parentes e faziam parte da PEA, independente da condição de frequência à escola em 1970. Em 2000, o percentual comparável foi de 44,5%. Os jovens na condição de filhos e outros parentes em

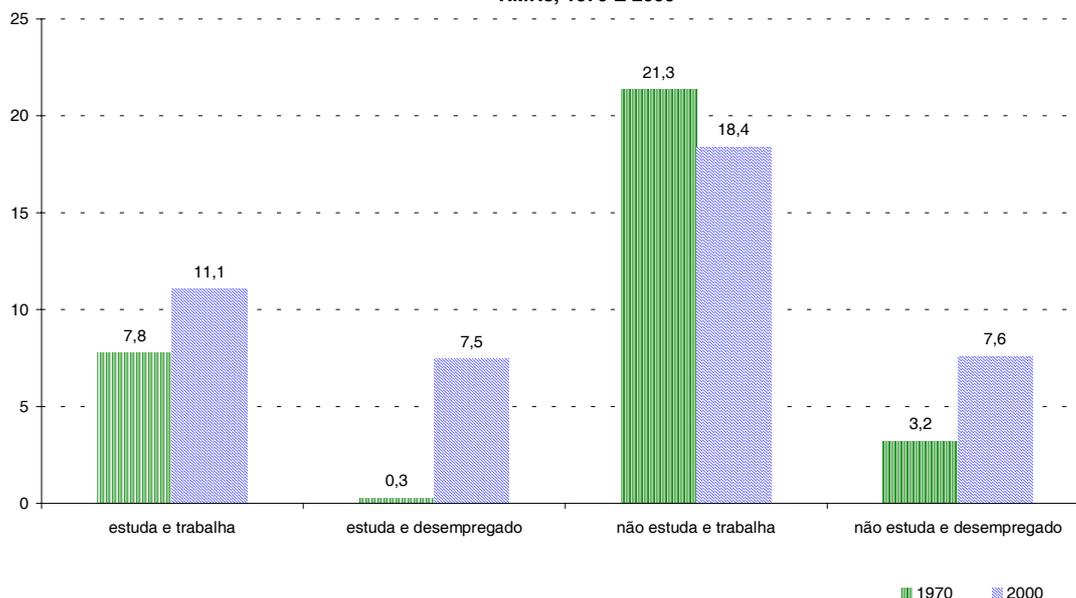
⁵² Inclui também a condição de outros parentes, que podem ser netos, sobrinhos, primos etc.

situação de inatividade, estudando ou não, aqui considerados como jovens que não fizeram a transição, representavam 43,8%, em 1970, passando a representar 36,0% dos jovens, em 2000. Ambas as situações decrescem com o aumento da idade, sugerindo que estes jovens tendem a transitar para a vida adulta pela saída de casa, nos moldes convencionais.

A diminuição da proporção de jovens que não estavam fazendo a transição, bem como o aumento da proporção dos aqui considerados em transição na casa dos pais estão relacionadas ao aumento da proporção dos que estudam e trabalham ou procuram trabalho no período, como mencionado no capítulo 4. Tal observação confirma também que os estatutos dos jovens em transição não são rígidos, uma vez que é cada vez mais freqüente encontrar jovens que conciliam escola e trabalho. Em outras palavras, que combinam atividades atribuídas ao mundo jovem e ao mundo adulto.

O Gráfico 11 mostra a distribuição dos jovens na modalidade de transição na casa dos pais por condição na ocupação e freqüência à escola. Observa-se uma elevação na proporção dos jovens que estudavam e trabalhavam no período. Em 1970, encontravam-se 7,8% dos jovens nesta modalidade e, em 2000, 11,1%. Nota-se também uma significativa elevação na proporção de jovens que estudavam e estavam desempregados, de 0,3% para 7,5%, bem como a de jovens que não estudavam e também estavam desempregados, de 3,2% para 7,6%. A elevação na proporção dos jovens nestas duas últimas condições pode sinalizar para a dificuldade de os jovens se inserirem no mercado de trabalho. O crescimento dos jovens na modalidade de transição na casa dos pais que não estudavam e não trabalhavam pode ser visto também, em alguma medida, por uma ótica negativa uma vez que se reconhece a importância da qualificação no mercado de trabalho e do papel fundamental que a escolarização exerce nos processos cognitivos de socialização dos jovens.

GRÁFICO 11
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS NA MODALIDADE DE TRANSIÇÃO
NA CASA DOS PAIS POR CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E FREQUÊNCIA À ESCOLA
RMRJ, 1970 E 2000

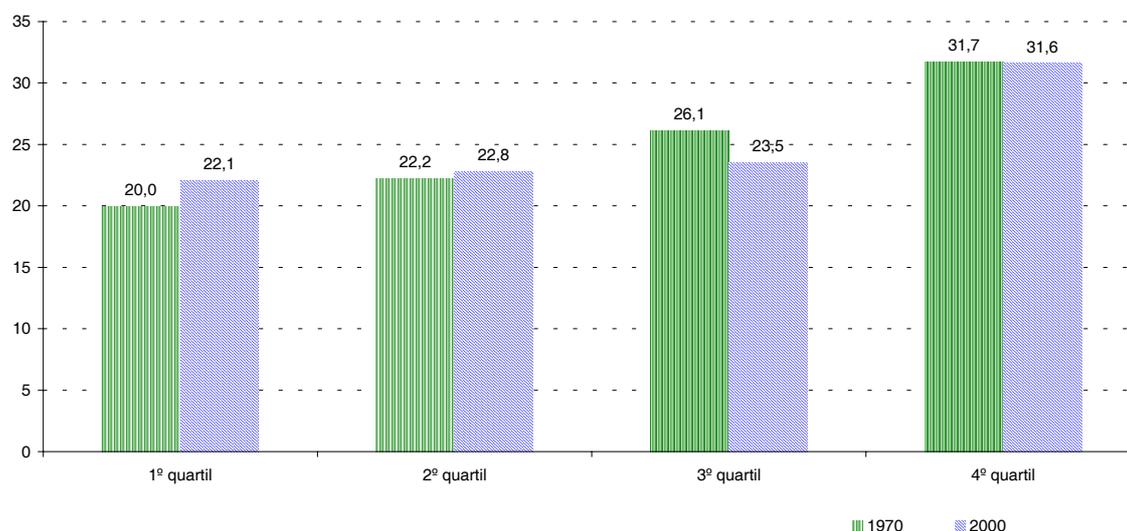


A maior parte dos jovens classificados na modalidade de transição na casa dos pais tinha trabalho e não estava estudando. Isso foi observado em 1970 e 2000. Observa-se, no entanto, que o percentual de jovens nestas condições decresceu no período, perdendo importância relativa pelo crescimento das demais condições analisadas acima. De qualquer forma, o incremento do percentual dos jovens que estavam fazendo a transição nesta modalidade corrobora os resultados anteriores de adiamento da idade da saída da casa dos pais. Pode sugerir também a aceitação de novas modalidades de transição no interior das famílias. Enquadram-se aqui aqueles jovens que, por exemplo, já são provedores de seu sustento, contribuindo também, como tem sido mostrado pela literatura, com quantias significativas no orçamento do domicílio ou aqueles que estão à procura de trabalho, seja para viabilizar a saída de casa, seja para contribuir no orçamento doméstico.

Os jovens que não fizeram a transição constituíam 36,0% do total de jovens de 15 a 24 anos: 27,5% que estudavam e 8,6% que não estudavam em 2000. Todos eles, como

definido nesta dissertação, foram considerados inativos. Em 1970, eram 27,6% que estudavam e 16,2% que não o faziam. Observa-se uma expressiva diminuição do percentual de jovens que não estudavam e uma relativa estabilidade dos que estudavam, eram inativos e estavam na condição de filhos e outros parentes. Os jovens nestas condições estavam mais concentrados no quartil de renda domiciliar *per capita* mais elevada, como mostra o Gráfico 12. Pode-se supor que parte destes jovens estejam adiando a saída de casa e a entrada no mercado de trabalho para adquirirem maior qualificação.⁵³

GRÁFICO 12
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS FILHOS E OUTROS PARENTES QUE ESTUDAVAM E NÃO PARTICIPAVAM DA PEA POR QUARTIL DE RENDA DOMICILIAR *PER CAPITA* RMRJ, 1970 E 2000



Fonte: IBGE/Censos Demográficos de 1970 e 2000.

A Tabela 16 aponta também uma ligeira elevação na proporção de jovens que fizeram a transição na modalidade convencional ou tradicional, o que supõe deixar a casa de origem e sair da escola, e um aumento das modalidades de escolarização prolongada, aqui classificada por jovens que saíram de casa, permaneceram estudando, independentemente sua condição de atividade. Os jovens de 15 a 24 anos classificados na modalidade de

⁵³ Incluem-se aqui os alunos de pós-graduação que recebem alguma remuneração do tipo bolsa de estudo. Como a informação é baseada na autodeclaração nos Censos Demográficos, se eles estão trilhando uma carreira acadêmica com bolsas e/ou auxílios à pesquisa, dependerá de como se classificarão, se estudantes ou pesquisadores.

transição convencional ou tradicional corresponderam a 15,5% em 2000. Entre os homens, a proporção foi de 11% e, entre as mulheres, de 19,8%. A proporção de jovens aí encontrados em 1970 foi de 14%, sendo 8,5% entre os homens e 18,9% entre as mulheres. Observa-se que as proporções são sempre maiores entre as mulheres, uma vez que elas saem de casa mais cedo que os homens, casando-se, muitas vezes, com homens mais velhos. A relativa estabilidade destas proporções para a população feminina e o incremento da masculina podem indicar que o padrão de transição baseado em um modelo de saída de casa permanece vigente, principalmente entre as mulheres.

Por outro lado, os jovens que se encontram na posição de chefes ou cônjuges, que permanecem estudando, passou a ganhar expressão, especialmente entre as mulheres. Este procedimento foi considerado uma nova modalidade de transição. As modalidades de escolarização prolongada tipo 1 e 2 foram também observadas em estudos para o conjunto dos jovens brasileiros (Arruda, 2004; Camarano et al, 2004). Em 1970, do total de jovens de 15 a 24 anos, menos de 1% encontrava-se nestas condições. Em 2000, a referida proporção passou a 2,4%, sendo 1,6% entre os homens e 3,3% entre as mulheres.

O interessante é notar também que estas proporções crescem com a idade. Entre os jovens de 25 e 29 anos, 3,2% figuravam entre os chefes ou cônjuges que estudavam, participando ou não da PEA. Entre as mulheres, a proporção foi de 4,1% e, entre os homens, de 2,4%. Pouco expressiva quantitativamente, tal modalidade tem relevância no que diz respeito às novas e constantes exigências do mercado de trabalho, “no qual o valor preponderante é permanecer se adaptando, reciclando e aumentando cada vez mais a sua qualificação por meio da educação” (Camarano et al, 2004, p. 22).

TABELA 16
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE JOVENS POR MODALIDADE DE TRANSIÇÃO POR SEXO E FAIXA ETÁRIA
RM DO RIO DE JANEIRO, 1970 e 2000

	1970				2000					
	Modalidade convencional ou tradicional	Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	Modalidade de transição na casa dos pais	Não transição na casa dos pais	Modalidade de transição na casa dos pais	Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	Modalidade de transição na casa dos pais	
Homens										
15 a 19	1,1	0,2	0,1	36,3	59,4	1,8	0,5	0,1	41,1	55,8
20 a 24	16,8	2,0	0,2	59,1	16,5	20,4	2,4	0,2	63,2	11,8
25 e 29	50,4	4,3	0,1	36,3	4,3	48,5	4,1	0,1	41,0	4,7
15 a 24	8,5	1,0	0,1	47,1	39,0	11,0	1,4	0,2	52,1	33,9
15 a 29	20,2	1,9	0,1	44,1	29,4	22,6	2,2	0,2	48,7	25,0
Mulheres										
15 a 19	6,1	0,0	0,2	15,9	65,0	7,5	0,9	1,1	30,6	58,8
20 a 24	33,2	0,4	0,6	23,6	29,0	32,0	2,9	1,7	43,5	17,7
25 e 29	60,8	0,7	0,9	14,5	13,3	56,9	3,9	1,9	27,9	7,6
15 a 24	18,9	0,2	0,4	19,5	48,1	19,8	1,9	1,4	37,1	38,0
15 a 29	30,4	0,3	0,5	18,1	38,5	31,6	2,5	1,5	34,2	28,4
Total										
15 a 19	3,7	0,1	0,1	25,5	62,4	4,6	0,7	0,6	35,8	57,3
20 a 24	25,4	1,1	0,4	40,5	23,0	26,3	2,6	1,0	53,1	14,8
25 e 29	55,8	2,4	0,5	24,9	9,0	52,9	4,0	1,0	34,2	6,2
15 a 24	14,0	0,6	0,3	32,6	43,8	15,5	1,6	0,8	44,5	36,0
15 a 29	25,5	1,1	0,3	30,5	34,2	27,1	2,4	0,9	41,3	26,7

Fonte: IBGE/Microdados dos Censos Demográficos de 1970 e 2000.

Entre os homens jovens com idade entre 15 a 19 anos, cerca de 56% não haviam feito a transição em 2000. Este percentual diminui consideravelmente com o aumento da idade, perdendo importância relativa pelo incremento de outras modalidades. Entre os de 20 a 24 anos, a proporção dos que não fizeram a transição cai para 11,8% e, entre os de 25 a 29, para 4,7%. Predomina entre os homens jovens de 20 a 24 anos a modalidade de transição na casa dos pais (63,2) e, entre os com idade de 25 a 29 anos, a modalidade convencional ou tradicional (48,5%). De modo geral, pode-se dizer que os jovens tendem a sair de casa com o aumento da idade. Esta tendência também é observada para 1970.

A transição para a vida adulta é bastante diferenciada por sexo. Homens e mulheres apresentam características diferentes no que diz respeito à escolaridade, à atividade e à constituição de família. Nesta última, pode-se apontar pelo menos duas questões que merecem destaque: a assunção mais freqüente da condição de cônjuge do chefe de um novo domicílio e a experiência da maternidade, ambas entre as mulheres.

É crescente a proporção de mulheres na condição de chefes de domicílio, seja por estarem efetivamente assumindo papéis autônomos e independentes no interior de suas famílias com maior escolaridade e inserção no mercado de trabalho, seja pela ausência da figura masculina. Este último caso pode ser representado pelo crescimento de famílias monoparentais que expressam novos estilos de vida, configurando uma opção para a vida adulta que não passa necessariamente pela união conjugal ou ainda por elevados índices de separações e divórcios, cujo modelo cultural mantém os filhos sob os cuidados das mães. No entanto, a proporção de mulheres nestas condições é bastante pequena relativamente a de homens. Observa-se que as mulheres saem de casa, na maioria das vezes, para assumir a condição de cônjuges e se casando com homens mais velhos.

A transição para a vida adulta entre as mulheres parece também estar bastante relacionada ao nascimento do primeiro filho (Arruda, 2004)⁵⁴. A maternidade pode levar a uma mudança de perspectiva na relação de dependência familiar que, pela construção dos papéis sociais de gênero diferenciados na sociedade, parece afetar, de modo geral, mais a vida das mulheres que a dos homens (Heilborn et al, 2002)⁵⁵. Na condição de filhas jovens, elas dependem, em maior ou menor grau, dos seus pais ou parentes. A partir da experiência da maternidade, estas mulheres passam a protagonizar também a condição de provedoras, nos sentidos biológico e afetivo, deslocando o *status* de dependência anterior, ainda que seja possível que parte dessas mulheres estejam, financeira e emocionalmente, experimentando uma situação intermediária e/ou de dependência de suas famílias de origem. Exemplo disso é que muitas adolescentes têm seus filhos criados com a ajuda de suas mães.

Reitera-se aqui, no entanto, que estas experiências não devem ser homogeneizadas entre as jovens que têm filhos, sobretudo entre as adolescentes. O intenso debate sobre o que tem sido denominado de “gravidez na adolescência” no Brasil aponta para a necessidade de se analisar o contexto socioeconômico em que o evento ocorre, uma vez que assumem contornos e representações diferenciadas entre as jovens de classe média e entre as menos favorecidas (Heilborn et al, 2002; Corrêa, 2004)⁵⁶.

⁵⁴Por meio de um modelo de regressão logística, Arruda (2004) mostrou que a variável que tem maior influência na probabilidade de as mulheres fazerem a transição para a vida adulta nos moldes tradicionais é a de ter filhos nascidos vivos. Já a idade mais elevada e baixa renda domiciliar *per capita* aumentam a probabilidade de os homens fazerem a transição para a vida adulta em moldes tradicionais, ou seja, saindo de casa.

⁵⁵Não se desconsideram aqui os impactos que a paternidade exerce na vida dos jovens do sexo masculino. No entanto, lamentavelmente, os dados disponíveis impedem que se façam considerações acerca das condições de vida destes jovens pais, uma vez que informações sobre fecundidade são perguntadas apenas às mulheres. Cabral (2002), por exemplo, por meio de pesquisas qualitativas, mostra como a paternidade na adolescência pode ser considerada um “evento biográfico significativo” entre alguns jovens de baixa renda do Rio de Janeiro no seu processo de transição para a vida adulta, demarcando a passagem da condição de dependentes à de provedores do sustento de suas famílias.

⁵⁶ Ver também Camarano (1998).

A Tabela 16 mostra que, também entre as mulheres jovens, predominam as formas de transição nas quais as condições no domicílio não são nem as de chefe nem as de cônjuge. Destaca-se a modalidade aqui denominada de transição na casa dos pais e as que não fizeram a transição. Em 2000, cerca de 37% das mulheres de 15 a 24 anos encontravam-se na condição de filhas e outros parentes e participavam da PEA, independente de estarem estudando ou não e 38,0% não haviam feito a transição. Estes percentuais também diminuem com a idade. No entanto, observam-se alterações no período. Em 1970, entre as mulheres de 15 a 19 anos, 65,0% não haviam feito a transição. Na faixa etária de 20 a 24 anos, esta proporção cai para 29,0% e predominavam as mulheres que se encontravam em modalidade convencional ou tradicional (33,2%). Esta proporção foi bem mais elevada entre as mulheres de 25 e 29 anos (60,8%). Em 2000, entre as mulheres de 15 e 19 anos, um percentual menor do que em 1970 (58,8%) não havia feito a transição e, entre as de 20 e 24 anos, predominavam as que estavam fazendo a transição na casa dos pais (43,5%). Apenas entre as mulheres de 25 e 29 anos, predominava a modalidade convencional ou tradicional (56,9%). Estes resultados sugerem que, em 2000, ocorreu um adiamento da idade em que as mulheres saíam de casa e, também, que a idade é um fator importante para que este evento ocorra.

5.4. Características dos jovens por modalidades de transição para a vida adulta em 2000

O objetivo desta seção é investigar algumas das características dos jovens classificados em cada uma das modalidades de transição identificadas acima. A partir delas, pode-se inferir sobre o momento em que estes jovens podem estar no processo de transição para a vida adulta. Muitos dos jovens que não frequentam à escola, por exemplo, podem não fazê-lo por terem concluído os estudos ou atingido um nível elevado de escolaridade. Pode-se supor, a partir disso, se estão estes jovens em melhores ou piores condições de inserção no mundo adulto. As variáveis analisadas foram idade, frequência à escola, grau de escolaridade, estado conjugal, filhos tidos, situação de ocupação, rendimento do jovem e rendimento domiciliar *per capita*. Esta análise foi realizada para o ano de 2000 e concentrou-se nos jovens de 15 a 24 anos.

5.4.1. Análise segundo a idade do jovem

A Tabela 17 mostra as idades medianas dos jovens por modalidade de transição e sexo em 2000. Os jovens que fizeram a transição nos moldes convencionais pela saída de casa eram mais velhos que os que se encontravam em transição na casa dos pais e os que não fizeram a transição. Estes resultados confirmam que a idade desempenha papel preponderante na transição dos jovens para a vida adulta, bem como sugere que o modelo de transição baseado na saída de casa é uma etapa importante na emancipação do jovem.

TABELA 17

IDADE MEDIANA DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS POR MODALIDADE DE TRANSIÇÃO E SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO, 2000.

	Homens	Mulheres	Total
Modalidade convencional ou tradicional	23,0	22,0	22
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	22,0	22,0	22
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	21,0	20,0	21
Modalidade de transição na casa dos pais	20,0	20,0	20
Não transição na casa dos pais	17,0	17,0	17

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nas modalidades de transição convencional ou tradicional e de escolarização prolongada tipo 2, as mulheres eram mais novas que os homens, confirmando que elas tendem a sair de casa mais cedo. Na modalidade de escolarização tipo 1, em que o jovem saiu de casa, estudava e participava da PEA, não se observaram diferenças por sexo no que diz respeito à idade. O mesmo ocorre também entre os jovens homens e mulheres que se encontravam na condição de filhos e outros parentes.

5.4.2. Análise segundo frequência à escola e grau de escolaridade

A Tabela 18 apresenta a distribuição percentual dos jovens da região metropolitana por modalidade de transição de acordo com a frequência à escola e escolaridade. Constatou-se que, entre os jovens de ambos os sexos inseridos nas modalidades para a vida adulta, predominavam aqueles com níveis medianos de escolaridade, que variam entre o 2º ciclo do ensino fundamental (5 a 8 anos) e o ensino médio (9 a 11 anos). Entre os homens e as mulheres jovens na modalidade convencional ou tradicional, cerca de 45% tinham entre 5 a 8 anos de estudo em 2000. A proporção de mulheres nesta modalidade que tinha entre 9 e 11 anos de estudo era ligeiramente maior do que a de homens, 29,8% e 25,8% respectivamente. Estes jovens são caracterizados por terem saído de casa, estando na condição de chefes e cônjuges, não frequentarem a escola, independentemente de pertencerem à PEA.

TABELA 18
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS POR FREQÜÊNCIA À ESCOLA E NÍVEL DE ESCOLARIDADE SEGUNDO MODALIDADE DE TRANSIÇÃO E SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO, 2000.

	% dos jovens que freqüentam a escola	Sem instrução ou menos de 1 ano	1 a 4 anos	5 a 8 anos	9 a 11 anos	12 anos e mais	Total
Homens							
Modalidade convencional ou tradicional	-	2,9	23,7	45,0	25,8	2,6	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	100,0	2,9	11,6	38,4	32,3	14,8	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	100,0	-	-	20,9	27,4	44,3	100,0
Modalidade de transição na casa dos pais	40,0	1,4	13,7	38,4	38,5	8,0	100,0
Não transição na casa dos pais	79,3	2,8	13,6	47,8	31,0	4,8	100,0
Mulheres							
Modalidade convencional ou tradicional	-	1,9	20,0	45,3	29,8	3,0	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	100,0	1,8	10,3	33,6	33,5	20,8	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	100,0	2,6	12,6	43,2	30,0	11,7	100,0
Modalidade de transição na casa dos pais	43,9	0,8	6,9	27,8	51,2	13,3	100,0
Não transição na casa dos pais	73,5	2,1	9,4	45,4	37,2	5,8	100,0
Total							
Modalidade convencional ou tradicional	-	2,3	21,3	45,2	28,4	2,9	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	100,0	2,3	10,8	35,6	33,0	18,3	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	100,0	2,3	12,1	41,0	29,7	15,0	100,0
Modalidade de transição na casa dos pais	41,6	1,1	10,8	33,9	43,9	10,3	100,0
Não transição na casa dos pais	76,2	2,4	11,4	46,5	34,4	5,3	100,0

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Entre os homens, as proporções de jovens que tinham entre 5 e 8 anos de estudo foram preponderantes também entre os que se encontravam na modalidade de escolarização prolongada tipo 1 e entre os jovens que não fizeram a transição. Entre os homens da modalidade de transição na casa dos pais, 38,5% tinham escolaridade entre 9 e 11 anos. Destaca-se que, entre os homens que estavam na modalidade de escolarização prolongada tipo 2, prevalecia os com escolaridade mais elevada, equivalendo-se à freqüência ou conclusão do ensino superior. Cerca de 44,3% dos jovens nesta modalidade tinham mais de 12 anos de estudo e continuavam estudando. Estes podem ter saído da casa dos pais com o objetivo de estudar, uma vez que não participam da PEA. Entre os que estão em transição na casa dos pais, 40% freqüentavam a escola e, entre os jovens que não fizeram a transição, 79,3% freqüentavam a escola em 2000. Estes últimos não pertenciam à PEA.

Entre as mulheres, observa-se que, entre as modalidades de escolarização prolongada tipo 1 e tipo 2 e entre os que não fizeram a transição, predominavam as jovens entre 5 e 8 anos, como acontece entre os homens. A diferença ocorre entre as jovens inseridas na modalidade de escolarização prolongada tipo 2. Cerca de 43,2% delas tinham também entre 5 e 8 anos de

estudo. É possível que estas mulheres tenham começado a estudar mais tarde ou ainda que tal fato tenha relação com a menor idade das mulheres nesta modalidade, como se viu na Tabela 17.

5.4.3. Análise segundo estado conjugal e maternidade

A Tabela 19 mostra que os jovens inseridos nas modalidades definidas pela saída de casa eram majoritariamente casados. A única exceção ocorre entre os homens jovens que se encontravam na modalidade de escolarização prolongada tipo 2. Aproximadamente 68% deles eram solteiros em 2000. Estes jovens eram chefes ou cônjuges, não participavam da PEA e continuavam estudando.

TABELA 19
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS POR SITUAÇÃO DE MATERNIDADE E ESTADO CONJUGAL
SEGUNDO MODALIDADE DE TRANSIÇÃO E SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO, 2000.

	% de mulheres que tiveram filhos	Casado	Separado/Divorciado/Viúvo	Solteiro	Total
Homens					
Modalidade convencional ou tradicional	-	84,5	3,8	11,7	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	-	66,9	4,0	29,2	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	-	28,5	-	68,4	100,0
Modalidade de transição na casa dos pais	-	6,5	4,4	89,1	100,0
Não transição na casa dos pais	-	0,8	0,8	98,4	100,0
Mulheres					
Modalidade convencional ou tradicional	74,1	90,7	5,7	3,6	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	44,1	78,7	7,5	13,8	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	55,5	89,2	-	8,6	100,0
Modalidade de transição na casa dos pais	17,6	6,7	8,2	85,1	100,0
Não transição na casa dos pais	13,5	7,4	3,9	88,7	100,0
Total					
Modalidade convencional ou tradicional	-	88,5	5,0	6,5	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	-	73,7	6,0	20,3	100,0
Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	-	83,1	2,3	14,6	100,0
Modalidade de transição na casa dos pais	-	6,6	6,0	87,4	100,0
Não transição na casa dos pais	-	4,4	2,5	93,2	100,0

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 2000.

A proporção de mulheres que tiveram filhos também foi maior entre as jovens das modalidades convencional ou tradicional e de escolarização prolongada tipo 1 e tipo 2. Entre as mulheres jovens que estavam na modalidade convencional ou tradicional, 74,1% já tinham

tido filhos em 2000; das que estavam na modalidade de escolarização prolongada tipo 1, 44,1% já tinham tido filhos e, entre as da modalidade de escolarização prolongada tipo 2, 55,5%. As proporções comparáveis entre as jovens que se encontravam na condição de filhas e outros parentes no domicílio eram bastante mais baixas que as demais. No entanto, o percentual pode ser considerado expressivo, uma vez que estas jovens eram solteiras, mais novas e a maior parte delas devia receber suporte financeiro de seus pais. Entre as jovens da modalidade de transição na casa dos pais, cerca de 17% já tinham filhos em 2000. Cerca de 40% destas jovens freqüentavam à escola, como visto na Tabela 18. Entre as jovens que não fizeram a transição, o percentual de mulheres que tinham tido filhos era menor, cerca de 13%. A maior parte destas jovens freqüentava a escola e todas estavam na condição de inativas.

5.4.4. Análise segundo condição de atividade e rendimento

A Tabela 20 mostra que os jovens situados na modalidade de escolarização prolongada tipo 1 apresentavam melhores condições de renda do que os demais em 2000. Isso foi observado para homens e mulheres. Verificou-se, no entanto, que os homens jovens tinham renda média mais elevada que as mulheres, bem como taxa de ocupação mais elevada. Os homens jovens nesta modalidade possuíam rendimento médio de R\$ 527, enquanto as mulheres, de R\$ 347. Cerca de 87% dos homens desta modalidade trabalhavam, percentual mais elevado que o observado entre as mulheres (64,9%). Por outro lado, o rendimento médio *per capita* dos domicílios onde as mulheres residiam era maior que os dos homens, R\$ 470 e 360, respectivamente.

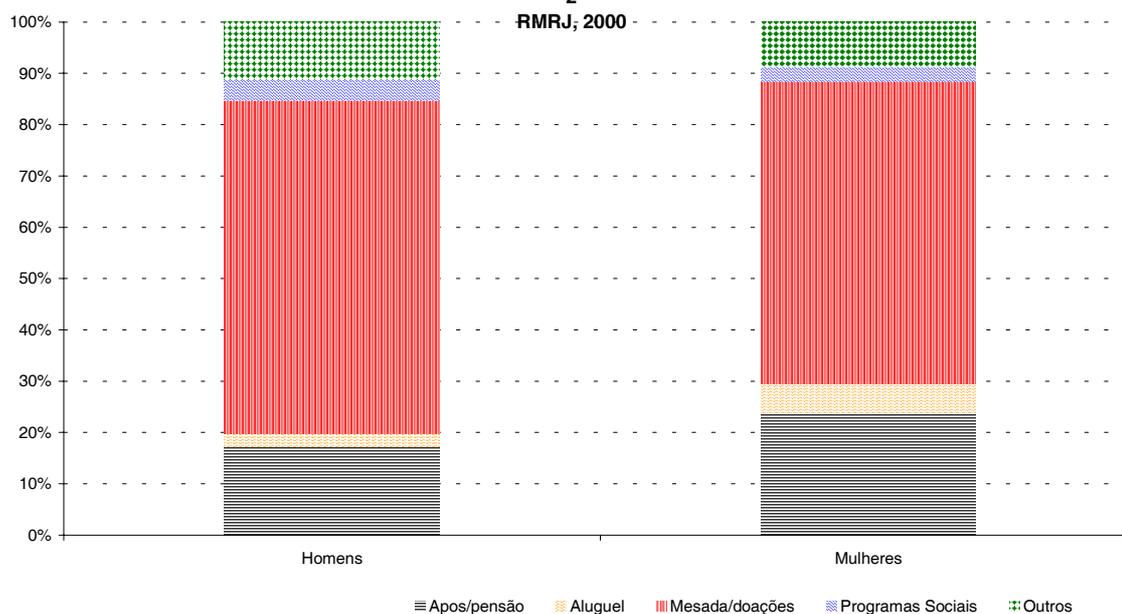
TABELA 20
INDICADORES DE MERCADO DE TRABALHO PARA JOVENS DE 15 A 24 ANOS POR MODALIDADE DE TRANSIÇÃO E SEXO
RM DO RIO DE JANEIRO, 2000.

	Modalidade convencional ou tradicional	Modalidade de escolarização prolongada tipo 1	Modalidade de escolarização prolongada tipo 2	Modalidade de transição na casa dos pais	Não transição na casa dos pais
Homens					
Rendimento médio do jovem (R\$)	413	527	515	268	23
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	230	360	516	386	423
% dos jovens que trabalhavam	88,2	87,0	-	69,7	-
% dos jovens desempregados	11,8	13,0	-	30,3	-
Mulheres					
Rendimento médio do jovem (R\$)	139	347	86	213	23
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	240	470	337	397	400
% dos jovens que trabalhavam	65,5	64,9	-	61,4	-
% dos jovens desempregados	34,5	35,1	-	38,6	-
Total					
Rendimento médio do jovem (R\$)	235	423	130	245	23
Rendimento domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	236	423	355	390	411
% dos jovens que trabalhavam	77,1	74,2	-	66,2	-
% dos jovens desempregados	22,9	25,8	-	33,8	-

Fonte: IBGE/Microdados do Censo Demográfico de 2000.

Nota-se também que os jovens da modalidade de escolarização prolongada tipo 2 apresentavam rendimento médio bastante diferenciado segundo o sexo. Os homens jovens apresentaram rendimento médio mais elevado (R\$ 515) que as mulheres nestas condições (R\$ 86) em 2000. Observa-se que a maior parte da renda destes jovens de ambos os sexos eram oriundas de mesadas ou doações, como mostra o Gráfico 13. Cerca de 65% da renda dos homens foram provenientes desta fonte. Entre as mulheres, a proporção comparável foi de 58,9%. Ambas proporções são bastante elevadas. No caso das mulheres, ressalta-se que pelo menos a metade delas não possuíam nenhum rendimento em 2000. Isso pode explicar o baixo rendimento médio das jovens nesta modalidade, uma vez que se trata de um valor médio, afetado pelos extremos.

GRÁFICO 13
COMPOSIÇÃO DA RENDA DO JOVEM NA MODALIDADE DE ESCOLARIZAÇÃO PROLONGADA TIPO 2



Os jovens que se situavam na transição convencional ou tradicional apresentavam elevados percentuais de ocupação. Entre os homens, 88,2% trabalhavam e, entre as mulheres, o percentual era mais baixo, de 65,5%. Isso reflete no rendimento médio destes jovens. Entre os homens, ele foi quase três vezes mais elevado que entre as mulheres e quase o dobro do rendimento domiciliar *per capita*. O rendimento médio das mulheres jovens é mais baixo que o rendimento médio *per capita* dos domicílios onde residem. Tal fato sugere que estas jovens estariam na condição de cônjuges de domicílios chefiados por homens com renda mais elevada, o que também se pode assumir sobre as mulheres jovens inseridas nas modalidades de escolarização prolongada tipo 1.

Observa-se que o rendimento médio dos homens era mais elevado que o das mulheres em todas as modalidades de transição. Entre os jovens que não fizeram a transição, o rendimento das mulheres e dos homens apresentou-se igual e foi o mais baixo das demais modalidades, como esperado, uma vez que estes jovens são caracterizados pela inatividade. No entanto, o

rendimento *per capita* dos domicílios em que os jovens que não fizeram a transição estavam em 2000 possuíam renda relativamente elevada, R\$ 423 entre os homens e R\$ 400 entre as mulheres.

5.5. Sumário dos resultados

O capítulo analisou o processo de transição para a vida adulta em 1970 e 2000, buscando investigar se e como tal processo tem se prolongado nas últimas décadas na região metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados foram apresentados em duas partes. Na primeira, mensuraram-se as idades medianas em que os eventos que compõem a transição aconteceram nos dois anos considerados. As informações foram desagregadas por renda e cor. Na segunda parte, estimaram-se as modalidades de transição vigentes nos dois anos considerados.

Os resultados da primeira parte indicam um adiamento expressivo na idade mediana de saída da escola entre os jovens de ambos os sexos e das várias condições socioeconômicas entre 1970 e 2000, confirmando o aumento da escolaridade, mostrado também no capítulo anterior. No que se refere à entrada no mercado de trabalho, entre as mulheres, observou-se um postergamento em todos os níveis de renda, sendo mais acentuado entre as de maior renda domiciliar *per capita*. Entre os homens, observou-se uma ligeira antecipação do momento em que estes iniciavam a atividade laboral entre os mais variados segmentos de renda.

Alterações importantes estão também em curso no processo de formação de família. A principal parece ser a antecipação do momento em que as jovens em piores condições de renda tiveram filhos e o adiamento em que as mulheres de renda mais elevada vivenciaram

tal evento. A partir destes resultados, pode-se dizer que o fenômeno do prolongamento da condição juvenil⁵⁷ na região metropolitana do Rio de Janeiro circunscreve-se, na sua totalidade, às jovens do sexo feminino oriundas de situações socioeconômicas mais favoráveis. Estas mulheres passaram a ficar cerca de 3,5 anos a mais na escola, postergaram a entrada no mercado de trabalho em 2,4 anos e adiaram a saída de casa e o nascimento do primeiro filho em 1,2 e 0,8 ano, respectivamente entre 1970 e 2000.

Nos dois anos analisados, os resultados indicam que os jovens em piores condições de renda saíam da escola, entravam no mercado de trabalho, deixavam a casa de origem e tinham filhos mais cedo que os inseridos em contextos mais favoráveis de renda. Observou-se a mesma tendência entre os jovens negros da região metropolitana do Rio de Janeiro quando comparados aos de cor branca em 2000.

A segunda parte deste capítulo mostrou que prevalecem entre os jovens as modalidades de transição para a vida adulta em que eles se encontravam nas condições de filhos e outros parentes no domicílio nos dois anos analisados. No entanto, os resultados sugerem também que os jovens aumentam a chance de sair de casa com o aumento da idade, transitando para a vida adulta nos moldes tradicionais. Entre os que saíram de casa, observou-se um incremento na proporção que continuavam estudando, independente de pertencerem a PEA no momento, modalidade aqui chamada de escolarização prolongada tipo 1 e 2. Entre os jovens que estavam na condição de filhos e outros parentes, observou-se um aumento na proporção dos que estavam fazendo a transição na casa dos pais. Ou seja, jovens que compunham a PEA, variando quanto à frequência à escola. Este resultado sugere também que os jovens, de modo geral, estão adiando a saída da casa dos pais.

⁵⁷ Assumindo “prolongamento da juventude” como o adiamento de etapas que demarcariam os momentos da transição para a vida adulta. Entre eles, como se viu, o adiamento da saída da escola, da entrada no mercado de trabalho, da saída de casa e do nascimento do primeiro filho.

Os jovens que se encontravam na modalidade de transição convencional ou tradicional em 2000 eram os mais velhos, não freqüentavam a escola, tinham entre 5 e 8 anos de estudo, eram majoritariamente casados e a maior parcela trabalhava. Entre as mulheres, cerca de 75% tinham filhos. Os que estavam na condição de filhos e outros parentes eram os mais novos. Isso foi observado tanto entre os jovens classificados na modalidade de transição na casa dos pais quanto os aqui definidos como jovens que não fizeram a transição. Estes últimos apresentavam as menores idades, 17 anos para ambos os sexos.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Investigou-se neste trabalho a transição para a vida adulta entre os jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro, tomando como foco da análise as dimensões institucionais deste processo. Isso equivale a dizer que foram privilegiados os espaços da escola, do trabalho e da família, estes últimos envolvendo a condição do jovem no domicílio, os vínculos conjugais e o nascimento do primeiro filho.

Como se viu nos capítulos 4 e 5, as transformações nas esferas econômicas, sociais e culturais dos últimos 30 anos parecem ter provocado impactos importantes nas formas e no *timing* de transição do jovem para a vida adulta. Tais alterações foram absorvidas de maneira diversa pelos diferentes grupos socioeconômicos, reiterando o contexto de extrema desigualdade que está nos fundamentos na sociedade brasileira e, em particular, do Rio de Janeiro.

Comparando 1970 e 2000, observou-se que o fenômeno do prolongamento da juventude ocorre, de modo geral, entre as mulheres jovens em situações socioeconômicas mais favoráveis de renda, ainda que tenha se confirmado o postergamento generalizado do tempo passado na escola pelo conjunto dos jovens. Entre as jovens dos estratos inferiores de renda, observou-se um movimento de antecipação nas idades em que o processo referente à formação de família (saída de casa e nascimento do primeiro filho) ocorre, sugerindo uma precocidade na transição para a vida adulta nestes segmentos.

As conseqüências destes processos devem, portanto, levar também em consideração os contextos sociais, econômicos e culturais em que ocorrem. Associam-se a esta consideração,

as transformações recentes em todo o ciclo da vida. A primeira delas é o seu alongamento. Acredita-se que este foi o maior avanço do século passado, fato que tende a ser ampliado para um número cada vez maior de pessoas ao longo das próximas décadas (Camarano, 2004). O aumento da expectativa de vida pode reordenar todo o ciclo de vida, com a extensão da vida adulta e da velhice e a flexibilização dos limites em que a adolescência e juventude começam.

Questiona-se, desta forma, o excessivo grau de expectativas depositadas nos jovens com relação ao momento “adequado” para sua transição para o mundo adulto. Por um lado, problematizam-se a demora e o prolongamento da condição juvenil e, por outro, observam-se os elementos de precocidade da vida adulta. Estas expectativas encobrem, na maioria das vezes, os diversos contextos em que a transição para a vida adulta ocorre. Há vários indícios de que a permanência alongada na casa dos pais por parte de jovens de camadas médias da população tem um sentido de mão dupla. É conveniente ao jovem que quer permanecer se escolarizando em um ambiente com alto grau de liberdade e não parece configurar como um problema para os pais. Entre os jovens em situações desfavoráveis, observa-se com maior frequência a necessidade de trabalhar, o abandono da escola e a formação de vínculos conjugais - com ou sem filhos - mais cedo. As condições sociais e econômicas destes jovens parecem funcionar, em uma via, como condicionantes desta precocidade e, em outra, até mesmo como estímulo, como pode ser o caso da gravidez na adolescência. Reitera-se, assim, a relevância em olhar as juventudes e não uma homogeneizante idéia de juventude.

Um outro enfoque diz respeito a discutir a pertinência em continuar tomando o mundo adulto como parâmetro de uma condição definitiva e estável do ciclo de vida. Dado que o ciclo de vida está se alterando e as transformações no mercado de trabalho e na família estão

atingindo a todos, parece inadequado assumir a vida adulta como ponto de contraposição à condição juvenil. Inscreve-se com isso também a necessidade de observar os modos de vida juvenil para além dos seus aspectos institucionais, como foi analisado neste trabalho. Observar as dimensões da cultura, do lazer e do tempo livre do jovem, bem como suas percepções sobre juventude e vida adulta, pode ser elucidativo para compreender as transformações que eles têm experimentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS⁵⁸

ABRAMO, Helena. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6, p. 25-36, 1997. Número especial.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena. **Juventudes e Sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004. 426 p.

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. Violências nas escolas. Brasília: UNESCO, Coordenação DST/AIDS do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça, CNPq, Instituto Airton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002. 400 p.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1981.

ARRUDA, Marcela Rocha. **Prolongamento da Juventude: opção ou falta de opção?** 2004. 107 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Censos, Consensos e Contra-sensos**. III Seminário metodológico dos Censos Demográficos. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, junho, 1984. 281 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informações e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política : rumo a uma teoria da modernização reflexiva. GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 11-71.

BELTRÃO, Kaizô; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. 24 p.

BERCOVICH, Alicia; MADEIRA, Felícia. A onda jovem e o seu impacto na população economicamente ativa de São Paulo. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v 1, n 8, 1992. p. 1-28.

_____. Descontinuidades no Brasil e no Estado de São Paulo. In: VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v 2, 1990. p. 595-632.

BERQUÓ, Elza. Quando, Como e Com quem se casam os Jovens Brasileiros. In: **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**, v. 1. Brasília: CNPD, 1998.

⁵⁸ De acordo com:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informações e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. A Família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.6 n. 2, p. 1-16, jul/dez 1989.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Casamento em tempos de crise. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.9 n. 2, p. 155-67, jul/dez 1992.

BOURDIEU, Pierre. A Juventude é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Outline of a Theory of Practice**. Cambridge, University of Cambridge Press, 1977.

BRANDÃO, Eliane Reis. Iniciação Sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.

BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 10.406, de 10 de Janeiro de 2002. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15/11/2003 às 12h.

BRASIL. **Código Eleitoral**. Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965, atualizado pela Lei 9.504 de 1997. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15/11/2003 às 12h.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15/11/2003 às 12h.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Edição especial 12 anos. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), 2002.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina e COSTA, Albertina de O. (org.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Uma ama abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v.6 n. 1, p. 1-23, jan/jun 1989.

CABRAL, Cristiane Soares. “Gravidez na Adolescência” e Identidade Masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002. 26 p.

CAMARANO, Ana Amélia (org). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004 (Texto para Discussão, 1.038).

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange; VIANNA, Caroline. Transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 21, p. 54-66, fev, 2003

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza; ARRUDA, Marcela Rocha; LOVISOLO, Nicolas Emílio. Os jovens brasileiros no Mercado de Trabalho. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 17, p. 31-38, nov, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia. Fecundidade e Anticoncepção da População Jovem. In: **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**, v. 1. Brasília: CNPD, 1998. p. 109-133.

_____. **Fertility Transition in Brazil in the Twentieth Century: a comparative study of three areas**. 1996. f377. (Tese de doutorado)- The London School of Economics and Political Science. University of London, Londres, 1996.

CARNEIRO, Alcides J. de Carvalho.– **A O Rio e sua Região Metropolitana: um resgate de 60 anos de informações demográficas**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2001 (Coleção Estudos da Cidade, dez 2001). Disponível no site do Instituto Pereira Passos. Acessado em: 12/12/2003 às 10h.

CARNEIRO, Isabella; KNUDSEN, Lisbeth; OSÓRIO, Rafael. Late-Stayers: Who are they? The home leaving process in Brazil and Denmark. Danish Center for Demographic Research. Research Report, 24, 2002.

CASAL, Joaquim; MASJOAN, Josep; PLANAS, Jordi. Elementos para un Análisis Sociológico de la Transición a la Vida Adulta, **Política y Sociedad**, Barcelona, n 1, pp 97-104, 1988.

CASAL, Joaquim. Modos Emergentes de Transición a la Vida Adulta en el Umbral del Siglo XXI: aproximación sucesiva, precaridad y desestructuración. In: **Jovens em Mudança - Atas do Congresso Internacional Growing Up Between Centre and Periphery**, Lisboa, 2 a 4 de maio de 1996.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Por um novo paradigma de fazer políticas públicas – políticas de/para/com juventudes. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 19-46, jul./dez. 2002.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A Dinâmica da fecundidade no Rio de Janeiro: 1991–2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2005. No prelo.

COLEMAM, James. Social Capital in The Creation of Human Capital, **American Journal of Sociology**, 94, p. 95-120, 1988.

CORRÊA, Humberto. A Fecundidade na Adolescência: a interpretação de um problema ou um problema de interpretação? 2004. 145 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

CORROCHANO, Maria Carla; NAKANO, Marilena. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Juventude e Escolarização – estado do conhecimento**. São Paulo: Ação Educativa, 2000. p. 128-183. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 15/11/2003 às 10h2002

CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel N. **Uma Sugestão de Deflatores para Rendas Obtidas a Partir de Algumas Pesquisas Domiciliares do IBGE**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para discussão, 897).

DEDECCA, Cláudio Salvadori; ROSANDISKI, Eliane Rosandiski. Sentos e Dissensos: as Inovações Metodológicas do Censo Demográfico 2000. **Revista da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p.30 - 60, 2003.

DELLASOPA, Emílio; BERCOVICH, Alicia; ARRIAGA, Eduardo. O caso da área metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 39, p. 155-76, fev, 1999

DU BOIS-REYMOND, Manuela; LÓPEZ BLASCO, Andreu. Transiciones tipo yo-yo y trayectorias fallidas: hacia las políticas integradas de transición para los jóvenes europeos. **Revista de Estudios de Juventud, Madrid**, n. 65, p.11-29, 2004.

DU-BOIS REYMOND, Manuela. I Don't Want to Commit Myself Yet: Young People's Life Concepts. **Journal of Youth Studies**, v. 1, n. 1, 1998.

EGRIS (EUROPEAN GROUP FOR INTEGRATED SOCIAL RESEARCH) Misleading Trajectories: Transition Dilemmas of Young Adults in Europe. **Journal of Youth Studies**, v. 4, n. 1, 2001.

FUREDI, Frank. **Population & Development: a critical introduction**, Great Britain, 1997.

GALLAND, Olivier. Adolescence, Post-Adolescence, Youth: Revised Interpretations. **Revue Française de Sociologie**, n. 44, (English Selection), 2003.

_____. Changing Family Transitions: Young people and new ways of life in France. In: CHISHOLM et al (eds) **Growing Up in Europe – Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies**, Gruyter, Berlin, New York, 1995

_____. Un nouvel âge de la vie. *Revue Française de Sociologie*. XXXI, Paris, p. 529-551, 1990

GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. Risco, confiança, reflexividade. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

_____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GUEDES, Moema de Castro. **As mulheres de formação universitária: a reversão da desigualdade de gênero e seus reflexos no mercado de trabalho**. Brasil: 1970-2000. 2004. 106 f. Dissertação de Mestrado em Demografia e Estudos Populacionais. Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza (org). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tânia; KNAUTH, Daniela; AQUINO, Estela; BOZON, Michel; RODHEN, Fabíola; VICTORIA, Ceres; MCCALLUM, Cecília; BRANDÃO, Elaine. Aproximações sócio-antropológicas sobre gravidez. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, n. 17, 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social**. In: VIEIRA, Elisabeth Meloni; FERNANDES, Maria Engência Lemos; BAILEY, Patrícia; MCKAY, Arlene (orgs). Seminário Gravidez na Adolescência. Brasília: Ministério da Saúde, Projeto de Estudos da Mulher, Associação saúde da Família, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese dos Indicadores**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Crescimento e distribuição da população brasileira: 1940-1980**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Amostra de 1% dos registros do Censo Demográfico de 1970: manual do usuário**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. **VIII Recenseamento Geral 1970. Instruções de Coleta**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1974.

JANNUZZI, Paulo Martino. **Os quesitos de mão de obra nos censos demográficos brasileiros**. In: Encontro Interdisciplinar da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: < www.abep.org.br/>. Acesso em: 20/12/2004 às 17h.

_____. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LAZO, Aída C. G. Verdugo. Nupcialidade nas PNADs-90: um tema em extinção? Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para discussão, 889).

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca da auto-estima**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

MADEIRA, Felícia Reicher. Recado dos Jovens: Mais qualificação. In: **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**, v. 2. Brasília: CNPD, 1998. p. 427-496.

_____. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, Felícia Reicher (org). **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 45-133.

MARTINS, Heloísa. O Jovem no Mercado de Trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 5 e 6 , p. 25-36, 1997. Número especial.

MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael. **Mudanças nas Famílias Brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998**. Rio de Janeiro: Ipea, 2002 (Texto para discussão, 886).

MELLO, Juliana Leitão; CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange. Como chegar à vida adulta: será que existe um único caminho? In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004.

NOVAES, Regina Reyes; MELLO, Cecília Campello do A. Jovens do Rio. **Comunicações do ISER**, n. 57, ano 21, 2002.

NOVAES, Regina Reyes; MAFRA, Clara Cristina Jost. Juventude, conflito e solidariedade. **Comunicações do ISER**, n. 50, ano 17, 1998.

NEWELL, Colin. **Methods and models in Demography**. London: Belhaven Press, 1988.

OFF, Claus. Trabalho: a categoria-chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, tradução Lúcia Hipólito, v. 10, n. 4, p. 5-20, jun, 1989.

OLIVEIRA, Elzira Lúcia de; RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves. Transições: mercado de trabalho, formação de família e saída da escola. O caso brasileiro. In: I Congreso de la Asociación Latino-Americana de Población. **Anais...** Caxambu: Asociación Latino-Americana de Población, 2004.

OLIVEIRA, Jane Souto. **“Brasil mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2003 (Texto para Discussão, 6).

_____. **Juventude pobre: o desafio da integração**. Tese de Doutorado. Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

OLIVEIRA, Juarez de Castro et al. Evolução e Características da População Jovem no Brasil. In: **Jovens Acontecendo nas Trilhas das Políticas Públicas**, v. 1. Brasília: CNPD, 1998. p. 7-19.

PAIS, José Machado. The Multiple Faces of the Future in the Labyrinth of Life. **Journal of Youth Studies**, v. 6, n. 2, p. 115-126, 2003.

_____. **Ganhos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro**. Porto: Editora Âmbar, 2001.

_____. Growing Up on the EU Periphery: Portugal. In: CHISHOLM et al (eds) **Growing Up in Europe – Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies**, Gruyter, Berlim, New York, 1995.

_____. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1993a.

_____. Routes to adulthood in a changing society: the Portuguese experience. **Education Policy**, v. 8, n. 1, p. 9-15, 1993b.

_____. Emprego Juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. **Análise Social**, Lisboa, v. XXVI n. 114, p. 945-987, 1991.

PAIVA, Paulo de Tarso Almeida. A Concentração e a enumeração da população economicamente ativa nos censos demográficos brasileiros. In: **Censos, Consensos e Contra-sensos**. III Seminário metodológico dos Censos Demográficos. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, junho, 1984.

PIMENTA, Melissa de Mattos. **Trajetórias Juvenis**. Texto apresentado para exame de qualificação, mimeo, 2004.

_____. **Jovens em transição: um estudo sobre a transição para a fase adulta entre estudantes universitários em São Paulo**. 2001. f252. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RAFFO, Carlo; REEVES, Michelle, Youth Transitions and Social Exclusion: Developments in Social Capital Theory. **Journal of Youth Studies**, v. 3, n. 2, 2000.

RUDD, Peter; EVANS, Karen. Structure and Agency in Youth Transitions: Student Experiences of Vocational Further Education. **Journal of Youth Studies**, v. 1, n. 1, 1998.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A Pedagogia da Repetência. In: Mendonça, Rosane; Urani, André (org). **Estudos Sociais e do Trabalho**, v 1. Rio de Janeiro: Ipea, 1994. p. 55-67.

RIOS-NETO, Eduardo Luiz Gonçalves; GOLGHER, André. **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 21, p. 37-52, fev, 2003

RODRÍGUEZ, Jorge Vignoli. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: um marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. **Serie población y desarrollo**. CELADE: Santiago de Chile, agosto de 2001.

RUA, Maria das Graças. As Políticas Públicas e a Juventude dos Anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Brasília: CNPD, 1998. p. 731-749.

SABÓIA, João. **O mercado de trabalho no Rio de Janeiro na última década**. Rio de Janeiro: IETS, agosto de 2001. Disponível em: < <http://www.iets.inf.br/acervo/Artigos.htm>>. Acesso em: 31/05/2005 às 10h.

SILVA, Nancy; KASSOUF, Ana Lúcia. A exclusão social dos jovens no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 99-115, jul./dez. 2002.

SOUZA, Carmem Zeli Vargas Gil. Juventude e Contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última Década**, Cidpa Valparaíso, 20, p. 47-69, jun, 2004.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área da educação. In: SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Juventude e Escolarização – estado do conhecimento**. São Paulo: Ação Educativa, 2000. p. 6-34. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org>>. Acesso em: 15/11/2003 às 10h.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS. Grupo Di Teses. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documentos eletrônicos ou impressos/Vânia M. B. de Oliveira Funaro coord. (el al.)**. São Paulo: SIBi-USP, 2003, 98p. (Cadernos de Estudos, 9).

VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

WYN, Johanna; DWYER, Peter. New Direction in Research on Youth in Transition. **Journal of Youth Studies**, v. 2, n. 1, 1999.

WOOD, Charles H.; CARVALHO, José Alberto Magno de. **A Demografia da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

ZALUAR, Alba. Gangues, Galeras e Quadrilhas: globalização, juventude e violência. In: VIANNA, Hermano (org.). **Galeras Cariocas: territórios de conflitos e encontros culturais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 17-57.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)